



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO INSTITUTO NACIONAL
DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA**



MARÇO/2011



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO INSTITUTO NACIONAL
DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA**

Superintendente Regional
Luiz Gugé Santos Fernandes

Superintendente Regional Substituto
Marcos Antonio Silva Nery

Equipe da Superintendência Regional do INCRA/Bahia

Procurador Chefe/PFE
Carlos Geraldo Valadares Júnior
Vera Lúcia Souza de Oliveira e Torres

Divisão de Administração
Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos
Sérgio Ricardo Rezende

Divisão de Ordenamento Fundiário
Luiz Eduardo Chagas Barreto

Divisão de Obtenção e Implantação de Projetos de Assentamentos
Paulo Luiz Coqueiro Andrade

MARÇO/2011



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO INSTITUTO NACIONAL
DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2009, da Decisão Normativa TCU nº107/2010, da Portaria TCU nº. 277/2010 e das orientações do Órgão de controle interno.

Salvador, 15/03/2011

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL.....	11
1 Identificação de Relatório de Gestão Individual	12
2 Objetivos e Metas Institucionais.....	13
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas	13
2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	15
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	16
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	19
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	23
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa	26
2.3 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade	29
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	29
Principais Ações do Programa	29
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária	29
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	43
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	48
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	53
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	56
Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ.....	57
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	58
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	58
Principais Ações do Programa	58
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	58
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	65
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	67

2.3.2.4	Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	73
2.3.2.5	Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	74
2.3.2.6	Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	75
2.3.2.7	Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas 76	
2.3.2.8	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	81
2.3.3	Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	84
	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.	84
	Principais Ações do Programa	84
2.3.3.1	Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	84
2.3.3.2	Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	87
2.3.3.3	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	88
2.3.3.4	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	91
	Esta superintendência não executou diretamente esta Ação, entretanto utilizou uma pequena parcela de seus recursos para realizar mutirões do Comitê Regional de Certificação (ver Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional) na UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano, no Observatório Antares em Feira de Santana, dentre outros.....	91
	Do valor total utilizado, R\$30.000,00 foi referente ao pagamento de diárias e R\$10.000,00 referente a despesas com passagens.	92
2.3.3.5	Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas.....	92
2.3.3.6	Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas 93	
2.3.3.7	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	93
2.3.4	Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	96
	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	96
	Principais Ações do Programa	96
2.3.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	96
2.3.5	Programa 1120 – Paz no Campo.....	97
	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.	97
	Principais Ações do Programa	97

2.3.5.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	97
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	101
	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.	101
	Principais Ações do Programa	101
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	101
2.3.6.2	Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....	104
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo.....	105
	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.	105
	Principais Ações do Programa	105
2.3.7.1	Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	105
2.3.7.2	Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	106
2.3.7.3	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	107
2.3.7.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	111
2.3.8	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	113
	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	113
	Principais Ações do Programa	113
2.3.8.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	113
2.3.8.2	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	130
2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	133
	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.	133
	Principais Ações do Programa	133
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	133
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	178
2.4.1	Programação Orçamentária.....	178
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias.....	178
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes.....	178
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital	178
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	178
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	179

2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa	181
2.4.2.1	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	181
2.4.2.2	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	182
2.4.2.3	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	183
2.4.2.4	Análise Crítica	183
2.4.3	Indicadores Institucionais	184
3	Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	189
3.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	189
3.2	Análise Crítica	189
4	Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	190
4.1	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	190
4.2	Análise Crítica	190
5	Informações sobre Recursos Humanos da Unidade	191
5.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	191
5.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010	191
5.1.2	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010	192
5.1.3	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010	192
5.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	193
5.2.1	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010	193
5.2.2	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010	193
5.3	Composição do Quadro de Estagiários	193
5.4	Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos	194
5.4.1	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	194
5.5	Locação de Mão de Obra Mediante Contratos de Prestação de Serviços	195

5.5.1	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	195
5.5.2	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	196
5.5.3	Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra.....	197
5.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	198
6	Informação sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congêneres, Vigentes no Exercício de Referência	199
6.1	Transferências Efetuadas no Período	199
6.1.1	Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	199
6.1.2	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	203
6.1.3	Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes.....	204
6.1.4	Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse	205
6.1.5	Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	206
6.1.6	Análise Crítica	207
7	Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas.....	208
8	Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	209
9	Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ	210
9.1	Estrutura de Controles Internos da UJ	210
10	Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras	212
10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	212
11	Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ, Classificado como “Bens de Uso Especial”, de Propriedade da União ou Locado de Terceiros	214
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	214

11.1.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	214
11.1.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	214
11.1.3	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	215
11.1.4	Análise Crítica	215
12	Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ	216
12.1	Gestão de TI da UJ	216
13	Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal.	217
14	Informações sobre Renúncia Tributária	219
15	Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se Vincula ou as Justificativas para o não Cumprimento	220
15.1	Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	220
15.2	Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	220
15.3	Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	220
15.4	Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	221
16	Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno, caso Exista na Estrutura do Órgão, Apresentando as Justificativas para os Casos de não Acatamento	222
17	Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício	223
	Parte B	224
18	Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada Atestando que os Demonstrativos Contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, Previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o Demonstrativo Levantado por Unidade Gestora Responsável – UGR (Válido Apenas para as Unidades Gestoras não Executoras) Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta Relatório de Gestão	225
19	Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº 4.320/64, Incluindo as Notas Explicativas, Conforme Disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6)	226

Parte C - Informações Específicas a Constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	235
20 Cronograma de Levantamento Relativo à Documentação Cartorária de Imóveis Rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006).....	236
21 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação	237

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA			
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 305000	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(071) 3505-5306	(071) 3505-5307	(071) 3371-0094 FAX
Endereço eletrônico: luiz.guge@sdr.INCRA.gov.br			
Página da Internet: http://www.INCRA.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Ulisses Guimarães, 640 – Centro Administrativo da Bahia. CEP. 41213-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criada pelo Decreto-Lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006, (com nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Todas as Portarias, Instruções, Resoluções, Normas de Execução e Regimento Interno podem ser acessados pelo Portal do INCRA na Internet.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
O Portal do INCRA na Internet possui um completo acervo de publicações relacionadas à questão agrária no país, assim como Doutrina e Jurisprudência da área.			

2 Objetivos e Metas Institucionais

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma Autarquia Federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 com a **missão de** Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

Com o advento do Estatuto da Terra, nasce a Autarquia com a finalidade de promover medidas para uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de Justiça Social, de desenvolvimento rural sustentável e conseqüente aumento de produção.

Na prática, a reforma agrária proporciona:

- A desconcentração e democratização da estrutura fundiária;
- O combate à fome e à miséria;
- A produção de alimentos básicos;
- A geração de ocupação e renda;
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural;
- A interiorização dos serviços públicos básicos;
- A redução da migração campo-cidade;
- A democratização das estruturas de poder;
- A promoção da Cidadania e da Justiça Social.

De acordo com as diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, as ações executadas pelo INCRA devem ser integradas a um projeto nacional de desenvolvimento massivo, de qualidade, gerador de trabalho e produtor de alimentos. Deve ainda prover o Estado dos instrumentos necessários para conhecer e gerir o território nacional.

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero e o acesso à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Nos últimos anos, o INCRA através de várias parcerias com o Estado e Municípios, incorporou entre suas prioridades a implantação de modelo de assentamento com a concepção de promover o desenvolvimento territorial. O objetivo é criar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Ademais, tornou-se imperativo o equacionamento do passivo ambiental existente, além da recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no País.

No âmbito da Superintendência Regional do INCRA na Bahia (SR-05), na expectativa do cumprimento de metas do segundo mandato (2006/2010) do Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, após assumirmos a gestão em meados de 2007, priorizamos os diagnósticos regionais das ações de Reforma Agrária em virtude da extensão territorial do Estado, com 591 Projetos de Assentamento, incluindo os especiais tais como os agro-extrativista, os de feixe e fundo de Pastos, e os remanescentes de quilombos no Estado da Bahia, que somam 600 Comunidades identificadas, das quais aproximadamente, 240 delas com certificação da Fundação Palmares, para encaminhamento junto ao Órgão Central.

Não é demais lembrar que toda essa diversidade de ações desdobra-se em outras atividades de competência desta Autarquia, cujos destinatários são os mais diversos e sem perder que, essa missão deve se estender por 54.765.271,6 ha, fato que sobrecarrega esta Unidade que conta com apenas duas Unidades Avançadas (Sul, Oeste Baiano) que não dispõem de estrutura administrativa, cujo fortalecimento tem sido perseguido, junto a Sede, ação que agilizaria os procedimentos desenvolvidos pelas mesmas, e outros três escritórios nos Municípios de Senhor do Bonfim, Barreiras e Itamaraju.

Neste diapasão constituímos proposta de parceria com o Governo do Estado através do Convênio INCRA/GOV EST BAHIA/CRT/001/2008, que tem permitido a amplificação das ações do INCRA, interiorizando as ações de Reforma Agrária, tornando-as mais acessíveis para desenvolver e executar políticas eficientes e adequadas.

2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Em 2010, a Superintendência Regional do INCRA na Bahia (SR-05) manteve a ênfase nas propostas que efetivamente pudessem contribuir para o desenvolvimento rural sustentável no Estado, implantando um processo de fortalecimento e desenvolvimento institucional, otimizando processos, qualificando servidores, articulando parcerias e melhorando sua estrutura física.

Por outro lado, o alinhamento político-institucional da SR-05 com a direção do órgão, com o Governo do Estado e boa parte dos municípios baianos; a disponibilidade de terras para Reforma Agrária e a mudança de paradigma do modelo de desenvolvimento em consonância com a missão do INCRA, criaram oportunidades que esta Superintendência buscou aproveitar em sua estratégia de atuação.

Percorremos, pois, mais uma etapa pelo interior da Bahia, conhecedores como somos das reais necessidades do nosso público alvo, guardando observância para o princípio da legalidade, ao qual todo gestor público esta vinculado, em prol de uma gestão mais próxima, acessível, adequada e eficiente, almejando o fortalecimento da missão desta Autarquia, visando a promoção do desenvolvimento sustentável, a viabilidade econômica e a justiça social nos assentamentos, bem como a recuperação e consolidação dos projetos da reforma agrária.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-05, regimentalmente tem a atribuição de gerenciar e promover o ordenamento da estrutura fundiária no Estado. Para tanto, coordena e supervisiona a execução das atividades de Cadastro Rural, Cartografia, Regularização Fundiária e Regularização de Territórios Quilombolas.

Ao Serviço de Cadastro Rural compete a organização, a manutenção e a atualização das informações referentes aos imóveis rurais do Estado da Bahia, de proprietários e detentores desses imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Também é atribuição deste Serviço o desenvolvimento de ações de fiscalização de imóveis rurais, de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país, além da análise de processos oriundos das descaracterizações na malha fundiária (parcelamentos, transformação rural/urbana, além de outras).

Não obstante, desprende-se destas atividades do Serviço de Cadastro uma gama de procedimentos administrativos. Cita-se como exemplo o levantamento e análise de dados literais, cartorários e cadastrais de imóveis rurais, pesquisas nos sistemas de informação, disponibilização de informações através das respostas aos ofícios diversos oriundos de particulares e de diversas instâncias do poder judiciário, o treinamento e atendimento às Unidades Municipais de Cadastro (UMC).

O Serviço de Cartografia da SR-05 gerencia todas as atividades relacionadas ao Geoprocessamento, Topografia e Sistemas de Informações Georreferenciadas no âmbito da Superintendência. Dentre as diversas atividades deste Serviço estão, atualmente, o suporte técnico necessários às ações de demarcação de Projetos de Assentamento, de instalação e manutenção da Rede INCRA, de rastreamento de sinais de satélite e da produção de dados padronizados de natureza cartográfica. É também inerente ao Serviço, a Certificação de Imóveis Rurais em atendimento à Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, conforme Lei 10.267/01, além da organização, manutenção e atualização das informações georreferenciadas dos imóveis rurais do Estado da Bahia.

Ademais, em razão das atividades relacionadas à Topografia e ao Geoprocessamento associadas à capacidade técnica de seu quadro de pessoal, este Serviço representa um excelente espaço para discussões, troca de informações e disponibilização de dados às diversas Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, além de ONG(s) e Universidades.

O Serviço de Regularização Fundiária nesta Superintendência tem como principal atividade a propositura, junto à instância específica do Governo do Estado, de ações intervencionistas na malha fundiária estadual visando sua regularização. Este Serviço não realiza a discriminação e arrecadação direta de terras devolutas e terras públicas da União devido a sua jurisdição, ou seja, fora da Amazônia legal e áreas de fronteira.

Ao Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas compete a coordenação e execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, destacando-se entre estas, a identificação e orientação das comunidades, elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dos territórios (RTID), cadastramento das famílias, publicação do edital e encaminhamento do RTID.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária no exercício 2010 priorizou as ações referentes à regularização de Territórios Quilombola, em função da grande e crescente demanda por esta ação. Observa-se, entretanto, que se por um lado cresceram o número de certidões de reconhecimento destas comunidades, por outro lado ocorreu uma acentuada redução da capacidade operacional da SR para os encaminhamentos relativos aos RTIDs.

O trabalho realizado pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária em 2010, demonstrado nos tópicos seguintes, indicam que, apesar das dificuldades, as estratégias utilizadas têm trazido resultados efetivos no curto prazo para algumas atividades e projetam melhores resultados a médio e longo prazos nos próximos anos.

A projeção de melhores resultados fundamenta-se numa série de alterações e melhorias do ponto de vista normativo, tecnológico e administrativo relacionados com as atribuições da Divisão tais como o novo Sistema de Cadastro de Imóveis Rurais, a segunda edição da Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, o parecer

favorável a terceirização da elaboração de RTID, a nova legislação para indenização de imóveis rurais de Territórios Quilombolas, o convênio com Governo Estadual para regularização fundiária, etc.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção intensificou a estratégia adotada em exercícios anteriores focando nas áreas com maior mobilização social, maior densidade de acampamentos e quantidade de solicitações de vistorias de imóveis rurais. Na ocorrência de dificuldades para tramitar com processos de desapropriação nas áreas indicadas, por apresentar alguma restrição jurídica ou técnica, buscou-se gerar alternativas de expropriar outros imóveis nas imediações, a partir de informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural, conseguindo minimizar assim os focos de conflito.

A intervenção fundiária se justifica na Bahia pela forte concentração das terras no estado, bem como pela expressiva mobilização dos diversos movimentos sociais. Não é raro essa demanda ser decorrente de conflito cujos imóveis resultam em processos de obtenção mais complexos, com situação jurídica que muitas vezes inibe a ação do INCRA, exigindo sempre esforços suplementares para seu trâmite legal.

O esforço prioritário aqui é para a obtenção de imóveis para a implantação de projetos de assentamento através da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, cujo instrumento constitucional é regulamentado pela Lei 8.629/93. E, decorrente dos procedimentos técnicos que orientam tal desapropriação, notadamente por conta da caracterização da função social ser muito mais fundada nos indicadores de uso e eficiência da terra, observa-se, em muitas regiões do estado, a dificuldade de efetivar a desapropriação, sendo a região extremo-sul o maior exemplo dessa evidência. As poucas tentativas de desapropriação utilizando a opção da aquisição por compra e venda como prevê o Decreto nº433/ 92, não tem demonstrado atratividade aos proprietários rurais, principalmente em virtude dos longos prazos para resgate dos Títulos da Dívida Agrária.

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento da Superintendência Regional do INCRA na Bahia (SR-05), em particular, abarca as atividades regimentais, se estruturando a partir do Serviço de Obtenção, do Serviço de Implantação de Assentamentos, do Serviço de Meio Ambiente e de uma Coordenação Técnica das ações de vistoria e avaliação, exercida pelo Assistente Técnico.

Ao Serviço de Obtenção se designa nesta Regional as ações preparatórias de recebimento de pauta dos movimentos sociais, busca e análise dos documentos

cartoriais, instrução processual, notificação e comunicados ao representante legal do imóvel, comunicado a diversos órgãos públicos sobre interesse concorrente e atendimento ao público.

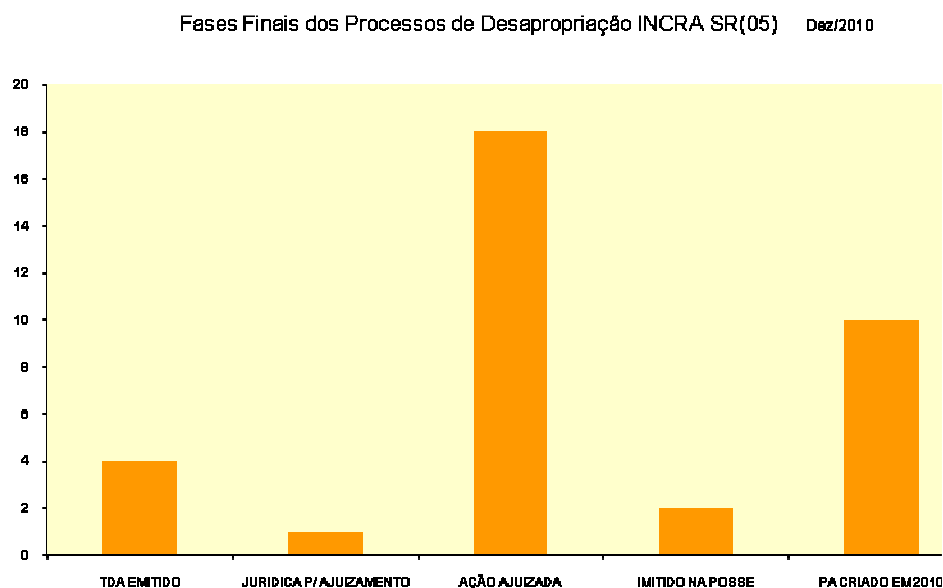
O Serviço de Implantação de Assentamentos se responsabiliza pelo cadastramento e seleção de famílias para o assentamento em projetos de assentamentos criados, em vagas nos projetos já existentes ou em áreas reconhecidas pelo INCRA. Providencia os atos de criação e de implantação de projetos de assentamentos, elabora documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento, gerencia o SIPRA e aplica as ações referentes à NE 70, que visa à correção de inconsistências no assentamento de famílias.

No Serviço de Meio Ambiente tem-se a recepção, análise e encaminhamentos junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado da Bahia – IMA, dos requerimentos das licenças dos imóveis em processo de obtenção. Também se responsabiliza pelo licenciamento e recuperação de áreas degradadas, através de formalização e supervisão de convênios e contratos; elabora inventário florestal em imóveis em processo de obtenção ou em projetos de assentamentos quando há necessidade de caracterizar a vegetação para calcular o Grau de Utilização da Terra – GUT, ou para propor supressão de vegetação.

A Coordenação Técnica tem sido designada para programação, execução e monitoramento das vistorias e avaliações de imóveis rurais; participação nas perícias judiciais, bem como instrução técnica aos questionamentos jurídicos acostados ao processo administrativo de desapropriação; coleta e manutenção atualizada de dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais, através da Câmara Técnica Agronômica.

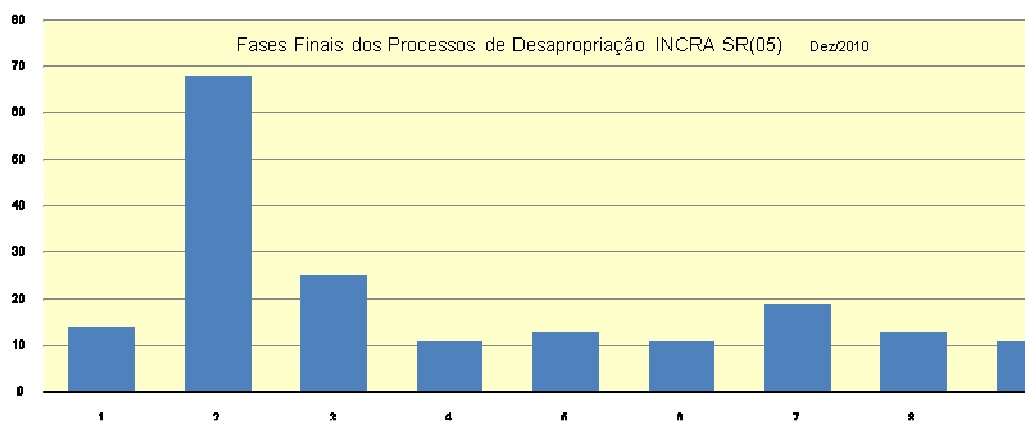
Como foi relatado, a prioridade das ações da Divisão de Obtenção da SR-05 tem sido de atendimento das metas através das desapropriações. Observa-se, entretanto, com a crescente gama de procedimentos para a obtenção de imóveis, que foram normatizadas para garantir mais segurança aos processos administrativos, ampliou-se o prazo para sua tramitação. Depende-se cada vez mais das manifestações, da agilidade ou de documentos externos (Cartórios, Fundação Palmares, órgão de terras do Estado, IMA, DNPM, FUNAI, correios, ICMBIO, SPU, Vara Agrária). Além disso, a Bahia possui uma das legislações ambientais mais restritivas do país, o que gerou a

necessidade de qualificar melhor os laudos agrônômicos de vistoria, bem como destinar engenheiros agrimensores para elaboração de mapas de uso atual e de uso proposto com a padronização exigida. Nota-se também que os proprietários de terras estão mais bem assessorados juridicamente, interpondo impugnações com argumentações mais fundamentadas, ou dificultando a fiscalização de campo. Observa-se certa fluidez nas fases anteriores e posteriores ao ajuizamento da ação, entretanto, os atrasos nas imissões de posse, após o ajuizamento das ações, tem retardado o assentamento de famílias, como pode ser visto no gráfico a seguir, que demonstra o quantitativo de processos em fase final de tramitação, em dezembro de 2010.



Fonte: SISOTE

A estratégia de atuação da Divisão de Obtenção foi então de intensificar a quantidade de vistorias em campo, ampliando o leque de possibilidades de assentamentos de famílias, focando nas áreas com maior mobilização social. Para reduzir conflitos locais. Buscou-se gerar alternativas de vistoriar outros imóveis nas imediações, com base nas informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural, quando aquele imóvel priorizado foi inviabilizado por razões técnicas agrônômicas ou legais.



Fonte: SISOTE

Legenda da tabela acima

Item	Fase	No. Processos
1	NOTIFICADO	14
2	VISTORIA (ESCRITORIO) até DIGITAÇÃO DE DP	68
3	REMESSAS DE OFÍCIOS	25
4	RELAÇÃO DE CERTIDÃO, PROVIDÊNCIAS OUTRAS E IMPUGNAÇÃO	11
5	PARECER JURIDICO E ELABORAÇÃO DE KIT DECRETO	13
6	EM BSB P/ DECRETO	11
7	DECRETADO	19
8	AVALIAÇÃO (ESCRITÓRIO)	13
9	TDA SOLICITADO - BSB	11
		185

O gráfico e o quadro logo anterior mostram o fluxo de nove fases totalizando 185 processos na Superintendência após o comunicado de vistoria ao proprietário. Observa-se uma tramitação relativamente fluida, excetuando a fase de elaboração de laudo em escritório, demonstrando aí uma retenção, justificada principalmente por conta dos procedimentos técnicos necessários a conclusão do Laudo Agrônômico de Fiscalização, notadamente por conta dos mapas elaborados para o próprio processo de desapropriação e para o licenciamento.

Por conta dos atrasos nas imissões de posse, em função da morosidade da 7ª Vara da Justiça Federal, a quantidade de famílias assentadas em imóveis obtidos tem sido abaixo das expectativas e do esforço empreendido. Para se ter uma dimensão mais exata do problema, as imissões de posse que deveriam ser emitidas em 48 horas se arrastam por meses e em dezembro de 2010 tinham-se 18 processos com ação ajuizada, totalizando uma área de 32.524,66ha, com capacidade para assentar 672 famílias.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

De acordo com o Regimento Interno do INCRA, a Divisão de Desenvolvimento faz parte da estrutura da Superintendência Regional e tem por competência a coordenação, execução e supervisão da implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, através das atividades relacionadas às subdivisões de infraestrutura, desenvolvimento de projetos e educação e cidadania.

Conforme relatado no Relatório de Gestão de 2009, durante os anos de 2008 e 2009, no âmbito da Superintendência Regional da Bahia, a prioridade foi buscar a reestruturação da Divisão, permitindo adequar os insuficientes recursos materiais e humanos à crescente demanda, particularmente no que se refere à disponibilização dos créditos de implantação e acompanhamento da situação ocupacional dos Projetos de Assentamento.

Assim, em 2010, com uma melhor estruturação e definição de competências e atribuições, focamos no aprimoramento dos fluxos e instrução de processos, bem como no monitoramento, acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos, principalmente no que tange aos créditos de instalação.

Ainda limitada pela sua condição de insuficiência operacional, a SR(05)D buscou otimizar a mão-de-obra disponível, incorporando em todas as atividades, legalmente e normativamente possíveis, os parceiros, principalmente o Governo do Estado da Bahia, através do nosso Convênio firmada para execução da Assessoria Técnica Ambiental e Social – ATES. Neste sentido, exemplificando, orientamos a todas as Equipes do INCRA, bem como Unidades Avançadas, a incorporar às Ordens de Serviço que criam as Comissões de Crédito Instalação, técnicos de ATES dos Núcleos Operacionais. Estes mesmos técnicos têm colaborado de maneira significativa com a revisão da situação ocupacional dos Projetos de Assentamento, elaborando diagnósticos que indicam as áreas críticas, orientando e facilitando a aplicação da Instrução Normativa 47 por parte dos servidores do INCRA.

Como limitações, temos a destacar:

1. Acúmulo de demandas, tarefas e responsabilidades sobre os servidores, gerando um ambiente de trabalho estressante;

2. Um frágil e desatualizado banco de dados da reforma agrária, e demais sistemas de informação, que dificulta o acompanhamento e controle das ações e tornando mais lentas as tomadas de decisão;
3. A constante mudança nos normativos, gerando dúvidas, choques de interpretação e atrasos nas execuções das metas;
4. Falta de uma estratégia de capacitação dos servidores;
5. Orçamento insuficiente para atendimento das demandas, gerando déficits que se acumulam de um exercício para outro;
6. Falta de articulação entre as diversas Diretorias, o que se reflete nas Superintendências, gerando sobreposições e retrabalhos.

Em relação ao item 1, devemos destacar que a situação de disponibilidade de pessoal concursado está em um limite crítico, já que entre aposentadorias e solicitações de exoneração ou transferências para outras Unidades, a Divisão de Desenvolvimento teve um decréscimo de 6 (seis) servidores, o que representa cerca de 10% do total disponibilizado.

Quanto ao banco de dados, embora a gestão do SIPRA seja de responsabilidade da Divisão de Obtenção, o desenvolvimento é particularmente afetado, já que, se os dados estão desatualizados, uma expressiva parte de nossas atividades fica prejudicada, já que não podemos emitir contratos, declaração de aptidão ao Pronaf, entre outros documentos.

Os itens 3 e 5 citados acima, em conjunto, foram decisivos para que os números referentes ao nosso cumprimento de metas fossem rebaixados em relação a dois programas cruciais em nossa Divisão: a concessão dos créditos de instalação e a obras de infra estrutura nos P A's.

De fato, a mudança de valores dos créditos ocorridos entre os anos de 2008 e 2009 dá direito de complementação dos valores já disponibilizados em conta à grande parte das famílias assentadas, automaticamente gerando um déficit que se aproxima do montante de R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais milhões de reais). Paralelamente, do Orçamento inicialmente previsto para 2010 somente 30% foi disponibilizado em valor financeiro, o qual foi totalmente disponibilizado para as

famílias, como veremos no item específico.

Quanto às obras de infra-estrutura, a contenção orçamentária impediu a conclusão de um procedimento licitatório no valor global de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) visando obras de implantação de sistemas de abastecimento de água nos projetos de reforma agrária.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Homóloga a Diretoria de Gestão Administrativa a Divisão Administrativa da Superintendência Regional da Bahia tem a incumbência de gerir as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento, orçamento, administração financeira, contabilidade, patrimônio, recursos humanos e serviços gerais, no âmbito do Estado.

É o setor que efetua empenho, liquidação e pagamento administrativo, mantém atualizado os registros e controles sobre as ações na Unidade. A Divisão também é responsável por coordenar e supervisionar as atividades e procedimentos relativos à modernização administrativa da Regional; capacitação; elaboração da prestação de contas anual, acompanhamento da execução orçamentária e financeira da Unidade Gestora desta SR-05 (373053).

Cabe à Divisão de Gestão Administrativa promover o suporte necessário ao desenvolvimento das atividades finalísticas da Superintendência Regional, executar as ações relativas ao desenvolvimento humano, orçamento, finanças, contabilidade, administração e serviços gerais.

Em que pese a deficiência de pessoal, sobretudo de servidores efetivos e com habilitação em áreas específicas, a exemplo de contador (para examinar elevados números de processos de prestação de contas), assistente social (para cuidar da assistência direta aos servidores, acompanhamento em diversas situações de enfermidades, conflitos pessoais e interpessoais e estresse, etc.), economista (para elaboração de programação orçamentária, acompanhamento da sua execução, elaborar planos alternativos de gastos, confecção de planilhas de cálculos), engenheiros civis, em agrimensura, cartográfico (a serem lotados nos setores de engenharia e cartografia), analista de sistema, além de pessoal de suporte administrativo. As forças de trabalho que envolve as áreas finalísticas estão sendo complementadas pela ação dos seus gestores junto às instituições parceiras.

Para suprir a deficiência de pessoal de nível médio, a Divisão vem buscando a contratação de pessoal de apoio, através de licitação com empresas que prestam serviços de apoio administrativo, contando, também com os estagiários de nível médio e superior. O pessoal é criteriosamente selecionado, capacitado e acompanhado. Os

resultados estão sendo satisfatórios. Mediante essa força extra, vêm sendo realizados mutirões periódicos em diversas áreas, a fim de escoar a demanda reprimida de processos de prestação de contas, de convênios e de pagamento de crédito. Eles atuam, dando suporte as mais variadas áreas, a saber, de organização de documentos contábeis, arquivos, protocolo, digitação, suporte de CPD, recepção e expedição de documentos etc.

Através do setor de Recursos Humanos a Divisão de Administração buscou trabalhar com a motivação e conscientização dos servidores e colaboradores, visando à assunção da missão institucional e a firmeza dos compromissos individuais para com suas tarefas e aumento do bem-estar geral.

A sobrecarga de tarefas, a pressão por conta dos prazos e resultados, acarreta a manifestação de maior estresse no meio das equipes. A manutenção da sala de convivência foi uma estratégia importante nesse período. Espaço onde, nas horas de descanso, acontecem jogos, exibição de filmes, dança, ioga, dentre outros entretenimentos. Em 2010, demos continuidade a parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, cuja experiência com a ginástica laboral, vem motivando e renovando o ânimo antes do início da jornada, nos locais de trabalho, não somente dos servidores, mas todos os colaboradores são convidados a essas práticas.

Apesar dos poucos recursos descentralizados no exercício, priorizamos os treinamentos de áreas específicas da instituição, assim, 58 (cinquenta e oito) servidores foram capacitados em diversos cursos a saber: formação de pregoeiros, SIAFI gerencial, Oficina Nacional de Crédito à mulher, fiscalização da função social, técnico PRONERA, utilização de GPS JUNO e SGT, didática de facilitadores, tomada de contas especial, técnica em implantação de agroindústria, supervisão da situação ocupacional de projetos de assentamento e outros. Em um esforço concentrado ainda foi possível realizar o Curso de Atualização e Acompanhamento do Plano de Ação de 2008/2010 e a Semana da Saúde e Beleza, com a participação de aproximadamente 120 servidores, além de pequenas oficinas na Sala de Convivência.

Quanto às instalações da sede da Superintendência, a Divisão de Gestão Administrativa vem buscando cada vez mais readaptar o espaço físico às constantes demandas, no que se refere ao layout, para inclusão de pessoal do Estado, com o fito de potencializar as ações sociais no meio rural. Para isso, houve reestruturação de espaço

físico, utilizando divisórias moduladas, aquisição de móveis e equipamentos, reparo geral no telhado e pastilhamento da frente do prédio, recuperação do ar central. Por outro lado, foram implantados sistemas de controle nos gastos com ligações telefônicas (tarifador), energia elétrica, cartuchos, papel, combustível (cartão maxfrota), manutenção viatura (GPS), e outros.

Dentre os principais pontos de estrangulamento, que levaram a SR a adotar a estratégia de fortalecimento institucional, estão a desmotivação de parte dos servidores em virtude de questões salariais, de valorização do seu trabalho perante a sociedade, e a morosidade e burocracia dos processos.

Como limitações, temos a destacar:

- Acúmulo de demandas, tarefas e responsabilidades sobre os servidores, gerando um ambiente de trabalho caótico e estressante;
- Um frágil e desatualizado banco de dados da reforma agrária, e demais sistemas de informação, que dificulta o acompanhamento e controle das ações e tornando mais lentas as tomadas de decisão;
- A constante mudança nos normativos, gerando dúvidas, choques de interpretação e atrasos nas execuções das metas;
- Falta de uma estratégia de capacitação dos servidores;
- Orçamento insuficiente para atendimento das demandas, gerando déficits que se acumulam de um exercício para outro;

Falta de articulação entre as diversas Diretorias, o que se reflete nas Superintendências, gerando sobreposições e retrabalhos.

Em relação à capacidade técnica, devemos destacar que a situação de disponibilidade de pessoal concursado está num limite, já que entre aposentadorias e solicitações de exoneração ou transferências para outras Unidades, a Superintendência iniciou o exercício 2010 com 216 servidores e terminou com 192, sendo 15 servidores aposentados e 07 servidores removidos, sem contar que dispomos de 37 servidores em abono de permanência que por consequência hoje representam uma preocupação adicional para a gestão desta Unidade.

2.3 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	Família	3.743	1.022	27,3%	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
240.785	240.785	237.791	99	237.753	99	237.753	99

Fonte: SIAFI

A ação de Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária, no âmbito da SR 05, é coordenada pelo Serviço de Implantação, que objetiva, essencialmente, identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais. Também gerencia e atualiza os dados do Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

No Estado da Bahia foram beneficiadas, com o programa da reforma agrária, em 2010, 1.022 famílias, atendidas através de assentamentos já criados, em novos assentamentos e em reserva extrativista, conforme detalhamento no quadro a seguir:

Assentamento/Legitimação de Famílias

Descrição	Fam. Assentada (Un)
PA'S criados em 2010	463
Complemento de Capacidade (Resex Canavieiras e Rio das Rãs)	447
Reassentamento (PA Angical e PA Menino Jesus (IN 47)	112
Total	1.022

Fonte: SIPRA/SR (05)

As 463 famílias mencionadas acima foram assentadas nos 10 Projetos de Assentamento criados em 2010, conforme se discrimina no quadro a seguir:

PA's criados em 2010

Nº	Projeto	Município	Área	Famílias Assentadas
1	Periperi	Barra	1.302,4428	15
2	Baixa alegre	Jaguaquara	1.236,2066	31
3	Anativa	Marcionílio souza	2.095,7374	20
4	Maravilha	Monte santo	601,5860	15
5	Dom ricardo	Riachão das neves	12.681,4894	175
6	Nossa Sra de Fátima	Santa Brígida	1.225,5625	21
7	Caxiado	São Desidério	1.771,5129	24
9	Ponta d'água	Sento sé	7.319,4246	85
8	Potiguar	Sento sé	1.858,3506	57
10	Chapada bonita	Souto soares	582,0509	20
11	Atracaju*	Tucano	1.402,9222	0
	Total			463

Fonte: SIPRA/SR(05)

*Litígio com o proprietário, intermediado pela Ouvidoria Agrária, só resolvido em fevereiro de 2011.

Em decorrência das divergências de interpretação e de operacionalização da IN 47, o nivelamento das rotinas e procedimentos para sua execução foi tardio para o aproveitamento integral de todo o levantamento realizado para as metas do exercício 2010. Organizou-se no final do segundo semestre um mutirão para priorizar as atividades referentes ao reassentamento de famílias, nos casos de lotes abandonados sem indicativo de situação irregular de compra e venda e/ou conflito. Esse mutirão contou com técnicos das Divisões de Obtenção e Desenvolvimento e das Unidades Avançadas Sul e Oeste. Foram realizados então, uma média de 490 encaminhamentos de situações de regularização de lotes/reassentamento de famílias. Deste levantamento, foram no mês de Dezembro/10, enviados 355 processos administrativos de regularização de lotes para a Comissão de Supervisão para análise e parecer conclusivo, sem que houvesse tempo suficiente, conforme dito, para aproveitamento em 2010. O quadro a seguir relaciona os processos administrativos, fruto dessa operação:

**Processos Administrativos com levantamento de campo para serem analisados pela
Comissão da IN 47**

Nº	PA	Município	Quat(UM)
	Rio Aliança	Arataca	04
	Cascata	Aurelino Leal	04
	Antonio Conselheiro	Barra	03
	Barro Vermelho/Canudos	Barra	31
	Curral Do Rio Grande II	Barra	01
	Fazenda Itacutiara	Barra	11
	Ferradura	Barra	02
	Angico	Barra	02
	Uirapuru	Barra	15
	Fazenda Brasil	Barro Preto	01
	Batalha	Bom Jesus da Lapa	21
	Boa Esperança	Bom Jesus da Lapa	08
	Santa Rita	Bom Jesus da Lapa	02
	Entre Rios	Camacan	07
	Mariana	Camamu	06
	Feirinha Marrequeiro	Carinhanha	10
	Ponta D'Água	Coribe	03
	Beira Rio II	Cotegipe	02
	Rio Grande II	Cotegipe	02
	Primavera	Encruzilhada	10
	Vila Isabel	Ibicarai	04
	Etevaldo Barreto	Ibicarai	03
	Frei Vantuy	Ilhéus	02
	São Bento	Ilhéus	02
	Nova Vida	Itacaré	08
	Pancada Grande	Itacaré	02

	Helvécia	Itajuípe	08
	Lucas Dantas	Ituberá	03
	Rio De Ondas	Luis Eduardo Magalhães	05
	Marrecas	Malhada	02
	Nancy	Mascote	09
	Serra Branca	Muquem	02
	Anice	Muquem de São Francisco	09
	Santa Bárbara	Muquem de São Francisco	07
	Manoel Dias	Muquem de São Francisco	01
	Carlota	Riachão das Neves	01
	Rio Branco	Riachão das Neves	06
	Sossego	Santa Luzia	01
	Terra De Santa Cruz	Santa Luzia	02
	Senhor Do Bonfim	Santa Rita de Cassia	02
	Antonio Conselheiro II	Santa Rita de Cássia	04
	Arco Verde	Santa Rita de Cássia	02
	Tainá	São Desidério	04
	Rumo Novo	São Felix do Coribe	11
	Paus Preto	Sebastião Laranjeiras	05
	Extrativista São Francisco	Serra do Ramalho	20
	Reserva Oeste	Serra do Ramalho	22
	Reunidas Jose Rosa	Sítio do Mato	02
	Conceição	Sítio do Mato	01
	Mangal II	Sítio do Mato	07
	Reunidas Jose Rosa	Sítio do Mato	03
	Riacho dos Cavalos	Sítio do Mato	01
	São Caetano	Sítio do Mato	03
	Vitropolis	Una	01
	Cangussu	V. da Conquista	03

	Cedro	V. da Conquista	09
	Conjunto Baixão	V. da Conquista	03
	Conquista do Rio Pardo	V. da Conquista	01
	Maria Zilda	V. da Conquista	02
	Mocambo/Bonfim	V. da Conquista	06
	Mutum	V. da Conquista	05
	PCA Bela Vista Da Serra	V. da Conquista	05
	Campo Alegre	Wanderley	10
	Vencedores	Wenceslau Guimaraes	01
	Total		355

Fonte: SIPRA/SR(05)

Assim, de uma meta inicialmente prevista para 3.743 famílias, conseguiu-se executar 27,2%, ou, 1.022 famílias. Este percentual se justifica pela redução da participação da meta onerosa, visto que os requerimentos de liberação de recursos indenizatórios para obtenção dos imóveis rurais formulados pela Superintendência Regional do INCRA não foram liberados pela Sede em sua totalidade devido a indisponibilidade de orçamento (contemplaria mais 453 famílias), pela não imissão na posse dos imóveis com ação ajuizada (contemplaria mais 672 famílias) e pela necessidade de seguir as instruções da IN 47 para os assentamentos antigos. Neste último item, como foi explicado anteriormente, observou-se que o nivelamento quanto aos procedimentos a serem adotados nas regionais chegou tardiamente, comprometendo a execução dos trabalhos e reduzindo o cômputo desses números para o ano de 2010. Os imóveis com recursos indenizatórios liberados e que não tiveram suas ações ajuizadas no ano de 2010 soma 206 famílias. Aliado a isto, faz-se necessário a determinação de metas mais realistas, isto é, que sejam estabelecidos números compatíveis com a real capacidade operacional da superintendência e seu contexto.

Buscou-se também, no âmbito do Serviço de Implantação, em atendimento a demanda da Divisão de Desenvolvimento, a adequação aos pré requisitos descritos na IN nº30 de 24/02/2006, quanto aos encaminhamentos referente a emissão de CCU – Contrato de Concessão de Uso, realizando atividade de conferência, regularização processual e digitação de dados no SIPRA, tanto dos beneficiários como dos Projetos de Assentamento. Como o setor do SIPRA na SR (05) é composto apenas por 01 servidora do próprio INCRA e de 04 servidores terceirizados (portando sem senha de acesso ao sistema que permita a atualização dos dados cadastrais), foi disponibilizada pela Diretoria de Obtenção a vinda de 04 servidores lotados no INCRA - Sede/BSB, pelo período médio de 03 meses, para a digitação dos dados no sistema. Foram atualizados os dados de aproximadamente 29% das famílias assentadas e 51% dos dados dos

Projetos de Assentamento (a Regional da Bahia contempla atualmente 638 Projetos de Assentamentos contando com 41.615 beneficiários). Todos os custos de deslocamentos e diárias dos servidores lotados na Sede ficaram a cargo da Divisão de Obtenção.

PA'S com a Documentação dos Beneficiários Atualizados no SIPRA

Nr	Projetos:	Municípios:	Nº Fam.
1	Pa. Faz. Queimadas	América Dourada	21
2	Pa. Grupo Santo Antônio	Arataca	35
3	Pa. Rio Aliança	Arataca	50
4	Pa. Terra Vista	Arataca	56
5	Pa. Cascata	Aurelino Leal	40
6	Pa. Faz. Itacutiara	Barra	381
7	Pa. Fazenda Brasil	Barro Preto	50
8	Pa. Talismã	Boa Nova	55
9	Pa. Barra Verde	Boa Vista Do Tupim	95
10	Pa. Aliança	Boa Vista Do Tupim	67
11	Pa. Beira Rio	Boa Vista Do Tupim	394
12	Pa. Faz. Polinésia	Boa Vista Do Tupim	70
13	Pa. Santa Apolônio/Grotão	Boa Vista Do Tupim	61
14	Pa. Batalha	Bom Jesus Da Lapa	440
15	Pa. Boa Esperança	Bom Jesus Da Lapa	35
16	Pa. Rio Das Rãs Ii	Bom Jesus Da Lapa	67
17	Pa. Piratini	Bonito	25
125	Pa. Santa Helena	Bonito	27
126	Pa. Engano	Caem	31
127	Pa. Auxiliadora	Camacan	30
128	Pa. Nova Ypiranga	Camacan	107
129	Pa. Recordação	Camacan	39
130	Pa. Cosme E Damião	Camaçari	30
131	Pa. Antônio Conselheiro Iii	Camamu	35

132	Pa. Argemiro Mendes	Camamu	24
133	Pa. Ernesto Cheguevara	Camanu	19
134	Pa. Campinhos	Canavieiras	26
135	Pa. Canaã Ii	Canavieiras	55
136	Pa. Pinga Pinga	Canavieiras	25
137	Pa. São José	Canavieiras	32
138	Pa. Água Salgada	Cansanção	22
139	Pa. Mari	Cansanção	57
140	Pa. Nova Esperança	Cansanção	112
141	Pa. Varzinha	Canudos	51
142	Pa. Boqueirão E Outras	Carinhanha	36
143	Pa. Mel De Abelha	Carinhanha	24
144	Pa. Brasilândia	Carinhanha	41
145	Pa. Bela Vista Ii	Casanova	24
146	Pa. Luis Nunes	Casanova	50
147	Pa. São Francisco De Catu	Catu	20
148	Pa. O Jeferson Santos	Coaraci	30
149	Pa. Pedra Dourada	Coaraci	23
150	Pa. Nova Palmares	Conceição Do Coité	102
151	Pa. Ponta D'água	Coribe	80
152	Pa. Rompe Gibão	Coronel João De Sá	82
153	Pa. Rio Grande Ii	Cotejipe	178
154	Pa. Palestina	Cravolândia	180
155	Pa. Boa Vista De Esplanada	Esplanada	28
156	Pa. Patizinho	Esplanada	45
157	Pa. São Francisco	Esplanada	87
158	Pa. São Jerônimo	Gongogi	18
159	Pa. Serra De Areia	Gongogi	37

160	Pa. Loreta Valadares	Ibicarai	31
161	Pa. Conj. Vila Isabel	Ibicaraí	55
162	Pa. Etevaldo Barreto Pelé	Ibicaraí	30
163	Pa. Reunidas Cambui	Ibiquera	40
164	Pa. Serra De Areia I E Ii	Ibirapitanga	36
165	Pa. Euclides Neto Ii	Ibirataia	10
166	Pa. Cosme Muniz	Ilhéus	35
167	Pa. Dois Irmãos	Ilhéus	22
168	Pa. Fábio Henrique Cerqueira	Ilhéus	29
169	Pa. Rochedo	Ilhéus	29
170	Pa. São Bento	Ilhéus	15
171	Pa. Dandara	Iramaia	49
172	Pa. Conjunto Alemitta	Itabuna	30
173	Pa. João Epifânio	Itacaré	32
174	Pa. Nova Vida	Itacaré	44
175	Pa. Santa Clara E Paraguaciúma	Itaete	54
176	Pa. Moçambique	Itaeté	50
177	Pa. Baixão	Itaetê	141
178	Pa. Europa	Itaetê	50
179	Pa. Hararas/Lagoa Do Tião	Itaetê	48
180	Pa. Macaco Sêco	Itaetê	35
181	Pa. Rancho Do Bia	Itaetê	17
182	Pa. Rosely Nunes	Itaetê	159
183	Pa. Santa Maria Florentina	Itaetê	39
184	Pa. Stª Clara E Paraguaciúma	Itaetê	54
185	Pa. União Da Chapada	Itaetê	190
186	Pa. Helvécia	Itajuípe	36
187	Pa. Arizona E Outras	Itapicuru	91

188	Pa. Alagoinha	Jacobina	47
189	Pa. Pau De Colher	Jacobina	23
190	Pa. Várzea Do Curral	Jacobina	27
191	Pa. Patalim	Jandaira	22
192	Pa. Nova Vida I	Lajedinho	38
193	Pa. Pedra Grande	Lajedo Do Tabocal	25
194	Pa. Bela Flor	Lençóis	19
195	Pa. Boqueirão	Lençóis	68
196	Pa. São Joaquim	Macajuba	44
197	Pa Marreca	Malhada	90
198	Pa. Luzitânia	Maraú	27
199	Pa. Barro Branco	Mata De São João	21
200	Pa. Pachola	Morro Do Chapéu	9
201	Pa. Santana	Morro Do Chapéu	25
202	Pa. Sohem	Morro Do Chapéu	107
203	Pa. Faz. Esperança	Mucuri	83
204	Pa. Lagoa Bonita	Mucuri	117
205	Pa. Paulo Freire	Mucuri	100
206	Pa. Anice	Mucuri	29
207	Pa. Nova União Da Faz. Ferraria	Mucuri	12
208	Pa. Lagoa De Dentro Ii	Mucuri	40
209	Pa. Pedra Vermelha	Mucuri	29
210	Pa. Santa Luzia	Mucuri	63
211	Pa. Vila Nova	Mucuri	49
212	Pa. Nova Canaã	Mucuri	81
213	Pa. Sertão Bonito	Mucuri	40
214	Pa. Rio Branco	Mucuri	250
215	Pa. Brejo São José	Mucuri	96

216	Pa. Boa Sorte Recreio	Ribeirão Do Lago	70
217	Pa. Itatiaia	Santa Inês	32
218	Pa. Conjunto Coaracy	Santa Luzia	18
219	Pa. Sossego I	Santa Luzia	18
220	Pa. Terra De Santa Cruz	Santa Luzia	25
221	Pa. Antônio Conselheiro Ii	Santa Rita De Cássia	297
222	Pa. Beira Rio	Santa Rita De Cássia	127
223	Pa. Primavera Capefe	Santa Rita De Cássia	117
224	Pa. Senhor Do Bonfim	Santa Rita De Cássia	200
225	Pa. Lagoa Do Boi	Santaluz	24
226	Pa. Tainá	São Desidério	37
227	Pa. Rumo Novo	São Félix Do Coribe	45
228	Pa. Jibóia	Senhor Do Bonfim	60
229	Pa. Reserva Oeste	Serra Do Ramalho	637
230	Pa. Conceição	Sítio Do Mato	44
231	Pa. Mangal I	Sítio Do Mato	58
232	Pa. Mangal Ii	Sítio Do Mato	93
233	Pa. Reunidas José Rosa	Sítio Do Mato	48
234	Pa. Riacho Do Cavalo	Sítio Do Mato	57
235	Pa. Porteiras	Sítio Do Quinto	33
236	Pa. Tingui Gonçalves E Desenvolvimento	Sítio Do Quinto	61
237	Pa. Lameiro	Tapiramutá	17
238	Pa. Faz. Boqueirão	Tucano	24
239	Pa. Santa Virgínia	Tucano	30
240	Pa. Faz. Fortaleza	Una	49
241	Pa. São Jorge	Uruçuca	43
242	Pa. São Francisco Nº 05	Utinga	55
243	Pa. São Sebastião De Utinga	Utinga	87

244	Pa. Afrânio Fonsêca Freitas	Vitória Da Conquista	34
245	Pa. União - Ibc	Vitória Da Conquista	25
246	Pa. Campo Alegre	Wanderley	117
247	Pa. Picada	Xique-Xique	597
248	Pa. Serra Azul	Xique-Xique	36
Total			9.996

Ao longo do exercício de 2010 cadastraram-se 2.781 famílias em 24 acampamentos (conforme demonstra quadro abaixo), correspondentes aos imóveis em processo de aquisição pelo INCRA em fase já adiantada de instrução. Destes cadastros, até o final do exercício, já havia sido digitados no SIPRA os dados de 1.181 candidatos cadastrados.

Acampamentos Cadastrados

Nr	Acampamentos	Município	Famílias
	Abril vermelho	Anagé	27
	Brasilândia	Boa vista do Tupim	66
	Campo do gado	Boa vista do Tupim	22
	Nova soberana	Boa vista do Tupim	27
	Rio bonito	Boa vista do Tupim	109
	Rio bonito	Boa vista do Tupim	109
	Terra nossa	Boa vista do Tupim	31
	Resex	Canavieiras	112
	Eldorado	Irecê	57
	Adão preto	Itabela	78
	Renascer	Itaberaba	6
	Barragem Boa Esperança	Jacobina	168
	Paraíso	Jeremoabo	670
	Barreiras	Luiz E. Magalhães	200
	Tamborá	Miguel calmon	20

	Mundo Novo	Mundo novo	92
	Jose de Oliveira	Piritiba	30
	Herdeiros da Terra	Prado	92
	Jaci rocha	Prado	120
	Rosa do prado	Prado	153
	São João	Prado	202
	Boa esperança	Tapiramutá	62
	Bela manhã	Teixeira de Freitas	288
	Esperança	Xique-xique	40
		Total	2.781

As atividades de campo, referente a entrega de notificações e vistoria de lotes dos beneficiários com inconsistência de elegibilidades, para atendimento da NE 70, foram realizadas em anos anteriores a 2010.

Encontram-se finalizados os encaminhamentos pertinentes aos beneficiários inconsistentes que abandonaram/desistiram dos seus lotes (171 casos). As demais situações, caso a caso, permanecem em processo de análise.

Para o cadastro e seleção de famílias previu-se um montante de R\$240.785,00 para uso em despesas correntes, conforme pode ser visto na página 29. Deste total, a provisão recebida foi de R\$240.785,00, tendo sido emitido o empenho de R\$237.791,00. O total liquidado e pago foi equivalente a R\$237.791,00.

Detalhamento dos Elementos de Despesas da Ação 8384

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	105.723,00	105.723,00	15.723,00
MATERIAL DE CONSUMO	48.726,26	48.726,26	48.726,26
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	53.730,30	53.730,30	53.730,30
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	29.612,14	29.573,54	29.573,54
TOTAL	237.791,70	237.753,10	237.753,10

Fonte: SIAFI

Destes valores, 44,46% foram gastos em diária, 20,49% foram gastos em material de consumo, 22,60% em despesas com locomoção e passagens e 12% em serviços de terceiros de pessoa jurídica.

Entretanto, há de se observar que a meta seria alcançada a pleno êxito caso as questões externas, já referidas neste relatório, não retardassem o processo de obtenção de terras. Computa-se 760 famílias ajuizadas e não imitidas na posse em dezembro; 206 famílias com TDAs já emitidos, em tempo não hábil para ajuizar a ação no mesmo exercício; 453 famílias com TDA solicitado a Brasília e não publicado e 1.043 famílias com avaliação realizada e em fase de conclusão. Tem-se sugerido que as publicações dos decretos e a liberação dos recursos indenizatórios sejam efetuadas com mais diligência, de forma a viabilizar a emissão dos TDAs no mesmo exercício financeiro. Este somatório eleva para 3.484 o número de famílias assentadas, demonstrando que esforço da Regional foi empreendido.

Para o exercício de 2011 sugere-se que as metas sejam compatíveis com os recursos que serão liberados para a meta onerosa, bem como com a capacidade da Regional em executá-la. Todo o trabalho de campo, realizado em 2010 para ficar em conformidades com IN 47 para reassentamento de famílias, nos casos de lotes abandonados sem indicativo de situação irregular de compra e venda e/ou conflito poderão ser aproveitados para a meta de 2011. Foi concluído o levantamento das RESEX no estado e estabelecido contato com conselheiros e gestores, já estando as comunidades cientes e em acordo com a ação do INCRA, o que poderá implicar,

positivamente na meta de assentamento. Quanto a meta onerosa, sugere-se priorizar aqueles imóveis onde se observa maior tensão e aqueles que o prazo do decreto se expira ainda neste exercício.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8387	A	3	Há	126.986	103.426,75	81,4	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
825.410	1.165.904	1.157.655	99	1.119.843	96	1.116.960	96

Fonte: SIAFI

Foi estabelecida para a Superintendência Regional da Bahia, no exercício de 2010, meta de vistoria e avaliação de imóveis de 126.926 há, alcançando 81,4% deste patamar. Justifica-se aqui esta diferença, principalmente por conta do recorte considerado para referendar aqui como meta efetivamente alcançada, que é o Laudo concluído e entregue. E, como trabalho depende de informações de outras instituições (como ADAB, cartórios de registros de imóveis, dados do proprietário, DNPM, Coelba, etc.), não raro o trabalho do técnico praticamente concluído, não pode ser finalizado e entregue por depender de dados e informações de competência de outra esfera governamental. Caso esta condição não fosse limitante, a meta seria ultrapassada em cerca de 30%, conforme levantamento dos trabalhos efetuados em campo e apresentados a seguir:

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA MEDIDA (ha)
Agua Verde	Malhada	1.242,95
Alto dos Cristais	Xique-Xique	500,00
Alvorada	Esplanada	1.034,69
Aouranos	Barreiras	1.200,00
Araponga II	Itanagra	594,51
Barro Alto	Sítio do Mato	2.240,00
Bela Vista	Itapetinga	1.842,34
Bom Jardim	Ibotirama	1.570,00
Cachoeirinha	Correntina	837,00
Cana Brava	Entre Rios	867,44
Candeia Bonita	Tucano	2.564,07
Caraíbas	Araci	827,00
Carnaíba	Bom Jesus da Iapa	3.480,60
Conjunto Aires	Prado	1.476,30
Conjunto Algodões	Iaçu	1.268,96
Conjunto Brasil	Uruçuca	254,81
Coqueiral	Mata de São João	422,08
Cruzeiro do Sul	Ibicuí	1.518,00
Curitiba	Iramaia	2.332,00
Faz. Falcão	Esplanada	676,34
Faz. Prazeres	Ruy Barbosa	4.596,65
Faz. Sossego	Mundo Novo	1.143,51
Gameleira	Inhambupe	304,92
Genebra e Santa Rosa	Belmonte	1.149,01

Lagedão do Iuiu	Malhada	1.435,00
Lagoa de Dentro	Iaçu	784,08
Lagoa do Amargoso	Barra da Estiva	904,36
Lagoa Grande	Iramaia	2.128,53
Maria Bonita	Dario Meira	1.545,14
Mocambo	Malhada	1.170,68
Molha Gato	Seabra	200,00
Morros	Iaçu	368,93
Nativa	São Desidério	1.988,01
Nossa Senhora da Graça	Mata de São João	336,60
Nova Esperança	Euclides da Cunha/Canudos	1.374,36
Nova Esperança	Iramaia	7.330,00
Oriental I	Cotegipe	1.000,00
Palmeiras	Itaberaba	453,60
Passagem das vacas e Lagoa Grande	Cacule	316,00
Pau D'Arco	Barra	2.310,00
Pau Loro	Riachão das Neves	2.927,11
Poço da Anta	Oliveira dos B.	4.506,80
Poço do Canto	Iaçu	898,60
Poldrinhos	Itiuba	336,70
Prazeres	Ruy Barbosa	5.028,28
Renascer	Manoel Vitorino	720,00
Retiro N. S ^a da Soledade	São Sebastião do Passé	1.181,40
Reunidas Nova Bibiana	Iaçu	1.216,53
Reunidas San Conrado	Porto Seguro	768,00
Reunidas Thiara e Suiça	Contendas do Sitorá	6.315,00
San Conrado	Iramaia	4.356,00
SANTA BARBARA	IREÇE	4.176,00
Santa Helena	Iramaia	1.512,00
Santa Maria	Malhada	4.134,00
Santangelo	Coração de Maria	1.026,95
Santo Antonio	Itabuna	215,79
São Benedito Lado A	Uruçuca	495,41
São Cristovão	Maraú	305,34
São Francisco	Candeias	176,95
São João	Jaguaquara	816,85
São Jorge	Coaraci	365,09
São José	UNA	258,66
São José	UNA	258,66
São Lucas	Euclides da Cunha	1.210,00

São Sebastião	Marau	113,00
Sete Ferro	Serrinha	1.158,70
Sítio Lagoa do Mato	Casa Nova	788,76
Sossego	Mundo Novo	1.143,51
Tataira	Bom Jesus da lapa	2.300,00
Terreiro Garcia e outras	Boa Vista do Tupim	5.290,00
Tingui	Serra Preta	770,14
Tres Ilhas e outras	Carinhanha	800,00
Umbuzeiro	Iaçu	700,00
Vereda e Gado Bravo	SantaLuz	1.656,15
Maçaranduba	Maraú	602,1
São João	Itajuípe	377,3830
Monte Carlos e São João	Una	731,5300
Camaçari	Camaçari	76,8835
Agrícola Coração	Coaraci	279,5366
Quererá	Araci	1.420,0000
Lagoa da Serra	Oliveira dos Brejinhos	2.594,0021
Faz. Jibóia	Euclides da Cunha	4300,0000
FAZ. VALE DO ITAPICURU	ARAÇI	12627,5000
Cajuba	Nova Soure	18397,2500
Faz. Nova Batalhinha	Bom jesus da Lapa	1076,7600
Batalhinha	Bom jesus da Lapa	1134,7200
Monte das Oliveiras	Vitoria da Conquista	3294,6693
Nova Esperança	São Desiderio	2350,0000
	Total	164.777,23

Fonte: SISOTE

Assim, a liberação dos recursos demonstra plena compatibilidade com o trabalho realizado, considerando que o trabalho de campo é que efetivamente consome os recursos programados nos elementos de despesa, necessitando de suplementação.

Detalhamento dos Elementos de Despesas da Ação 8387

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	328.518,00	328.518,00	328.518,00
MATERIAL DE CONSUMO	96.763,26	96.763,26	96.763,26
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	461.869,56	461.869,56	461.869,56
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	270.504,26	232.692,23	229.809,98
TOTAL	1.157.655,08	1.119.843,05	1.116.960,80

Fonte: SIAFI

As informações do SIAFI confirmam que 29% dos gastos foram consumidos em diárias, das quais uma parte significativa foi destinada para pagamento das perícias judiciais determinadas pela 7ª Vara da Justiça Federal quando do ajuizamento das ações. Quase a totalidade dos processos, quando nessa fase, passa por tal procedimento, por determinação dos juízes federais, sendo o ônus arcado pelo INCRA.

Dada a grande extensão territorial do Estado da Bahia, tem-se o uso intensivo de diárias para cobrir despesas com deslocamento, principalmente, das equipes de vistoria e avaliação, para os trabalhos de campo. A título de exemplo, em média, uma equipe de campo é composta por dois técnicos, agrônomo e agrimensor, no mínimo, podendo ser mais, a depender da complexidade do trabalho, mais o motorista, que saem da Superintendência com tempo estimado de nove dias para conclusão dos trabalhos, sendo-lhes creditado o valor correspondente a 8,5 diárias. Considerando, assim, um valor de diária paga em 2010 de 177 reais, o custo médio mínimo foi de R\$ 4.513,50 por imóvel vistoriado. Tendo sido vistoriados ou avaliados 88 imóveis, em 2010 teve-se um gasto com diárias total de R\$ 397.188,00. O valor excedente do gasto com tal rubrica foi compensado com a utilização de recursos disponibilizados na ação de Gestão e Administração do Programa – GAP e ainda Licenciamento Ambiental.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8374	A	3	Licença	46	18	39,1	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
852.099	975.063	974.809	100	885.790	91	885.790	91

Fonte: SIAFI

Na SR (05), os estudos para o licenciamento em imóveis em processo de obtenção são efetuados pelo engenheiro agrônomo e engenheiro agrimensor. Para tanto,

agregou-se à ação de vistoria de imóvel para fiscalizar o cumprimento da função social o levantamento de informações para o licenciamento prévio. O tipo de procedimento exigido no estado da Bahia depende de um encaminhamento específico, que se fundamenta no enquadramento do empreendimento; caso a propriedade tenha mais de 2.000ha ou capacidade para assentar mais de 82 famílias, elabora-se a Licença de Localização, que consiste (Relatório de Caracterização do Empreendimento, Elaboração dos mapas de Uso proposto e de Uso Atual – publicação em jornal de grande circulação; para imóveis menores que 2.000ha e capacidade de assentamento inferior a 82 famílias, elabora-se o Termo de Compromisso de Responsabilidade Ambiental – TCRA, que consiste também em estudo, encaminhado através de formulário com o Termo e os mapas; após expedida), assegurando regularidade ambiental ao assentamentos criados, atendendo assim ao disposto na Resolução CONAMA 387/06.

Foi finalizado o Convênio com Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, referente ao Projeto de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais e de Exploração Econômica Sustentável em Áreas de Assentamento de Reforma Agrária no Bioma Caatinga (Licenciamento e Manejo), que visava promover o licenciamento ambiental de 07 PAs; averbação de 2.349 ha de Reserva Legal e recuperação de áreas de preservação permanente nos referidos assentamentos.

Dentre os trabalhos elaborados pelo Serviço de Meio Ambiente foi relevante o trabalho efetuado pela engenharia florestal, conforme detalhamento abaixo:

LOCAL	MUNICÍPIO	OBJETIVO
Fazenda Reunidas Pau Brasil	Itamaraju	Vistoria ambiental para elaboração de parecer técnico e de peças técnicas para o Licenciamento Ambiental
Fazenda Pedra	Ibirapuã	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica
Fazenda Canaci	Iramaia	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica

PA Salubrinho	Andaraí	Inventário para supressão de lotes
Fazenda Pedra Branca	Serra do Ramalho	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica
Murici Oiticica e Outras	Conde	Vistoria para desapropriação parcial
São Félix	Boa Vista do Tupim	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica
PA União/Fazenda Estopa	Candeias	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica e proposta de manejo
Fazenda Pindorama	Santa Luzia	Inventário e plano de manejo da piaçava
Fazenda Lindóia	Pojuca	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica
Faz. Olhos d'água	Boa Vista do Tupim	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica
Fazenda Nova Esperança	Itaetê	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica
Faz. Terreiro Garcia e outros	Itaetê	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica
Faz. Coqueiral	Mata de São João	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica
Faz. São Francisco	Candeias	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica

Fazenda Borá	Itaguaçu da Bahia	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica
Fazenda Luzitânia	Maraú	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica
PA Rio de Ondas	Luiz Eduardo Magalhães	Elaboração do PRAD e PREV para regularização do PA a pedido do
Fazenda rubim I e II	Santa Cruz de Cabralia	Classificação da vegetação/estádios de sucessão da Mata Atlântica
Fazenda Cajazeiras	Dias D'ávil	Diagnóstico Ambiental

Foram protocoladas no Instituto do Meio Ambiente (IMA), as solicitações de localização de Reserva Legal dos imóveis abaixo discriminados:

Imóvel		Área (há)	Município	Tipo de Licença
	Faz. Monte Cristo	1.067,14	Ribeirão do Largo	TCRA
	Faz. Santa Tereza do Guarani	406,38	Una	TCRA
	Faz. Conjunto São Jose/ Bom Sussego II e outras	698,82	Santa Luzia	TCRA
	Faz. Kaetha	1.007,21	Maracás / Iramaia	TCRA
	Faz. Paraiso	281,30	Jaguaquara	TCRA
	Faz. Mundo Novo	6.348,48	Campo Alegre de Lourdes/ Pilão Arcado	LL
	Faz. Bela Paz	2.643,25	Boa Vista do Tupim/ Ibiquera	LL
	Faz. Lindoia	293,43	Pojuca	TCRA

Licenças protocoladas em 2010

2009	Faz. Monte das Oliveiras	3.273,51	Vitória da Conquista	LL
2008	Faz. Vale do Itapicurú	4.549,94	Araci	LL
2009	Faz. Oasis	2.852,45	Ipirá	LL
2008	Faz. Agrícola Coração	275,90	Coaraci	TCRA
2008	Faz. Alto da Boa Esperança	674,43	Tapiramutá	TCRA
2008	Faz. Oriental	455,40	Gandú/Wenceslau Guimarães	TCRA
2008	Faz. Santa Isabel	1.619,31	Tapiramutá	TCRA
2009	Faz. Maçaranduba	586,64	Maraú	TCRA
2009	Faz. Laranjeira e Rio Bonito	325,24	Wagner/ Lençóis	TCRA
2009	Faz. São Pedro II	233,28	Itanagra / Araças	TCRA
2009	Faz. Monte Cristo	1.067,14	Ribeirão do Largo	TCRA
2009	Faz. Santa Tereza do Guarani	406,38	Una	TCRA
2010	Faz. Lindoia	293,43	Pojuca	TCRA
2007	Faz. Brejo do Alto Alegre	1.410,44	Tucano	TCRA
2007	Faz. Paraíso e outras	690,52	Valença	TCRA
2009	Faz. Conjunto Conceição	378,91	Ibirapitanga/ Ubatã	TCRA
2007	Faz. Quererá	1.379,25	Tucano	TCRA
2010	Faz. Kaetha	1.007,21	Maracás / Iramaia	TCRA

Licenças expedidas em 2010

2007	Faz. Pai Simão	2.139,42	Marcionílio Souza	LS
2007	Faz. Potiguar	1.858,35	Sento Sé	LS
2009	Faz. Laranjeira e Rio Bonito	325,24	Wagner/ Lençóis	TCRA
2008	Faz. Santa Isabel	1.619,31	Tapiramutá	TCRA
2008	Faz. Oriental	455,40	Gandú/Wenceslau Guimarães	TCRA
2008	Faz. Alto da Boa Esperança	674,43	Tapiramutá	TCRA

Detalhamento dos Elementos de Despesas da Ação 8374

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	186.122,96	186.122,96	186.122,96
MATERIAL DE CONSUMO	26.000,00	26.000,00	26.000,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	90.000,00	90.000,00	90.000,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	584.222,02	583.667,43	583.667,43
TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	88.465,00	0,00	0,00
TOTAL	974.809,98	885.790,39	885.790,39

Fonte: SIAFI

Assim, a quantidade de recursos utilizados na Ação demonstra compatibilidade com as atividades realizadas, e o estoque de trabalho na elaboração de peças técnicas representa um volume até superior as metas previstas. Esta Divisão tem travado um diálogo permanente com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, procurando demonstrar o interesse e a qualificação do corpo técnico para realizar o licenciamento, mas apontando os entraves que existem na tentativa de licenciar os empreendimentos. O exemplo disto é o recebimento de 10 peças técnicas que foram recepcionadas no ano de 2010, mas que, por necessidades de enfrentar a burocracia para protocolá-las, 8 delas só serão contabilizadas para o exercício 2011.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**Execução Física das Ações Realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	4460	A	3	Há	14.853	4.419,66	29,8	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
696.873	4.250.805	4.520.805	100	715.087	17	715.087	17

Fonte: SIAFI

De acordo com a meta prevista na Programação Orçamentária (PO) 2010, a Superintendência Regional da Bahia, através da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, teve como meta a obtenção de 14.853 ha, conforme tabela acima. Para o atendimento de tais metas, segundo critérios do INCRA-SEDE, a previsão orçamentária total (TODA + benfeitorias) foi de 696.873,00 reais.

Destacamos que o pagamento de TDAs (títulos da dívida agrária), que indeniza o proprietário pelo pagamento da terra nua, é feito diretamente pela sede da autarquia, não tendo esta superintendência nenhum envolvimento com tal procedimento. Entretanto, a dotação orçamentária para tal é especificada para cada superintendência regional. O que cabe as superintendências regionais é o pagamento das benfeitorias, feito à vista e depositado diretamente na conta dos proprietários.

Considerando o total de área a ser obtido no exercício de 2010 e o valor da dotação orçamentária disponibilizado, o custo médio por hectare foi de R\$46,91. Porém, na prática, o custo médio pago por hectare, levando em consideração as áreas efetivamente obtidas e o valor pago pelas mesmas, foi de R\$ 2.534,15, conforme tabela abaixo. Tal valor está de acordo com o preço médio pago no Estado por hectare de terra em 2010, segundo levantamento da consultora FNP, publicado no periódico AGRIANUAL em 2010.

Município	Imóvel	Área (Av/ha)	Fam	(R\$) TDAs	(R\$) Benf	(R\$) Sobre TDAs	(R\$) Total
ITAETÉ	FAZENDA CONJUNTO ALTO DO MEIO	594,21	23	437.209,33	95.205,55	87,95	532.502,83
MARAÚ	FAZENDA MAÇARANDUBA	586,64	50	942.498,04	1.979.427,17	11,27	2.921.936,48
MASCOTE	PRIMAVERA	29,83	6	87.481,37	17.830,84	116,20	105.428,41
MUCURI	FAZENDA VALE DA ESPERANÇA (XX)	821,11	75	1.967.784,25	0,00	704,27	1.968.488,52
SANTA BRÍGIDA-BA	FAZENDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E OUTRAS	1.225,56	24	1.046.215,66	79.548,74	43,78	1.125.808,08
SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	FAZENDA RETIRO NOSSA SENHORA DA SOLEDADE	1.162,31	57	4.024.732,83	521.119,70	82,68	4.545.935,21
		4.419,66	235	8.505.921,38	2.693.132,00	1.046,15	11.200.099,53

O preço de terras na Bahia tem apresentando nos últimos anos uma crescente valorização, observada em várias regiões produtoras do Estado, a exemplo de Eunápolis, com a cultura do eucalipto; Região do Oeste Baiano, principalmente Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães, com as culturas do algodão e soja; Juazeiro, com a fruticultura irrigada; Teixeira de Freitas e Itamaraju, com a pecuária; e, por fim, a Região Sul, com a retomada de preço do cacau no mercado internacional e o aumento da produtividade, dado o controle mais eficiente da vassoura de bruxa. Temos exemplo de imóveis na Região de Barreiras em que o valor do hectare ultrapassa os R\$10.000,00. Isso influencia sobremaneira o custo de aquisição dos imóveis pelo INCRA em municípios da região, elevando-o também.

Salienta-se que os valores pagos pelo INCRA têm como base o estudo do mercado de terras na região de obtenção do imóvel, de acordo com metodologia orientada pela NBR 14.653, da ABNT, obtendo-se, então, valores condizentes com os praticados pelo mercado local/regional. Assim, o preço médio de R\$1.947,00, pago por hectare de terra, demonstra a adequação da metodologia utilizada pelo INCRA, representando a realidade do mercado.

Face ao exposto, pode-se verificar que na eventualidade de se atender à meta inicialmente estipulada, necessitar-se-ia de recursos no mínimo cinquenta e quatro vezes maior do que fora disponibilizado.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas

de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0135	2272	A	-	-	0	0		

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	39.667	39.667	100	9.786	25	9.876	25

Fonte: SIAFI

Aplicado no suporte as ações de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais e Licenciamento Ambiental de Assentamento de Reforma Agrária.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc., visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	A	3	Famílias	6.898	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
10.064.638	24.080.132	23.774.132	99	8.192.803	34	8.192.803	34

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia (SR-05), através do Serviço de Infraestrutura, tem buscado nos oito últimos exercícios a realização de Licitações para contratação direta de empresas de engenharia para a implantação de obras nos Projetos de Assentamento a ele jurisdicionados, em substituição ao modelo de formalização de convênios com Órgão do Estado e Prefeituras anteriormente adotado.

Contando com servidores que adquiriram ao longo desses últimos anos um amadurecimento na prática da realização de processos licitatórios, o seu desempenho vem superando as previsões orçamentárias do ano exercício, contratando sempre com uma dotação orçamentária superior à meta prevista, oriundas do remanejamento orçamentário de outras superintendências que tiveram dificuldades na aplicação dos recursos que lhe foram disponibilizados.

Prova disso é que em 2008 tendo uma meta orçamentária da ordem de 12.000.000 de reais a equipe conseguiu licitar 22.000.000 em estradas e mais de 3.000.000 em obras de sistemas de abastecimento de água.

Em 2009 o montante investido em contratos de licitações supera a casa de R\$ 13.900.000,00 em recuperação de estradas vicinais e R\$ 5.600.000,00 em implantação de sistemas de abastecimento de água para consumo humano. Além disso, também foram realizadas perfurações de poços artesianos para integrar os sistemas de abastecimento de água a serem implantados (R\$ 2.243.740,44) e contratação de empresas para elaboração de tais projetos (R\$ 856.078,74).

Ainda em 2009, foram instruídos alguns outros processos licitatórios para contratação de empresa para realização de obras de recuperação / implantação de estradas, mas que não foi possível a realização do certame em virtude da indisponibilidade orçamentária no período, tendo sido aproveitado os autos para o exercício seguinte (2010).

Desta forma, já no início do ano de 2010 foi realizada uma licitação para contratação de empresa visando realizar obras de recuperação de estradas vicinais, a qual foi dividida em dois lotes que somam um montante de R\$ 11.552.913,69, como pode ser observado no quadro demonstrativo abaixo.

Ainda no primeiro semestre, outra licitação, desta vez para contratação de empresa para elaboração de projetos de estradas, foi concluída, totalizando R\$

1.815.258,02 (ver quadro anexo) em contratos. Estes projetos já se encontram disponíveis no Serviço de Infraestrutura desta Superintendência, aguardando disponibilização de recursos para serem executados.

Já no segundo semestre de 2010 realizamos mais dois processos licitatórios para execução de obras de implantação de sistemas de abastecimento de água para consumo humano. Um desses processos resultou em um contrato no valor de R\$ 2.960.654,48 (ver quadro anexo), o qual está em andamento. Já o outro processo licitatório, com valor estimado da ordem de R\$ 8.500.000,00, foi cancelado, a partir de Orientação da Procuradoria Federal Especializada, por falta de garantia de disponibilização de recursos financeiros. Esperamos retomar este procedimento, tão logo tenhamos o Orçamento de 2011 disponibilizado.

Uma das principais características do Serviço de Infraestrutura da SR-05 é poder contar com a experiência de seus técnicos. Isto se dá tanto do ponto de vista do conhecimento geográfico do Estado da Bahia e de seus Projetos de Assentamentos, quanto da elaboração de Projetos Básicos, fiscalização de obras e, participação em processos licitatórios das obras de infraestrutura básica nos assentamentos a serem realizadas pela SR-05.

Por outro lado, o limitado quadro de técnicos efetivos acarreta na limitação da capacidade operacional do setor, influenciando diretamente na qualidade de atendimento das demandas apresentadas. No período de 2001 a 2003 o setor contava com um número confortável de técnicos cobrindo todo o Estado da Bahia e acompanhando de perto os diversos Convênios celebrados pela SR-05 com o Estado (CAR – Companhia de Ação Regional da Bahia, CERB – Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia, CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário) além da CEF – Caixa Econômica Federal. Entretanto, houve um gradativo esvaziamento em razão inversa à ampliação da quantidade de novos Projetos de Assentamentos criados. O Setor que chegou a contar com quatro engenheiros civis do quadro permanente, além da participação de outros técnicos contratados através de convênio para dar acompanhamento às obras em execução, hoje possui um reduzido número de engenheiros para gerenciar e fiscalizar todas as ações de sua responsabilidade. Com a abertura de concurso para o INCRA, em que foram disponibilizadas quatro vagas para engenheiro civil, surgiu uma esperança de que essa situação fosse melhorar, mas o setor ainda aguarda definição com relação à contratação desses profissionais.

**Recuperação de Estradas – Contrato CRT 03/2010 e CRT 04/2010
com a CTA Empreendimentos LTDA**

PA	Município	Quantidade	Valor	Famílias
12 de Maio	Araçás	7,70 km	120.324,72	31
Aliança	Boa Vista do Tupim	0,80 km	29.046,45	69
Ana Rosa	Pojuca	17,91 km	344.353,02	58
Beira Rio	Boa Vista do Tupim	66,40 km	1.192.346,00	396
Che Guevara / R. Bandeira	Boa Vista do Tupim	10,40 km	310.246,92	52

Fábio Henrique	Wenceslau Guimarães	13,49 km	318.670,26	76
Lucas Dantas	Ituberá	14,92 km	506.234,83	49
Nova Paz	Queimadas	2,58 km	54.859,26	17
Nsa. Sra. Do Rosário	Prado	24,07 km	260.408,82	43
Pau Brasil	Itamaraju	6,45 km	215.823,47	45
Paulo Freire	Camamu	2,66 km	55.518,37	25
Paulo Jackson	Ibirapitanga	2,15 km	58.474,03	55
Roseli Nunes	Guaratinga	8,74 km	251.730,57	45
São Francisco	Esplanada	8,62 km	305.754,98	87
Serra de Areia	Ibirapitanga	3,92 km	78.680,85	44
Três Irmãos	Prado	21,65 km	441.198,62	49
Arco Verde	Santa Rita de Cássia	59,68 km	746.913,93	58
Beira Rio	Santa Rita de Cássia	15,82 km	286.107,22	119
Beira Rio II	Cotegipe	49,00 km	952.059,65	66
Cacimba	Coribe	7,20 km	187.575,07	37
Carlota	Riachão das Neves	7,05 km	185.462,90	71
Ex. São Francisco	Serra do Ramalho	20,28 km	849.688,15	600
Ilha da Liberdade	Barreiras	1,98 km	41.099,95	29
Pai João	Coribe	18,00 km	695.693,04	134
Reserva Oeste	Serra do Ramalho	40,61 km	842.723,91	614
Reunidas Esplanada / Capefe	Santa Rita de Cássia	21,30 km	332.791,45	55
Rio das Rãs II	Bom Jesus da Lapa	19,10 km	584.200,41	66
Rio Preto	Santa Rita de Cássia	26,44 km	374.706,82	226
Senhor do Bonfim	Santa Rita de Cássia	21,77 km	333.389,87	151
Serra Grande	Coribe	19,20 km	323.766,83	44
Vitória	São Desidério	18,66 km	273.063,34	28
TOTAL		558,55 km	11.552.913,71	3439

20 municípios – 31 PA

Elaboração de Projetos de Estradas – Contratos CRT 06/2010 e CRT 07/2010 com a Jukai Construções LTDA:

PA	MUNICÍPIO	VALOR	FAMÍLIAS
Menino Jesus	Água Fria	R\$ 10.730,00	212
Santa Clara	Andaraí	R\$ 17.138,00	201
Angical	Angical	R\$ 90.350,00	529
Cascata	Aurelino Leal	R\$ 8.594,00	39
São Francisco de Assis do Jequitinhonha	Belmonte	R\$ 11.798,00	25
Aliança	Boa Vista do Tupim	R\$ 26.750,00	69
Barra Verde	Boa Vista do Tupim	R\$ 21.944,00	95
Nossa Senhora Auxiliadora	Boa Vista do Tupim	R\$ 22.478,00	52
Polinésia	Boa Vista do Tupim	R\$ 27.818,00	70

Reunidas Cambuí	Boa Vista do Tupim	R\$ 21.410,00	40
Che Guevara/Bandeira	Boa Vista do Tupim	R\$ 13.328,00	52
Crispim	Boa Vista do Tupim	R\$ 6.404,30	24
Itararé	Buerarema	R\$ 15.002,00	40
Nova Ypiranga	Camacan	R\$ 12.028,26	109
Cosme e Damião	Camaçari	R\$ 18.740,00	28
Antonio Conselheiro III	Camamu	R\$ 18.740,00	34
Argemiro Mendes	Camamu	R\$ 10.730,00	24
Che Guevara	Camamu	R\$ 12.332,00	19
Dandara dos Palmares	Camamu	R\$ 21.410,00	65
Zumbi dos Palmares	Camamu	R\$ 11.798,00	50
São José	Canavieiras	R\$ 8.168,70	20
Nova Esperança e Alto Bonito	Cansanção	R\$ 20.342,00	112
Varzinha	Canudos	R\$ 12.866,00	51
Caatinga	Carinhanha	R\$ 21.410,00	43
Barra do Parateca	Carinhanha	R\$ 12.332,00	795
Santa Helena	Carinhanha	R\$ 17.462,00	68
Campo Verde	Casa Nova	R\$ 13.400,00	31
Pioneiro	Cipó	R\$ 13.934,00	36
Nova Palmares	Conceição do Coité	R\$ 20.342,00	102
Pai João	Coribe	R\$ 15.450,00	134
São Francisco de Assis	Cotegipe	R\$ 11.264,00	81
Rio Grande II	Cotegipe	R\$ 14.444,00	66
Palestina	Cravolândia	R\$ 26.750,00	180
Reunidas Palame	Esplanada	R\$ 15.002,00	55
Nova Terra	Formosa do Rio Preto	R\$ 16.070,00	45
Cedro III	Gandu	R\$ 15.002,00	18
Conjunto Mineiro	Gandu	R\$ 16.070,00	26
Lajedo Bonito	Guaratinga	R\$ 15.002,00	52
Etevaldo Barreto Pelé	Ibicarai	R\$ 12.866,00	30
Conj. Bom Gosto	Ilhéus	R\$ 10.730,00	41
Fábio Henrique Cerqueira	Ilhéus	R\$ 10.730,00	29
João Amazonas	Ilhéus	R\$ 13.934,00	75
Josefa Vitória	Ilhéus	R\$ 15.002,00	36
Nova Vitória	Ilhéus	R\$ 10.730,00	36
Frei Vantuy	Ilhéus	R\$ 7.526,00	39
Ressureição	Ilhéus	R\$ 8.060,00	35
Virote	Itabela	R\$ 13.934,00	44
Conj. Alemita	Itabuna	R\$ 17.672,00	30
Manoel Chinês	Itabuna	R\$ 11.798,00	40
Novo Horizonte	Itabuna	R\$ 15.002,00	105
Nova Vida	Itacaré	R\$ 20.876,00	42
Pancada Grande	Itacaré	R\$ 10.730,00	49
Macaco Seco	Itaetê	R\$ 13.934,00	35
Santa Maria Florentino	Itaetê	R\$ 10.730,00	40

Rosely Nunes	Itaetê	R\$ 18.724,30	160
Aparecida do Norte	Itaguaçu da Bahia	R\$ 11.798,00	66
California I	Itaguaçu da Bahia	R\$ 18.206,00	36
Nova Dely	Itamaraju	R\$ 15.383,06	52
Novo Horizonte	Itambé	R\$ 8.594,00	58
Arizona	Itapicuru	R\$ 24.080,00	91
Quilombo Lagoão	Itapicuru	R\$ 18.740,00	35
Patalim	Jandaíra	R\$ 9.166,00	22
Bela Flor	Lençóis	R\$ 9.662,00	9
Reunidas Jaqueira /Rio Bonito	Lençóis	R\$ 12.866,00	41
São Joaquim	Macajuba	R\$ 15.536,00	44
Liberdade	Marau	R\$ 12.866,00	55
Nancy	Mascote	R\$ 18.740,00	32
Euclides Neto	Mata de São João	R\$ 12.332,00	76
Manoel Dias	Muquém do São Francisco	R\$ 13.438,00	102
Santana	Muquém do São Francisco	R\$ 9.414,00	25
Moreno	Nova Redenção	R\$ 15.002,00	119
Cajueiro	Nova Soure	R\$ 20.342,00	23
Penha	Nova Soure	R\$ 15.002,00	47
Riacho dos Porcos	Paratinga	R\$ 21.410,00	481
Galiléia	Poções	R\$ 13.400,00	69
Pajeu	Ponto Novo	R\$ 26.750,00	316
Reunidas Corumbau	Prado	R\$ 13.400,00	69
Riacho das Ostras	Prado	R\$ 21.410,00	84
Guaíra	Prado	R\$ 11.808,50	22
Rio Branco	Riachão das Neves	R\$ 15.536,00	185
Brejo de São José	Riacho de Santana	R\$ 16.070,00	96
Embauba	Santa Cruz Cabrália	R\$ 13.934,00	41
O Descobrimento	Santa Cruz Cabrália	R\$ 10.730,00	30
São Miguel	Santa Cruz Cabrália	R\$ 15.002,00	74
Antonio Conselheiro	Santa Luz	R\$ 22.478,00	37
Lagoa do Boi	Santa Luz	R\$ 19.274,00	77
Mucambinho	Santa Luz	R\$ 15.002,00	82
Rumo a Independência	Santa Luz	R\$ 14.468,00	40
Vargem Funda	Santa Luz	R\$ 15.002,00	30
Faz. Bom Sucesso	São Félix do Coribe	R\$ 8.055,90	20
Milagre / Mangaratiba	São Gabriel	R\$ 12.866,00	37
Paraíso	São Gabriel	R\$ 16.070,00	16
Sacrifício	São Gabriel	R\$ 12.866,00	11
Paus Pretos	Sebastião Laranjeiras	R\$ 21.410,00	60
Mangal II	Sítio do Mato	R\$ 11.798,00	93
Nova Esperança	Sítio do Mato	R\$ 21.410,00	103
Vale Verde/Quilombola Jatobá	Sítio do Mato	R\$ 8.408,00	440
Caraíbas	Sítio do Quinto	R\$ 8.036,00	35
Porteira	Sítio do Quinto	R\$ 26.750,00	34

Tingui Gonçalves	Sítio do Quinto	R\$ 13.400,00	61
Lameiro (2 de Julho)	Tapiramutá	R\$ 17.138,00	18
Boqueirão	Tucano	R\$ 13.934,00	24
Pé de Serra	Tucano	R\$ 10.730,00	61
Santa Virgínia	Tucano	R\$ 11.798,00	30
São José do Marimbá	Tucano	R\$ 6.713,00	10
N. S. Aparecida	Ubaitaba	R\$ 12.332,00	20
Cachoeira Bonita	Ubaitaba	R\$ 8.594,00	40
Cruzeiro do Sul	Ubaitaba	R\$ 8.594,00	59
Fortaleza	Una	R\$ 12.866,00	49
Ipiranga	Una	R\$ 10.730,00	45
Nova Galícia	Una	R\$ 10.730,00	33
São Jorge	Uruçuca	R\$ 10.730,00	42
São Francisco N° 05	Utinga	R\$ 16.070,00	55
Santa Luzia	Valença	R\$ 12.332,00	26
São Sebastião de Utinga	Wagner	R\$ 10.730,00	89
São João (Oziel Alves)	Wenceslau Guimarães	R\$ 16.070,00	80
Cajueiro I e II	Xique-Xique	R\$ 29.444,00	242
TOTAL		R\$ 1.815.258,02	9057

66 Municípios – 117 PA

Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água – Contrato CRT 14/2010 com a Construtora DPS LTDA:

PA	MUNICÍPIO	VALOR	FAMÍLIAS
Dandara dos Palmares	Camamu	R\$ 281.072,23	65
Zumbi dos Palmares	Camamu	R\$ 264.741,00	50
Santa Helena	Carinhanha	R\$ 364.770,57	68
Maria Zilda	Cordeiros	R\$ 323.737,63	53
Cosme Muniz	Ilhéus	R\$ 321.183,11	34
Dois Irmãos	Ilhéus	R\$ 225.050,21	23
Josefa Vitória	Ilhéus	R\$ 151.225,01	36
Helvécia	Itajuípe	R\$ 243.985,77	36
São João	Nilo Peçanha	R\$ 211.898,16	29
Cachoeira Bonita	Ubaitaba	R\$ 231.890,55	40
São Jorge	Uruçuca	R\$ 53.477,74	42
Bela Vista da Serra	Vitória da Conquista	R\$ 287.622,50	41
TOTAL		R\$ 2.960.654,48	517

9 Municípios – 12 PA

A diferença do valor empenhado não explicitado nas tabelas acima refere-se a aditivos de licitações de exercícios anteriores.

Não computados para meta mas entregues aos beneficiários foram concluídos 293 Km² de recuperação de estradas, beneficiando 16 PAs referente a obras iniciadas em exercícios anteriores e concluídas no exercício de 2010, conforme tabela abaixo.

Nº PROCESSO	PA	MUNICÍPIO	Qtd Famílias	CNPJ DA CONVENIENTE/ CONTRATADA	Estrada Recuperada
					Km
54160.001022/2009-20	Anice	Muquém do São Francisco	34	08.366.615/0001-48	6,99
	Araruna	Lençóis	15		2,30
	Bom Jesus/ Sta Cruz	Boa Vista do Tupim	43		28,80
	Boqueirão	Lençóis	70		31,60
	Campo Formoso	Nova Redenção	26		13,00
	Campinhos	Canavieiras	40		19,20
	Jatobá	Muquém do São Francisco	46		34,10
	Manoel Dias	Muquém do São Francisco	114		10,40
	Mocambo	Andaraí	80		40,50
	Nova Conquista	Ibotirama	31		7,70
	Nova União Fazenda Ferrari	Oliveira dos Brejinhos	60		13,80
	Picada	Xique Xique	600		13,50
	Santa Bárbara	Muquém do São Francisco	64		15,94
	Santana	Muquém do São Francisco	34		37,84
	Três de Abril	Terra Nova	98		7,40
	Vitorópolis	Una	22		10,67
			1.377		293,74

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	Famílias	999	0	0	0

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
570.394	129.927	129.927	100	129.927	100	129.927	100

Fonte: SIAFI

No início do segundo semestre de 2010 foram encerrados os contratos para execução de serviços topográficos que estavam vigentes desde dezembro de 2008, em consequência, com o apoio do Serviço de Cartografia foram fiscalizados e recepcionados o material referente à execução dos serviços de medição e demarcação em 124 Projetos de Assentamento, compreendendo uma área 225.738,0051 hectares, atingindo um montante de aproximadamente 3.223 parcelas, além de uma grande quantidade de áreas de Reserva Legal, APP(s), áreas comunitárias e coletivas.

Em razão do descumprimento de cláusulas contratuais por parte da empresa, um dos contratos assinados em 2009, que previa a execução de serviços de medição e demarcação em outros 17 Projetos de Assentamento, com aproximadamente 890 parcelas, teve que ser cancelado.

A continuidade da execução dos serviços de medição e demarcação avançou com a vigência de outro contrato, também assinado em 2009, e com prazo final até maio de 2011, contemplando 56 Projetos de Assentamento e aproximadamente 4.416 famílias. Sendo que em 2010, efetivamente foram concluídos a demarcação de aproximadamente 95% dos perímetros contratados e 15% das parcelas.

O atraso na execução da demarcação das parcelas deveu-se a necessidade de discussão e elaboração de anteprojetos de parcelamento que envolveram as equipes do INCRA/ATES, as Instituições parceiras e os Beneficiários, sendo que a finalização destes projetos em razão da complexidade das questões ambientais só ocorreram no final do exercício de 2010.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sílvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	3	famílias	713	2068		

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
806.704,00	845.700,00	845.322,00	100	111.120,00	13	111.120,00	13

Fonte: SIAFI

Detalhamento dos Elementos de Despesas da Ação 4320

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	90.953,70	69.603,70	69.603,70
TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	100.000,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	648.970,33	41.516,20	41.516,20
EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	5.398,00	0,00	0,00
TOTAL	845.322,03	111.119,90	111.119,90

Fonte: SIAFI

As atividades da SR-05 com relação à Ação Terra Sol no exercício de 2010 foram as mais amplas (em quantidade, diversidade e recursos aplicados) desde a sua criação em 2004. Elas concentraram-se na execução de demandas dos assentamentos em fase de estruturação e consolidação no âmbito dos Territórios de Identidade e Territórios da Cidadania, voltadas para a implantação e recuperação de agroindústrias e unidades produtivas para atividades não agrícolas e conclusão do convênio de turismo de base comunitária e produção associada na Chapada Diamantina e Entorno e na participação em eventos científicos, de capacitação e de divulgação dos produtos.

No ano de 2010 o Terra Sol não executou 100% dos recursos empenhados devido a não descentralização dos recursos financeiros e pela dificuldade operacional da SR-05/A em proceder a licitação da aquisição dos equipamentos das agroindústrias em execução, o que causou interrupção nas obras em andamento e no novo convênio estabelecido com a FUNDESF. Também houve ações não executadas por motivos alheios ao INCRA. Seguem o rol das ações impactadas pelos fatos narrados neste parágrafo:

1-Os projetos executivos da unidade de mamona no PA Baixão, do laticínio no PA União e da torrefação de café no PA NS do Rosário não foram apresentados para licitação, o que deveria ter sido feito pela SEAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia.

2- Os projetos executivos relativos ao PA Cova da Árvore, de reforma e ampliação de casa de farinha/fecularia e de entreposto de mel não foram apresentados de forma completa para licitação, o que deveria ter sido feito pela Prefeitura de Ribeira do Pombal.

3-A falta de recursos em Brasília, o que ocorreu pela primeira vez desde 2004 quando o Terrasol começou, impediu até mesmo o pagamento das obras em andamento (três casas de farinha em reforma, um centro de artesanato e uma pousada) e o início do convênio com a FUNDESF, além do melhor acompanhamento de campo, já que no mês de novembro já não havia para pagamento de diárias. Assim, a licitação para execução do projeto de ponto de venda e pousada no PA Cascata e do café regional/feira verde do PA Frei Vantuir, só não aconteceram por falta de recursos, como também o convênio com a Prefeitura de São Sebastião do Passé, visando a implantação de uma cozinha industrial para beneficiamento de frutas e implantação de um receptivo turístico adaptado para idosos e portadores de necessidades especiais, além de sinalização temática e escora para restauro da Igreja de N. Sra. Rainha dos Anjos.

O trabalho do Terra Sol na área de turismo, artesanato e produção associada foi premiado através de artigo, produzido em conjunto com as técnicas do convênio INCRA/FUNDESF/TERRA SOL, em dois eventos internacionais: Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e no Congresso de Turismo e Desenvolvimento na Universidade de Málaga-Espanha. O trabalho também foi apresentado na II Terra Madre Brasil, feira e encontro do Movimento Internacional *Slow Food*, realizada em Brasília.

A coordenação do Terra Sol também ministrou oficinas para os técnicos e articuladores de ATES, que passaram a atuar de forma conjunta, resultando na apresentação das primeiras demandas vindas dos Núcleos Operacionais, a maior parte qualificadas pela interveniência dos citados articuladores das áreas social, ambiental e produtiva.

Outro diferencial foi a participação em capacitações como o Encontro do Terra Sol no INCRA-SEDE, onde a Bahia foi destacada como exemplo de atuação, especialmente na elaboração de projetos executivos de agroindústrias e no fomento ao turismo de base comunitária; a participação em curso de capacitação da Escola Nacional e Administração Pública-ENAP (Facilitadores de Oficina de Aprendizagem), e curso de Turismo Rural Comunitário na Universidad de Buenos Aires-Argentina, onde o trabalho do Terra Sol e o nome do INCRA foi divulgado para 8 países da América Latina. Também houve a participação no Encontro da Associação Mundial de Formadores em Hotelaria e Turismo-AMFORHT e na Adventure Sport Fair, ambos em São Paulo.

A participação mais ostensiva da Bahia na Feira Nacional de Reforma Agrária e Agricultura Familiar-FENAFRA em Brasília, com três assentamentos em stands individuais (Caritá, Rio de Ondas e Vale Verde) e com produtos de mais 2 no stand institucional (Frei Vantuir e Nova Jabuticaba), foi outro marco, que resultou na proposta de intercâmbio entre a Bahia, o Maranhão, o Acre e Minas Gerais, com autorização do INCRA-SEDE, não efetivada por falta de recursos financeiros.

Fomentou-se também a participação dos assentamentos em capacitações como na Oficina de Elaboração de Roteiros Turísticos em Santo Antônio de Jesus (coordenada pelo SEBRAE e BAHIAATURSA), no Encontro Nacional do Projeto Bagagem (com apoio do MTUR em Ilhéus), e na audiência com o Secretário Estadual de Turismo, onde entregaram uma cesta com mais de 20 produtos dos assentamentos.

ACÕES CONCLUÍDAS EM 2010

- 1- Conclusão do convênio INCRA/FUNDESF/TURISMO RURAL que envolveu as seguintes atividades e produtos:
 - Elaboração de roteiro turístico integrado da Chapada Diamantina;
 - Estudos de viabilidade turística nos assentamentos Santa Clara, Boa Sorte, Baixão, União da Chapada, Moçambique e Europa;
 - Consultoria técnica de ecoturismo e estudo das cavernas e pinturas rupestres no PA Boa Sorte;
 - Capacitação em primeiros socorros, manipulação de alimentos, manejo de trilhas e condução de visitantes, turismo solidário e formação de preços/economia solidária para artesanato;
 - Realização da II Mostra da Produção em Salvador e o III Seminário Estadual;

- Articulação Secretária de Turismo do Estado da Bahia, viabilizando a liberação de recursos em 2011 para edição folhetos em 3 línguas de cada roteiro definido;
 - Realização de visita de agentes de viagens, da BAHIAATURSA e da Secretaria de Turismo do Estado em Projetos de assentamento no Município de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano;
 - Implantação de sinalização temática de acesso aos assentamentos da Chapada (em conclusão);
- 2- Conclusão da reforma e complementação da edificação da unidade de beneficiamento de polpa de fruta no assentamento Cascata nos Municípios de Aurelino Leal e Itacaré/BA.
 - 3- Elaboração de quatro projetos executivos de implantação das agroindústrias: do PA São Mateus para processamento de frutas e temperos caseiros, PA Cajueiro de Nova Soure para beneficiamento de Caju (castanha e pseudofruto), através de licitação, e de 3 projetos executivos pelo Serviço de Engenharia da SR de ponto de venda e pousada no PA Cascata e do café regional/feira verde do PA Frei Vantuir.
 - 4- Elaboração de projetos executivos de reforma e ampliação das agroindústrias do PA Canaã para processamento de frutas e do PA Caritá de tecelagem artesanal.

ACÇÕES INICIADAS E NÃO CONCLUÍDAS EM 2010

- 1— Contratação de empresa para elaborar 4 projetos executivos de: 1-reforma de casa sede no PA Boa Sorte para pousada comunitária; 2-alambique do Bela Vista (substituído pelo centro de apoio ao visitante e manejo de fauna silvestre do Nova suíça); 3-Receptivo comunitário do Eldorado/Roteiro Recôncavo e a 4-Casa de Hospedagem do Bela Vista.
- 2- Contratação das obras do centro de artesanato no PA Salubrinho (que vai atender também o Mocambo) em Andaraí, da Pousada do PA Baixão, em Itaetê e de reforma das casas de farinha/fecularia do Santa Luzia de Valença, do Nova Vitória em Ilhéus e do Santa Irene em Gongogi. Não houve tempo hábil para licitação dos equipamentos desses empreendimentos.
- 3- Formalizamos novo convênio com a FUNDEF, incluindo agroindústria, comercialização, turismo e artesanato, para dentre outras coisas: a)Elaboração do Plano de Desenvolvimento do turismo do PA Boa Sorte b) Criação da Rede de Artesanato Solidário da Bahia incluindo todos que produzem artesanato em todas regionais como o Paulo Cunha e Bela Vista no recôncavo, o Paulo Jackson no sul, o São João no Baixo sul, o Araras na Chapada, etc c)Consolidar os roteiros do Recôncavo e da Chapada para instalação das centrais de reserva e qualificação das ações de hospedagem, culinária e condução de visitantes; d) elaborar estudos e relatórios de viabilidade nos

assentamentos: Moreno (que tem uma gruta estudada pela USP sendo uma das poucas que tem o lago com o Bagre cego), do PA Maria Zilda e do Marcha Brasil no sudoeste, Pau Brasil no extremo sul e Santa Luzia de Valença e)elaborar a rotulagem e atualizar a rotulagem de doces do Canaã, dos cosméticos e da cachaça do Recôncavo, f)elaborar o plano de negócios solidários da Pousada do Baixão g) editar o livro de culinária de raiz do Recôncavo e da Chapada h)elaborar o portal do artesanato e do turismo dos roteiros do Recôncavo e da Chapada em parceria com a ATES e a UNEB. i) elaborar o projeto executivo da Primeira Feira Estadual da Reforma Agrária j) apoiar o projeto de arte e cultura aprovado (samba de roda do Recôncavo) e a elaboração de novos projetos.

O Terrasol prevê para 2011 uma demanda potencial já apresentada em torno de R\$ 8.000.000,00 incluindo os projetos em carteira, e o estreitamento das suas ações com os programas de ATES e Arte e Cultura e Territórios de Identidade.

ALGUNS INDICADORES DO TERRA SOL-BAHIA

INDICADOR	ATÉ 2010	A PARTIR DE 2010	PERCENTUAL DE AUMENTO
NÚMERO DE ASSENTAMENTOS APOIADOS COM ARTESANATO	10	22	120
NÚMERO DE ASSENTAMENTOS APOIADOS COM TURISMO	22	32	45
NÚMERO DE AGROINDÚSTRIAS INSTALADAS E EM INSTALAÇÃO	02	06	200
NÚMERO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE AGROINDÚSTRIAS E DE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS ELABORADOS E EM ELABORAÇÃO	08	21	162
NÚMERO DE DEMANDAS EFETIVAS*	18	64	255
VOLUME DE RECURSOS DEMANDADOS	4.400.000,00	8.000.000,00	81
NÚMERO DE DEMANDAS DO TERRASOL COM PARTICIPAÇÃO DA ATES	1	47	4600

*Do total de 64 demandas efetivas apresentadas a partir de 2010, 73% delas tem a participação da ATES.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	A	3	Documento	1.156	1.340	115	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
167.590	167.590	166.920	100	166.920	100	166.920	100

Fonte: SIAFI

Durante o ano de 2010 dentro da ação 4358, a emissão de Contratos de Concessão de Uso superou a meta prevista na PO 2010 de 1.156 em 115 % conforme tabela acima.

Este resultado deve-se, principalmente, à prioridade dada à regularização da situação ocupacional em áreas de reforma agrária. De fato, durante o ano, além do trabalho realizado rotineiramente pelas Equipes Mesoregionais da SR (05)D e Unidades Avançadas, foram criadas por Ordem de Serviço 12 Equipes específicas para o levantamento da situação ocupacional em lotes de reforma agrária, com a realização de vistorias para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais e procedimentos administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA.

Este trabalho resultou em 4.709 (quatro mil, setecentos e nove) lotes/famílias verificadas, gerando 1.500 processos administrativos individuais instruídos pelas Equipes de Vistoria e encaminhados à Comissão de Supervisão que, após parecer final, deverá gerar diversos encaminhamentos, desde a homologação definitiva da família, ajuste da situação detectada até a recomendação para exclusão da família que comprovadamente não atende ao perfil exigido para os beneficiários da Reforma Agrária.

Quanto à concessão de documentação às famílias assentadas, a título definitivo (título de domínio), em 2010 a Superintendência da Bahia enfrentou dificuldades pela baixa capacidade operacional de recursos humanos e pelo fato desta ação se encontrar em desaceleração dentro do INCRA. Da mesma forma a destinação às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso não foi executada.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré

Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	10YN	P	3	Famílias	0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Para esta ação não foi estabelecida meta para a Superintendência Regional do INCRA na Bahia.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do

manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	2B06	A	3	Famílias	25	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
60.196	60.196	52.601	87	52.601	87	52.601	87

Fonte: SIAFI

Nessa superintendência as ações de Licenciamento Ambiental para Assentamento de Reforma Agrária e Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária são executados de forma conjunta pelo Serviço de Meio Ambiente, sendo seus recursos unificados dentro deste. Não houve execução física nesta ação, a não ser o cumprimento de alguns poucos condicionantes do IMA para o licenciamento ambiental.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	0427	A	3	Famílias	3.398	522	15	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
47.665.891	32.901.687	32.901.666	100	10.423.100	32	10.423.100	32

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia (SR-05) possui uma demanda de aplicação de crédito instalação bastante elevada e superior à prevista em suas metas físicas e orçamentárias. Entretanto possui baixa capacidade operacional para pagamento, acompanhamento e fiscalização do mesmo em virtude do reduzido número de servidores e estrutura de trabalho (espaço físico, veículos, computadores etc.).

Como o volume de recursos providos nos anos de 2007, 2008 e 2009 foram bastante elevados para a capacidade operacional da superintendência, foram necessários adiamentos nas aplicações, gerando volume considerável de restos a pagar, que pode ser observado pela baixa liquidação em relação ao total que foi empenhado. Além disso, em 2009, os valores individuais dos créditos instalação sofreram reajuste, fazendo com que todos os créditos empenhados em 2007, 2008 e até julho de 2009, necessitassem ser complementados. Assim, do total do recurso aplicado, no montante de R\$21.178.100,00, R\$8.974.400, ou seja, cerca de 42%, foi utilizado para complementação.

A seguir, apresentamos os valores e modalidades depositadas.

PA	VALOR (R\$)	MODALIDADE	FAMÍLIAS
BREJÃO	3.200,00	APOIO /COMPLEMENTAÇÃO	4
TOTAL APOIO/COMPLEMENTAÇÃO	3.200,00		4
COSME E DAMIÃO	6.400,00	APOIO	2
DOM MATHIAS	32.000,00	APOIO	10
FAZ. SERRA GRANDE	185.600,00	APOIO	58
HARARAS LAGOA DO TIÃO	128.000,00	APOIO	
SÃO FRANCISCO	176.000,00	APOIO	55
SANTA MARIA	128.000,00	APOIO	40
LAMEIRO	2.400,00	FOMENTO	1
SANTA LUZIA	204.800,00	FOMENTO	64
TOTAL FOMENTO	207.200,00		65
CURRAL DAS VARGENS	4.800,00	FOMENTO /COMPLEMENTO	6
CURRAL DAS VARGENS	35.200,00	FOMENTO /COMPLEMENTO	44
DOM MATHIAS	72.000,00	FOMENTO /COMPLEMENTO	90
NOVA ESPLANADA CAPEFE	19.200,00	FOMENTO /COMPLEMENTO	24
RANCHO ALEGRE	48.000,00	FOMENTO /COMPLEMENTO	60
SÃO JOÃO	24.000,00	FOMENTO /COMPLEMENTO	30
UNIÃO DA CHAPADA	136.000,00	FOMENTO /COMPLEMENTO	170
TOTAL FOMENTO/COMPLEMENTAÇÃO	339.200,00		424
NOVO HORIZONTE	116.000,00	SEMI-ARIDO	58
CIPO	86.000,00	SEMI-ARIDO	43
RANCHO DOS TEIXEIRAS	46.000,00	SEMI-ARIDO	23
NOSSA SENHORA AUXILIADORA	7.500,00	SEMI-ARIDO	4
LUIS NUNES	65.000,00	SEMI-ARIDO	33
FAZ. JACURUCI E REGIÃO	57.000,00	SEMI-ARIDO	29
FAZ. JACURUCI E REGIÃO	19.000,00	SEMI-ARIDO	10
SANTA MARIA FLORENTINA	80.000,00	SEMI-ARIDO	40
MOÇANBIQUE	100.000,00	SEMI-ARIDO	50
TOTAL SEMIÁRIDO	576.500,00		288
NOVA UNIÃO	30.000,00	SEMI-ARIDO /COMPLEMENTO	60
SÃO DIOGO	22.500,00	SEMI-ARIDO /COMPLEMENTO	45
EUROPA	32.500,00	SEMI-ARIDO /COMPLEMENTO	65
SANTA CLARA PARAGUACIUMA	26.000,00	SEMI-ARIDO /COMPLEMENTO	52
BAIXÃO	56.500,00	SEMI-ARIDO /COMPLEMENTO	113
PEDRÃO	13.000,00	SEMI-ARIDO /COMPLEMENTO	26
DANDARA	25.000,00	SEMI-ARIDO /COMPLEMENTO	50
NOVA ESPERANÇA	3.000,00	SEMI-ARIDO	6

		/COMPLEMENTO	
NOVA ESPERANÇA	48.500,00	SEMI-ARIDO /COMPLEMENTO	97
TOTAL SEMIÁRIDO/COMPLEMENTO	257.000,00		514
DOM MATHIAS	150.000,00	HABITAÇÃO	10
FAZ. VAVA	15.000,00	HABITAÇÃO	1
HARARAS LAGOA DO TIÃO	600.000,00	HABITAÇÃO	40
PAULO FREIRE	135.000,00	HABITAÇÃO	9
SÃO FRANCISCO Nº 05	825.000,00	HABITAÇÃO	55
VALE DO IUIU	2.400.000,00	HABITAÇÃO	160
TOTAL HABITAÇÃO	4.125.000,00		275
ALIANÇA	552.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	69
CAMPO ALEGRE	96.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	12
CHE GUEVARA	416.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	52
DOM MATHIAS	720.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	90
FAZ. POLINÉSIA	560.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	70
LAMEIRO	144.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	18
NOVA VIDA I	320.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	40
NOVO HORIZONTE	72.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	9
NOVO HORIZONTE	392.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	49
SANTA CLARA PARAGUACIUMA	275.600,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	34
SANTA CLARA PARAGUACIUMA	48.400,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	6
SANTA CLARA PARAGUACIUMA	50.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	6
SANTA MARIA FLORENTINA	226.400,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	28
SANTA MARIA FLORENTINA	63.600,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	8
SÃO GERONIMO	16.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	2
SERTÃO BONITO	320.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	40
UNIÃO DA CHAPADA	72.000,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	9
UNIÃO DA CHAPADA	796.600,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	100
UNIÃO DA CHAPADA	296.400,00	HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	37
TOTAL HABITAÇÃO/COMPLEMENTO	5.437.000,00		680
ANGICAL	2.250.000,00	RECUPERAÇÃO	281
BELA VISTA	750.000,00	RECUPERAÇÃO	94
CIPO	264.000,00	RECUPERAÇÃO	33
FABIO HENRIQUE	380.000,00	RECUPERAÇÃO	48
GRUPO SANTO ANTONIO	150.000,00	RECUPERAÇÃO	19
GRUPO SANTO ANTONIO	130.000,00	RECUPERAÇÃO	16
MARRECA	374.000,00	RECUPERAÇÃO	47
MARRECA	6.000,00	RECUPERAÇÃO	1
MARRECA	228.000,00	RECUPERAÇÃO	29
MOÇANBIQUE	250.000,00	RECUPERAÇÃO	31
MOÇANBIQUE	150.000,00	RECUPERAÇÃO	19
NOSSA SENHORA DO ROSARIO	344.000,00	RECUPERAÇÃO	43
PANCADA GRANDE	240.000,00	RECUPERAÇÃO	30
SANTA CLARA	600.000,00	RECUPERAÇÃO	75

SANTA CLARA	25.000,00	RECUPERAÇÃO	3
SANTA LUZIA/TRÊS IRMÃOS	250.000,00	RECUPERAÇÃO	31
TAINA	227.000,00	RECUPERAÇÃO	28
TAINA	21.000,00	RECUPERAÇÃO	3
TOTAL RECUPERAÇÃO	6.639.000,00		830
ALDEIA	204.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	68
BAIXÃO	364.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	121
BAIXÃO	35.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	12
BARRO VERMELHO	261.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	87
BEIRA RIO	288.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	96
BREJO SÃO JOSÉ	48.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	16
CASCATA	120.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	40
EUROPA	142.500,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	48
EUROPA	7.500,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	3
FLORESTA E OUTRAS	51.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	17
FREY VANTUIR	120.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	40
JOSENEIHIPOLITO	145.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	48
NOVA UNIÃO	183.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	61
NOVA VOLTA	285.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	95
REUNIDAS JOSE ROSA	60.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	20
REUNIDAS JOSE ROSA	90.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	30
RIO ALIANÇA	150.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	50
RIO DAS RANS II	100.500,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	34
RIO DAS RANS II	91.500,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	31
SÃO JOAQUIM	126.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	42
VITOROPOLIS	66.000,00	RECUPERAÇÃO /COMPLEMENTAÇÃO	22
TOTAL RECUPERAÇÃO/COMPLEMENTAÇÃO	2.938.000,00		979

VALOR TOTAL COM COMPLEMENTAÇÃO	8.974.400,00
VALOR TOTAL SEM COMPLEMENTAÇÃO	12.203.700,00
TOTAL	21.178.100,00

O total de recursos empenhados no exercício de 2010 para concessão de crédito foi de R\$32.901.687,00, sendo R\$21.178.100,00 tendo sido efetivamente depositado em conta. Deste total depositado, R\$10.423.100,00 foi referente ao orçamento de 2010 e o restante proveniente dos restos a pagar de exercícios anteriores.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0137	2272	A			0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.345.384	1.483.932	1.472.540	99	1.469.140	99	1.469.140	99

A Divisão de Desenvolvimento tem por competência a coordenação, execução e supervisão da implementação e desenvolvimento dos projetos de assentamento, através das atividades relacionadas às subdivisões de infraestrutura, desenvolvimento de projetos, educação e cidadania. Todas, ou a grande maioria destas atividades, são de campo, ou seja, exigem constante presença dos servidores nas áreas de execução, em geral nos Projetos de Assentamento.

Ao considerarmos o exíguo quadro de servidores, o qual conta com 210 profissionais concursados, frente a imensa demanda da SR(05), a qual atingiu 638 PAs e 41.597 famílias assentadas no exercício de 2010, verificamos que os recursos destinados à Gestão e Administração do Programa foram justificadamente aplicados, com resultados efetivos. Pois vejamos:

- R\$ 21.178.100,00 aplicados em créditos de instalação;
- R\$ 11.552.913,71 contratados para recuperação de 558Km de estradas, 117 projetos de estradas e 12 Sistemas de abastecimento de água, beneficiando 3.956 famílias;
- 34.344 famílias atendidas pelo Programa de ATES;
- 4.709 lotes visitados nos trabalhos de supervisão da situação ocupacional das áreas de reforma agrária;
- 1.512 Declarações de Aptidão fornecidas para acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e Programa de Aquisição Alimentos – PAA;
- R\$ 417.518,71 empenhados, 2.068 famílias beneficiadas e 2.949 famílias ainda em execução no programa Terra Sol, ação que visa gerar renda nas áreas de reforma agrária;
- 370 assentados atendidos pelo Programa de Educação em Áreas de Reforma Agrária- PRONERA.

Os principais entraves enfrentados para uma execução mais econômica dos recursos podem ser destacados como:

1. A grande dimensão do Estado da Bahia e sua precária infraestrutura, principalmente estradas, o que dificulta e encarece os deslocamentos;
2. Número reduzido de servidores frente à demanda, gerando sobrecarga de atribuições e tarefas, reduzindo eficiência;

3. Dificuldade de se estabelecer um planejamento a médio e longo prazo e de cumprimento deste, frente à dinâmica das áreas de reforma agrária e às constantes mudanças orçamentárias e normativas;
4. Banco de dados e sistemas de informações desatualizados e inoperantes;
5. Falta de atualização dos servidores (capacitação) para uma maior eficácia na aplicação dos recursos.

Visando atenuar estes problemas, foram estabelecidas e fortalecidas as parcerias visando a assistência técnica e o acompanhamento e orientação às famílias assentadas na construção e melhoria de moradias nos Projetos de Assentamento, possibilitando ampliar a capacidade operacional da Divisão.

Em relação ao cumprimento das metas físicas, a ação de Titulação foi a que apresentou a maior defasagem entre a meta estabelecida e o cumprimento desta. Isto se deu pela priorização das ações de vistoria de situação ocupacional, visando corrigir um problema crônico e que impede a titulação dos lotes: as ocupações irregulares em áreas de assentamento.

O aumento nas despesas com diárias, no exercício de 2010 em relação ao exercício de 2009, deve-se principalmente a correção do valor da mesma passando de R\$ 85,92 para R\$ 177,00 a partir da segunda quinzena de 2009.

Detalhamento dos Elementos de Despesas da Ação 2272

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	797.631,30	797.631,30	797.631,30
MATERIAL DE CONSUMO	141.490,45	141.490,45	139.490,45
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	374.678,20	374.678,20	374.678,20
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	70.500,00	70.500,00	70.500,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	87.815,21	87.815,21	86.415,13
INDENIZACOES E RESTITUICOES	425,75	425,75	425,75
TOTAL	1.472.540,91	1.472.540,91	1.469.140,83

Fonte: SIAFI

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.³

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	0138	2105	A	3	Imóvel	13.000	16.836	129	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

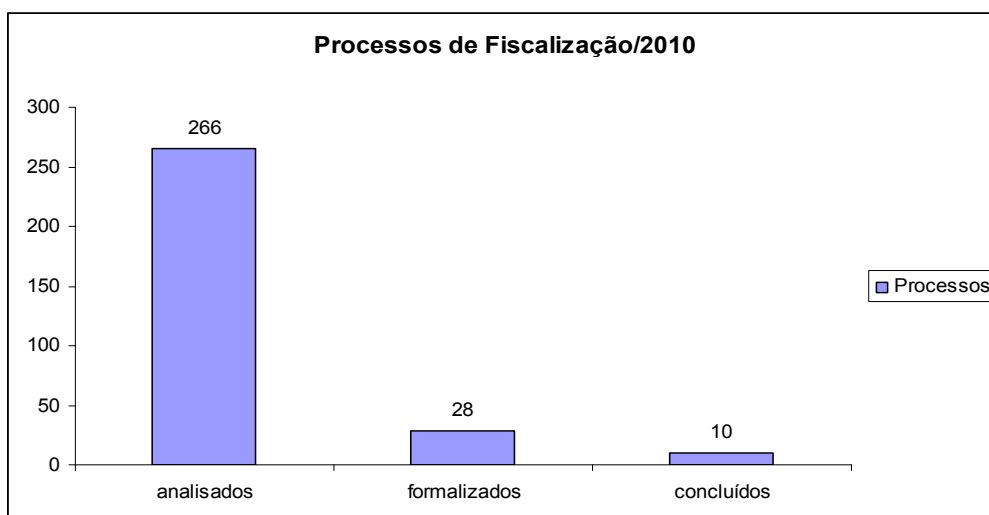
Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
117.000	117.000	116.785	100	116.785	100	116.785	100

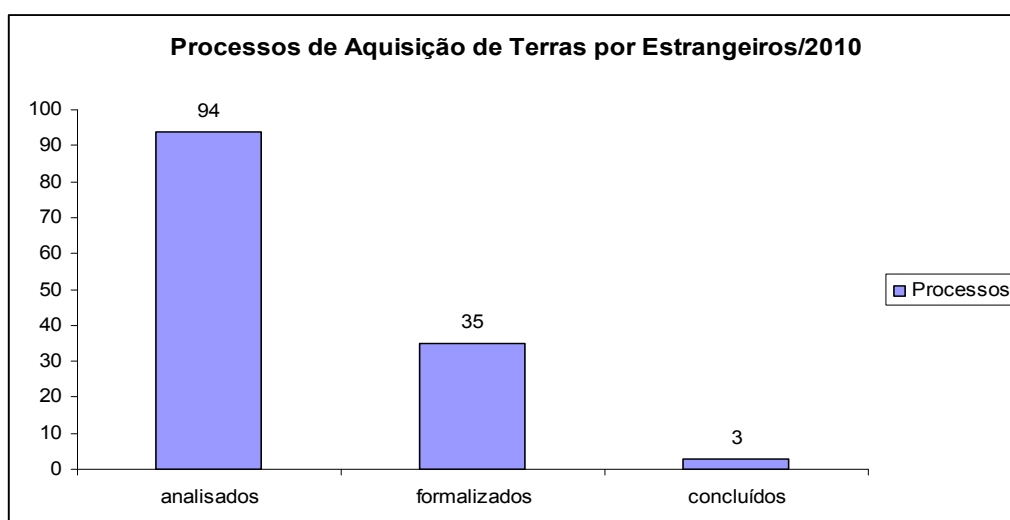
Fonte: SIAFI

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, através do Cadastro Rural / Fiscalização, no exercício de 2010 enfatizou ações atinentes ao combate à grilagem de terras e ao trabalho análogo ao de escravo, através dos processos de fiscalização cadastral de imóveis rurais do estado da Bahia, sobretudo, aqueles localizados no município de Barreiras.

Nessas ações, verificou-se número significativo de imóveis rurais com comprovação de domínio irregular, o que exige ação articulada do INCRA com o Estado da Bahia, haja vista indícios de que parte considerável das propriedades fiscalizadas, serem originárias de usurpação ilícita de terras devolutas estaduais.



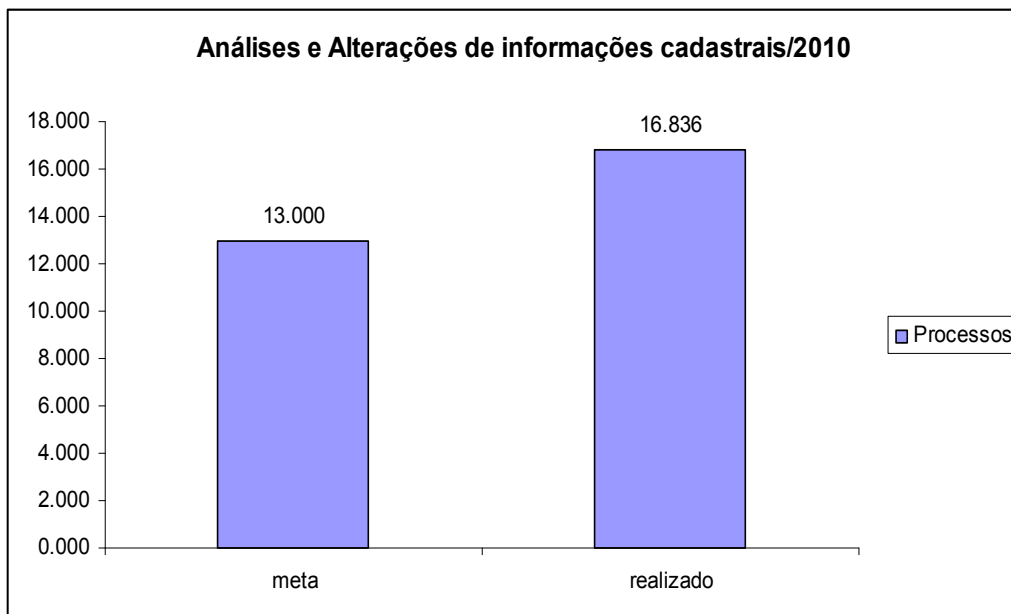
Outrossim, merecem destaque as atividades relativas ao controle das aquisições de imóveis rurais por pessoas estrangeiras, visto que implicam em importante salvaguarda à valores caros à ordem constitucional, mormente a soberania nacional.



A projeção de melhores resultados para o ano de 2010 fundamentada nas séries de alterações e melhorias do ponto de vista normativo, tecnológico e administrativo relacionados com as atribuições da Divisão, se concretizou parcialmente, tendo em vista a substituição do atendimento presencial pelo virtual, graças à implantação de sistemas web(s) de consulta de informações e emissão de documentos, principalmente nas atividades de atualização cadastral de imóveis rurais.

Apesar da reduzida capacidade operacional e da instabilidade do sistema de Cadastro Rural, as análises e alterações das informações de imóveis rurais ultrapassaram em 29% das metas pactuadas, no entanto, ocorreu uma significativa

redução em relação aos números de 2009. Isto tem explicação em função da falta de ampliação do número de Unidades Municipais de Cadastro (UMCs) e reciclagem das existentes.



2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibilizá-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	126	0138	2114	A	3		0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edvaldo Gomes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	4426	A	3	Há	78.125	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

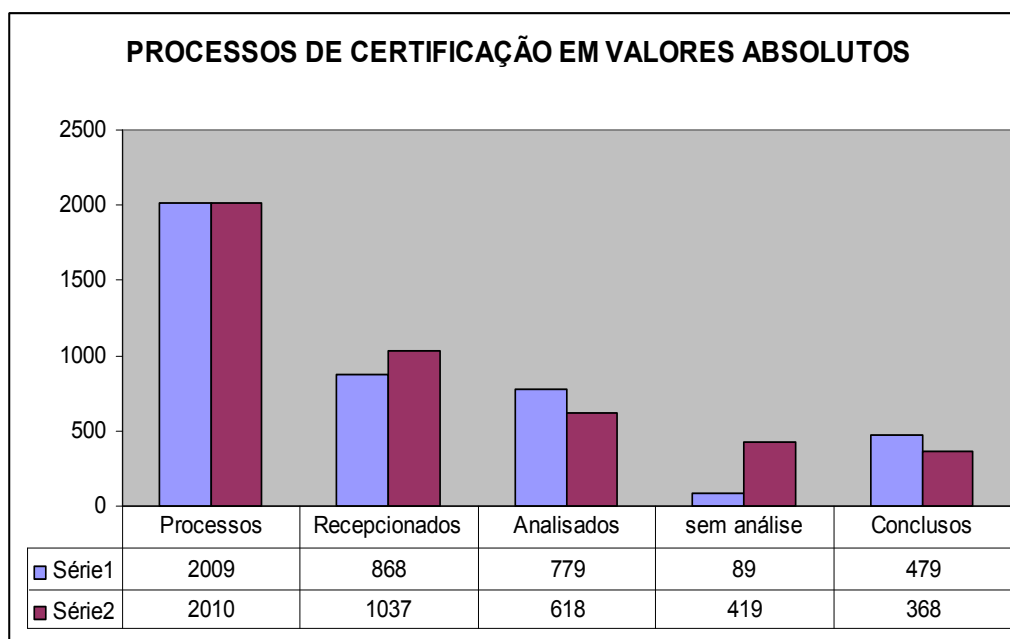
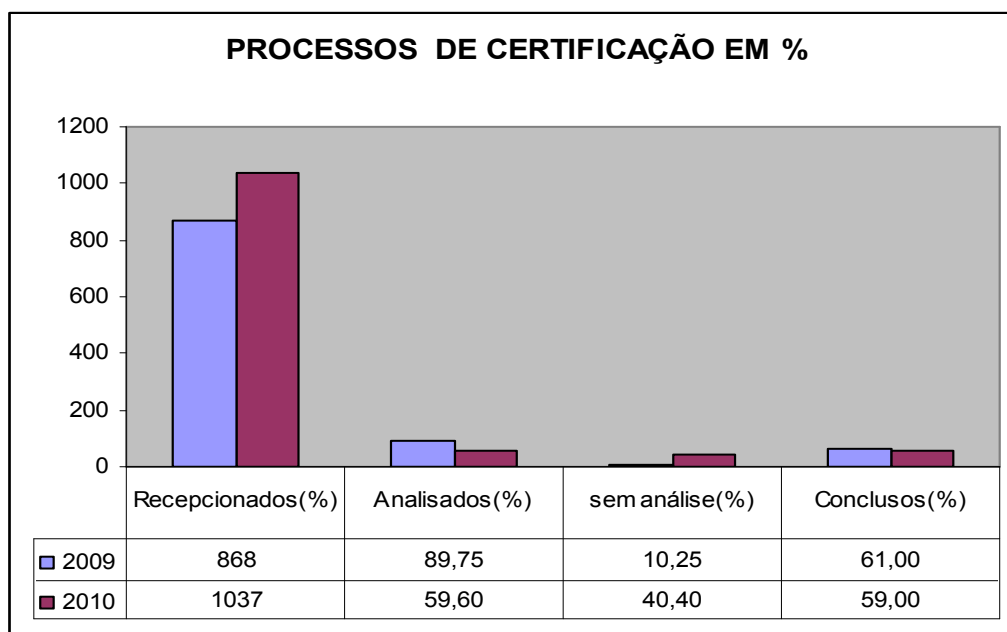
PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.171.875	70.453	70.453	100	70.453	100	70.453	100

Fonte: SIAFI

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-05 não executa diretamente ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, executando-o de forma indireta através da Certificação de Imóveis Rurais Particulares, solicitada por seus respectivos proprietários, através dos quais apresentam detalhadamente os limites do imóvel, seu uso e aptidões e que uma vez aprovados pelo INCRA tem seus dados incorporados ao SNCR. A atuação do Comitê Regional de Certificação tem contribuído com esta ação, tanto na formação de ambiente técnico de discussão com instituições e profissionais que atuam nesta atividade no Estado da Bahia, quanto na efetiva análise e certificação destes trabalhos.

Em 2010, através do seu Serviço de Cartografia foram recepcionados e fiscalizados serviços de medição e demarcação de 124 Projetos de Assentamento, atingindo um montante de aproximadamente 3.223 parcelas, além de uma grande quantidade de áreas de Reserva Legal, APP(s), áreas comunitárias e coletivas. Estes serviços foram oriundos de contratação indireta e representaram o georreferenciamento de aproximadamente 225.738,0051 hectares.

O número de processos com requerimentos de certificação do georreferenciamento de imóveis rurais aumentou 19% em relação a 2009, havendo uma redução em torno de 30% do número de processo efetivamente analisados, no entanto, manteve-se o percentual em torno 60% de conclusão em relação aos processos analisados nos anos de 2009 e 2010. (gráficos abaixo).



A continuada participação de técnicos desta Divisão em outros Seminários, Oficinas e em articulações institucionais continua promovendo a sensibilização e a divulgação das atividades do INCRA a partir das informações disponíveis nesta SR, a exemplo das Bases de Dados Georreferenciados de imóveis rurais e Projetos de Assentamento.

Não obstante, a realização de reuniões técnicas relacionadas principalmente à Certificação de imóveis rurais continua favorecendo o melhor conhecimento por parte dos demandantes, da metodologia de análise dos processos de certificação e conseqüentemente melhorando a qualidade dos trabalhos que estão sendo submetidos, tornando mais céleres as análises destes processos.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	2110	A	3	Há	2.074	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
850.000	40.000	40.000	100	40.000	100	40.000	100

Fonte: SIAFI

Esta superintendência não executou diretamente esta Ação, entretanto utilizou uma pequena parcela de seus recursos para realizar mutirões do Comitê Regional de

Certificação (ver Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional) na UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano, no Observatório Antares em Feira de Santana, dentre outros.

Do valor total utilizado, R\$30.000,00 foi referente ao pagamento de diárias e R\$10.000,00 referente a despesas com passagens.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8380	A	3	Ha	0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8378	A	3	Ha	0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com

viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0138	2272	A	3		0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
6.012	482.770	424.583	88	327.833	68	327.833	68

O foco desta ação é dar o suporte necessário para a consecução das metas institucionais das demais ações que compõem este programa. Custeando, por exemplo, o acompanhamento e o monitoramento das ações finalísticas do programa 0138 além da fiscalização dos serviços executados.

Por ser uma ação meio este centro de custo apropria os serviços técnicos e administrativos; diárias e passagens; aquisição de bens duráveis; formulação e divulgação de políticas públicas.

Conforme previsto no Caderno de Metas, os recursos desta ação custearam também diárias e passagens para o gabinete da superintendência, para procuradoria federal especializada e para as comissões de processo administrativo disciplinar.

Detalhamento dos Elementos de Despesas da Ação 2272

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	57.169,70	54.551,42	54.551,42
MATERIAL DE CONSUMO	78.000,00	55.000,00	55.000,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	227.600,00	227.600,00	227.600,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	120.000,00	87.431,60	87.431,60
TOTAL	482.769,70	424.583,02	424.583,02

Fonte: SIAFI

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	0139	4572	A	3	Servidor Capacitado	114	63	55	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
107.958	219.795	216.245	98	215.304	98	215.304	98

Fonte: SIAFI

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Apesar dos poucos recursos descentralizados no exercício, priorizamos os treinamentos de áreas específicas da instituição, assim, 63 (sessenta e três) servidores foram capacitados em diversos cursos a saber: formação de pregoeiros, SIAFI gerencial, Oficina Nacional de Crédito à mulher, fiscalização da função social, técnico PRONERA, utilização de GPS JUNO e SGT, didática de facilitadores, tomada de contas especial, técnica em implantação de agroindústria, supervisão da situação ocupacional de projetos de assentamento e outros. Em um esforço concentrado ainda foi possível realizar o Curso de Atualização e Acompanhamento do Plano de Ação de 2008/2010 e a Semana da Saúde e Beleza, com a participação de aproximadamente 120 servidores, além de pequenas oficinas na Sala de Convivência.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.5

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seu acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médica-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	3	Famílias	1.071	117.279	10.950	9999

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
120.000	1.880.551	1.879.007	100	1.752.678	93	1.752.678	93

Fonte: SIAFI

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, assegura o acesso à alimentação nutricional da população. É dever do Governo Federal distribuir alimentos para as famílias que não têm condições financeiras de adquirir os alimentos ou vivem em localidades onde a disponibilidade da alimentação saudável é precária. Outros vivem em territórios diminutos, com pouco espaço para produzir em quantidade adequada para o consumo.

É um programa que permite ações rápidas e pontuais em situações específicas – temporárias ou permanentes – de falta de alimento ou dificuldade de acesso.

A ação de distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e executada em conjunto com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, nominada “Programa Fome Zero”.

Os alimentos são comprados por meio de parceria firmada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O MDS repassa recurso financeiro para a CONAB, que realiza a compra e a armazenagem.

Grande parte dos alimentos que compõem as cestas distribuídas vem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da produção da agricultura

familiar para a distribuição ou formação de estoques para os programas, órgãos e entidades do país.

A indicação dos beneficiários (acampados, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, marisqueiras e caranguejeiras) é definida pelos órgãos parceiros da ação: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Cultural Palmares (FCP), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC-MIN).

Na Bahia são distribuídas 51.759 (cinquenta e uma mil, setecentos e cinquenta e nove) cestas, as quais são liberadas em fases. Em cada fase, são entregues duas etapas de cestas totalizando 103.518 (cento e três mil, quinhentas e dezoito), com o peso por cesta de 23 (vinte e três) quilos, perfazendo 2.380 (duas mil trezentos e oitenta) toneladas. As famílias beneficiadas acampadas estão distribuídas nas regiões abaixo discriminadas:

Baixo Sul – 2.786 famílias

Chapada – 10.605 famílias

Extremo Sul – 5.535 famílias

Irecê – 551 famílias

Litoral Norte – 553 famílias

Nordeste – 5.434 famílias

Norte – 4.021 famílias

Oeste – 6.963 famílias

Recôncavo – 8.263 famílias

Sudoeste – 2.237 famílias

Sul – 4.811 famílias

Os gêneros alimentícios, disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, ficam estocados em 05 (cinco) pólos de distribuição localizados nos Municípios de: Santa Maria da Vitória; Irecê; Itaberaba; Entre Rios e Ribeira do Pombal. Vale ressaltar que para execução desta atividade são designados 07 servidores do INCRA para o a execução dos trabalhos nas unidades armazenadoras da CONAB visando o acompanhamento do carregamento e embarque das cargas para os destinos.

A Bahia é o quinto maior estado do país em dimensão territorial e que abriga grande número de famílias que dependem desta política de governo. E, para atendimento faz-se necessário gastos com a locação de caminhão baú para transportar as cestas básicas dos pólos de atendimento até os acampamentos. Demandando ainda despesas com diárias, passagens e transportes de servidores que acompanham a entrega das cestas.

O Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos administra o Programa “Paz no Campo” que tem como finalidade promover a prevenção e a resolução dos conflitos agrários devendo proporcionar condições para que o trabalhador rural seja dotado de instrumentos capazes de propiciar a defesa de seus direitos, principalmente os direitos humanos, sociais e fundamentais, o que muitas vezes demanda despesas com locação de veículos, refeições, passagens para os deslocamentos dos trabalhadores rurais sem terras envolvidos.

Ademais, há uma parceria com o Governo do Estado da Bahia que nomeou Equipe Agrária para atuar no território baiano cujas operações demandam participação e apoio, sendo essas despesas (locação de carros, passagens e diárias) custeadas por esta Superintendência.

Os casos excepcionais, ou seja, aqueles não contemplados pela programação de suplementação alimentar subsidiada pelo MDS, a exemplo de despejos de trabalhadores rurais acampados em imóveis objetos de processos expropriatórios, quando se faz necessário a interferência da Ouvidoria Agrária Nacional, CONSOP, Casa Militar, CDA, INCRA, Delegacia Agrária na mediação desses conflitos, e que por vezes, a OAN descentraliza recursos financeiros para atendimento a esses grupos populacionais específicos de trabalhadores rurais sem-terras, que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e que aguardam providências do poder público para acesso ao programa de reforma agrária do governo federal, que sequer tem condições de produzir o básico para as suas sobrevivências, solicitando as Superintendências aquisição de gêneros alimentícios para compor Cestas Básicas para atender suas necessidades básicas de subsistência. O que resultou na necessidade de aquisição de cestas básicas para atender a 6.700 famílias.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.6

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	1336	1642	P	3	Comunidade / Território	0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
297.189	187.657	187.510	100	187.510	100	187.510	100

Fonte: SIAFI

Durante o ano de 2010 foram executadas as seguintes atividades no Serviço:

1. Abertura de 18 (dezoito) processos de regularização fundiária de comunidades quilombolas:

Território	Município	Processo
Tucum	Tanhaçu	54160005061/2010-30
Iuna	Lençóis	54160003870/2010-15
Alto Cruzeiro e Acupe	Santo Amaro	54160003879/2010-18
Cambuta	Santo Amaro	54160003849/2010-10
Barroso	Camamu	54160003872/2010-04
Batateira	Cairú	54160003873/2010-41
Lagoa de Maria Clemência	Vitória da Conquista	54160003871/2010-51
Lagoa do Melquíades e Baixa Seca	Vitória da Conquista	54160003584/2010-41
Cachoeira do Rio Pardo	Vitória da Coquista	54160003004/2010-16
Calolê, Tombo, Imbiara	Cachoeira	54160001064/2010-02
Fazenda Velha	Andaraí	54160001066/2010-93
Quitungo	Maraú	54160001070/2010-51
São Raimundo	Maraú	54160001071/2010-04
Lagoa do Galdêncio	Lapão	54160001065/2010-49
Buri	Maragogipe	54160001069/2010-27
Juá-Bandeira	Bom Jesus da Lapa	54160001068/2010-30
Vargem Alta	Palmas do Monte Alto	54160001068/2010-82
Segredo	Souto Soares	54160001067/2010-38

2. Publicação dos RTID's dos seguintes territórios:

Território	Município	Mês
Mata do Sapé	Macaúbas	Janeiro/2010
Velame	Vitória da Conquista	Fevereiro/2010
Tijuaçu	Senhor do	Julho/2010
Agreste	Seabra	Outubro/2010

3. Publicação das Portarias de Reconhecimento dos seguintes territórios:

Território	Município	Mês
Dandá	Simões Filho	Abril/2010
Olho D'água do	Seabra	Dezembro/2010
Sambaíba	Seabra	Dezembro/2010

4. Edição dos decretos de desapropriação dos seguintes territórios:

Território	Município	Mês
Dandá	Simões Filho	Dezembro/2010
Pau D'arco e Parateca	Malhada	Dezembro/2010
Salamina Putumuju	Seabra	Dezembro/2010

5. Notificação dos ocupantes e confinantes dos territórios de Mata do Sapé/Macaúbas e Velame/Vitória da Conquista (fevereiro/março/2010);
6. Força tarefa para localizar e notificar mais de 80 proprietários ocupantes do território de São Francisco do Paraguaçu/ Cachoeira (julho/agosto/2010);
7. Força tarefa para localizar e notificar mais de 100 proprietários ocupantes e confinantes do território de Tijuaçu/ Senhor do Bonfim e outros (agosto/2010);
8. Finalização dos RTID's das comunidades de Ilha de Maré/Salvador, Capão das Gamelas/Seabra, Morro Redondo/Seabra, Barra do Parateca/Carinhanha, Duas Lagoas/Riacho de Santana, Piranhas/Bom Jesus da Lapa, além da republicação de Sacutiaba e Riacho da Sacutiaba/Wanderley, com previsão de publicação em 2011.
9. Rotinas administrativas: instrução processual, resposta a diversos ofícios, visitas a comunidades que solicitam a presença do INCRA, etc.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1336	0859	OP	3	Há	0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

⁷

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1350	4474	A	3	Trabalhador	0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior,

ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	6952	A	3	Profissional	0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade

sociopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto socioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	8370	A	3	Profissional	318	370	116	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.084.400	1.324.650	1.323.650	100	893.000	67	893.000	67

Fonte: SIAFI

O PRONERA é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, trata-se de um programa do governo federal que vem sendo executado pelo INCRA desde 1998.

O PRONERA visa atender demandas educacionais específicas do público assentado de reforma agrária, propiciando que jovens e adultos assentados de reforma agrária tenham acesso à educação, seja na alfabetização e escolarização, como também

na educação de nível médio e superior. Promovendo assim, através da educação o desenvolvimento social, cultural, ético e ambiental das comunidades como um todo e dos sujeitos em particular.

Durante o exercício de 2010 o PRONERA-BA manteve a execução dos três convênios que ainda encontram-se vigentes:

- CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE EM ENFERMAGEM (CRT/BA/Nº00002/2008): Convênio entre INCRA/FADCT/UESB, formalizado em dezembro de 2008 e com final da vigência prevista para novembro de 2011.

Atualmente são beneficiários desse convênio 87 educandos, sendo que a meta física inicial era a formação profissional de 150 pessoas. A evasão foi justificada pela universidade como resultado de dificuldades de adaptação dos alunos por encontrarem-se distantes de suas regiões de origem, bem como por falta de perfil profissional para atuar na área de saúde.

No exercício de 2010 foi paga a última parcela do ajuste, no montante de R\$ 381.000,00, valor correspondente ao número de alunos freqüentes no curso à época do pagamento.

Ainda durante o exercício de 2010 a conveniente apresentou um pedido de aditamento financeiro ao curso, este pleito está sob análise da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do INCRA-SEDE. Segundo a conveniente, as atividades do curso foram paralisadas e só poderão ser retomadas caso a suplementação financeira pleiteada seja atendida, pois quando da elaboração do projeto houve um subdimensionamento dos custos do mesmo, ocasionando a falta de recursos financeiros para conclusão das metas físicas pactuadas.

- CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM LETRAS (CRT/BA/Nº00010/2005): Convênio entre INCRA/FUNDESF/UNEB, formalizado em dezembro de 2005 e com final da vigência prevista para junho de 2011.

Esse convênio conta com duas turmas em execução, totalizando 89 educandos, sendo que a meta física inicial era a graduação de 120 alunos. Segundo os relatórios apresentados pela universidade o curso encontra-se em fase de conclusão, entretanto as atividades estão paralisadas, pois a última parcela do ajuste – prevista para junho de 2010 – ainda não foi paga e encontra-se inscrita em restos pagar (valor R\$ 200.250,00).

Vale salientar que o atraso na entrega dos relatórios de metas físicas por parte da conveniente é recorrente, o que ocasiona dificuldades em cumprir o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho do convênio. Entretanto, é preciso mencionar que o elemento financeiro para pagamento da citada parcela chegou a esta SR em 31.12.2010, mas por não ter sido

confeccionado pela área administrativa O Termo Aditivo de Alocação de Recursos não foi possível efetuar-se o pagamento, todavia o recurso foi utilizado para pagamentos de outras despesas não informadas pela administração à área técnica. Assim no exercício de 2010 não foi feito nenhum repasse ao supracitado convênio.

- CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA (CRT/BA/Nº00007/2006): Convênio entre INCRA/FASEC/UNEB, formalizado em dezembro de 2006 e com final da vigência prevista para novembro de 2012. O ajuste conta com duas turmas em execução, totalizando 83 alunos, embora a meta física inicial fosse a graduação de 100 pessoas.

Durante o exercício de 2010 o mencionado convênio recebeu R\$ 384.000,00 referente a uma parcela prevista no Plano de Trabalho para o próprio exercício, mais R\$ 99.000,00 referente à complementação de parcela de exercício anterior que havia sido paga parcialmente.

Existe uma parcela do ajuste inscrita em restos a pagar no valor de R\$ 230.400,00, entretanto, é preciso mencionar que o elemento financeiro para pagamento da citada parcela chegou a esta SR em 31.12.2010, mas por não ter sido confeccionado pela área administrativa O Termo Aditivo de Alocação de Recursos não foi possível efetuar-se o pagamento, todavia o recurso foi utilizado para pagamentos de outras despesas não informadas pela administração à área técnica.

De acordo com a universidade, o início das atividades do curso em 2011 está condicionado ao recebimento do recurso da parcela que encontra-se inscrita em restos a pagar (R\$ 230.000,00).

O PRONERA passou por um período de fortes restrições provocadas pelo acórdão do TCU de nº 2.653/2008 que proibiu a formalização de novos convênios no período que se estende de 2008 até dezembro de 2010, essa proibição foi revogada em 14.12.2010 pelo novo acórdão do TCU de nº 3.269/2010.

Esse período sem a formalização de novos convênios ocasionou que várias demandas apresentadas ao programa não pudessem ser contempladas, gerando um grande passivo na forma de projetos que se encontram aguardando a pactuação de novos convênios para sua execução.

Tratando-se da execução dos convênios, elenca-se a seguir as principais dificuldades enfrentadas:

- Cortes orçamentários;

- Falta do elemento financeiro para pagamento de despesas dentro do período previsto;
- Falta de pessoal para formação de equipe de trabalho;
- Atrasos na apresentação dos relatórios de execução física e financeira por parte das convenientes;
- Quebra na continuidade dos cursos em execução provocada por atrasos nos repasses financeiros e/ou greves nas universidades, provocando assim aumento dos índices de evasão dos cursos.

Espera-se que após a assinatura do Decreto Presidencial 7.352/2010, ocorrida em 05 de novembro de 2010, dispondo sobre a Educação do Campo e o PRONERA, a execução do programa encontre maior apoio institucional e melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades e parcerias.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1350	2272	A			0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento – INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
118.397	143.096	142.647	100	142.647	100	142.647	100

Fonte: SIAFI

O foco desta ação é dar o suporte necessário para a consecução das metas institucionais das demais ações que compõem este programa. Custeando, por exemplo, o acompanhamento e o monitoramento das ações finalísticas do programa 1350 além da fiscalização dos serviços executados.

Por ser uma ação meio este centro de custo apropria os serviços técnicos e administrativos; diárias e passagens; aquisição de bens duráveis; formulação e divulgação de políticas públicas.

Conforme previsto no Caderno de Metas, os recursos desta ação custearam também diárias e passagens para o gabinete da superintendência, para procuradoria federal especializada e para as comissões de processo administrativo disciplinar.

Detalhamento dos Elementos de Despesas da Ação 2272

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	10.036,60	10.036,60	10.036,60
MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	550,14	550,14
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	13.900,00	13.900,00	13.900,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	6.160,00	6.160,00	6.160,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	112.000,00	112.000,00	112.000,00
TOTAL	143.096,60	142.646,74	142.646,74

Fonte: SIAFI

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infraestrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Famílias	10.573	35.493	335	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
7.863.780	7.399.770	7.399.770	100	2.399.820	32	2.399.820	32

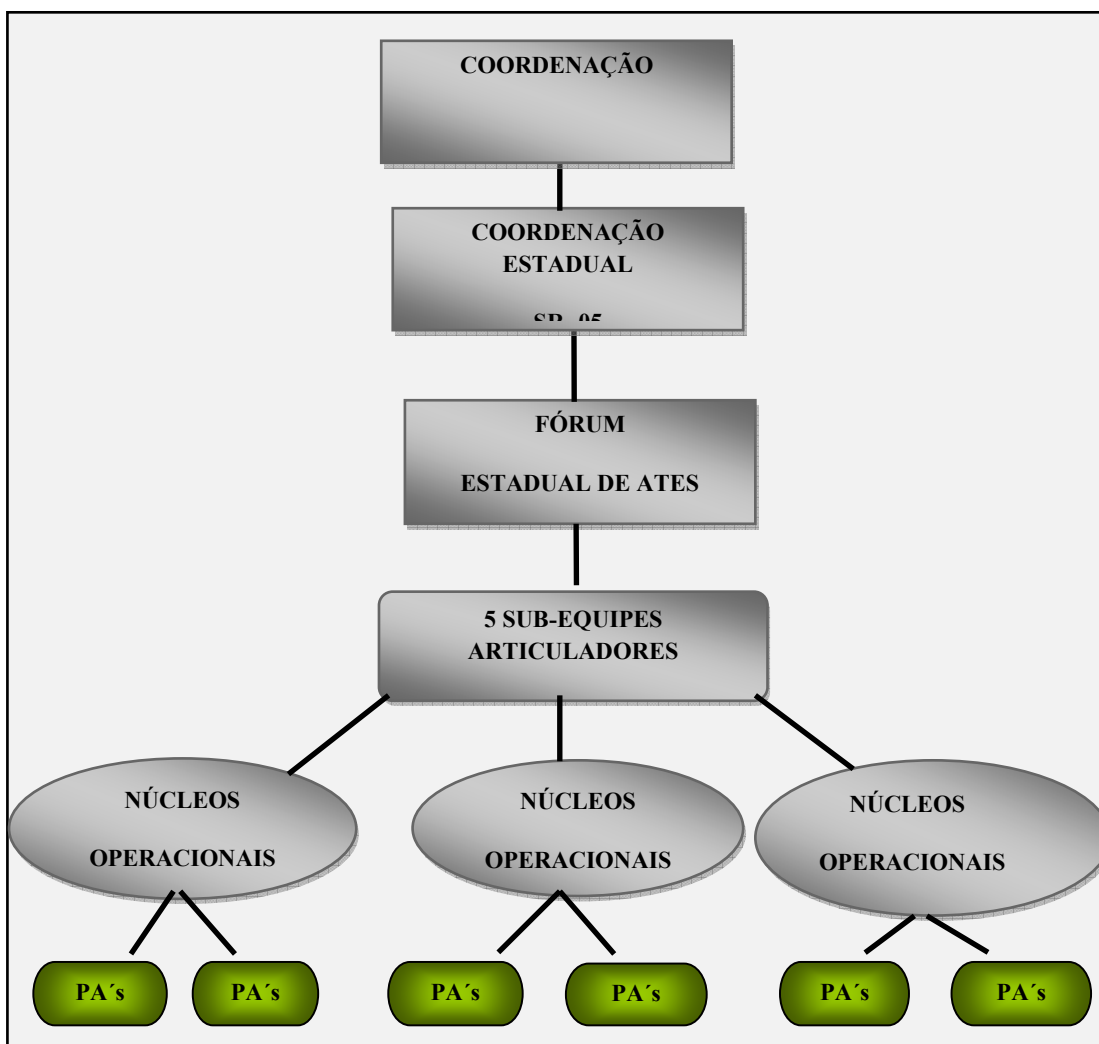
Fonte: SIAFI

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), criado em 2004 pelo INCRA/MDA, por meio da Norma de Execução/INCRA/SD/Nº 39/2004, tem o objetivo de trabalhar novas perspectivas para o desenvolvimento da agricultura familiar, potencializando ações já desenvolvidas e abrindo novas potencialidades em busca de qualidade de vida e emancipação socioeconômica em assentamentos rurais, através de sistema integrado de gestão onde se busca trabalhar as questões econômicas, sociais, tecnológicas, sociais, político-institucionais e ambientais conjuntamente.

Executado na Bahia desde 2004, o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, ATES, é coordenado e gerido pelo INCRA, por intermédio da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), em nível nacional, e pelas Superintendências Regionais (SRs), em suas áreas de atuação, em estrita observância às diretrizes da PNATER do MDA.

Existem instâncias de gestão participativa em nível nacional e estadual, cujos objetivos são viabilizar a construção de canais institucionalizados de comunicação entre o público beneficiário e o INCRA, promovendo a participação e o debate entre as diversas instituições atuantes na área da assistência técnica no âmbito da reforma agrária, com vistas a conferir maior transparência no processo de planejamento, implementação e avaliação das atividades de ATES.

Como instâncias de execução técnica do programa, cabe-nos destacar os 48 (quarenta e oito) Núcleos Operacionais, NOs, compostos de base física e estrutura operacional onde estão lotadas as equipes interdisciplinares, responsáveis, em última análise, pela prestação dos serviços de ATES aos Projetos de Assentamentos. A equipe de articulação, composta por equipes 5 (cinco) subequipes multidisciplinares responsáveis pela integração e assessoramento às atividades técnicas. Esta estrutura é sintetizada no esquema abaixo:



Instâncias de execução técnica do programa de ATES

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia, SR-05, assim como outras superintendências regionais, a partir de 2004 adotou na prestação dos serviços de ATES, a modalidade convênio. Neste sentido, a SR-05 e o Governo do Estado da Bahia firmaram uma ampla parceria, em julho de 2008, objetivando o desenvolvimento dos assentamentos, quando àquela data foi assinado entre as partes o convênio CRT-BA 0001/2008, processo N° 54160.002908/2008-18, tendo o Governo do Estado da Bahia como conveniente e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, EBDA, como executora dos serviços de ATES.

O objeto do referido convênio é a prestação de serviços de ATES a 35.000 famílias assentadas, representando 86,5% do universo de famílias assentadas no estado, o que coloca a Bahia como um dos melhores estados em termos de percentual de atendimento do programa, bem como de técnicos e do montante de recursos executados. Em síntese, cabe pontuar que as atividades realizadas até o exercício de 2010 corroboram com os objetivos do programa de ATES.

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONVÊNIO ATES INCRA SR-05	
Número convênio	CRT-BA 0001/2008
Data de publicação	03/07/2008
Concedente	INCRA
Conveniente	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária- SEAGRI
Executora	EBDA
Valor concedente	R\$ 49.000.000,00
Valor conveniente	R\$ 35.589.899,26
Valor global	R\$ 84.589.899,26
Total de famílias atendidas	35.000
Número de famílias/técnico	Aproximadamente 85
Período de execução	07/2008 a 12/2011
Aditivo de planos- Ano 2008	R\$ 5.141.040,00

Quadro resumo convênio CRT-BA0001/2008

Ressalta-se que está entre as responsabilidades do Governo do Estado, como contrapartida do conveniente, a contratação de 420 técnicos que atuariam junto às 35.000 famílias assentadas prestando diretamente a Assistência Técnica Social e Ambiental por meio de equipes multidisciplinares alocados em 48 Núcleos Operacionais de ATES, situados na mesma estrutura física dos escritórios locais da EBDA.

Compete aos 48 Núcleos Operacionais de ATES:

a) executar as atividades de ATES, baseadas nos princípios e objetivos do Programa, junto às famílias assentadas dos Projetos de Assentamento reconhecidos pelo INCRA, em áreas de reforma agrária;

b) elaborar, assessorar e acompanhar a implementação dos PEA, PDA, PRA e o RAS, observando os normativos existentes, especialmente a Resolução CONAMA nº 387/2006;

c) adequar, assessorar e acompanhar a implementação do PDA e PRA já existentes, mesmo que elaborados por outras entidades;

d) desenvolver estudos, em articulação com o INCRA, para selecionar e identificar as áreas produtivas, de reserva legal e de preservação permanente, buscando viabilizar a elaboração do PEA;

e) orientar a aplicação do Crédito Instalação, dentre outras linhas, com o envolvimento das famílias assentadas em todo o processo de elaboração e implementação dos planos e projetos;

f) executar a estratégia de divulgação e internalização das atividades de ATES, junto aos(as) assentados(as) beneficiários(as), com vistas ao entendimento, sintonia e participação desses atores para o perfeito funcionamento do Programa;

g) orientar e capacitar os(as) agricultores(as) para a elaboração e implementação dos projetos produtivos nas áreas de Reforma Agrária;

h) elaborar e acompanhar a implementação dos projetos técnicos que viabilizem o acesso dos(as) agricultores(as) às diferentes modalidades de crédito produtivo, bem como orientar e acompanhar a aplicação dos recursos e produzir relatórios técnicos, a serem encaminhados à SR, conforme preceitua o Manual de Crédito Rural;

i) elaborar projetos técnicos dos assentamentos que assegurem a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), bem como dos solos degradados. Esses projetos ainda podem prever ações de gestão e educação ambiental;

j) orientar e acompanhar a aplicação dos recursos, bem como produzir relatório semestral, sobre o estágio atual do projeto. Destaca-se a necessidade do projeto guardar coerência com as proposições do PDA ou PRA;

k) elaborar os projetos técnicos dos assentamentos que permitam o acesso ao Programa Terra Sol, bem como orientar e acompanhar sua execução. Os projetos técnicos mais complexos podem ser elaborados por especialistas, conforme prevê o Programa de ATES. É vedada a contratação ou utilização dos Núcleos Operacionais de ATES para realização de atividades que constituam atribuições inerentes aos cargos do quadro de servidores do INCRA.

Principais Resultados e Dificuldades Encontradas

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia utiliza os Territórios de Identidade como unidade de planejamento, estando a sua Divisão de Desenvolvimento organizada em equipes mesoterritoriais responsáveis pelos atendimentos aos projetos de assentamento de suas respectivas regiões. Os assentamentos foram agrupados em 7 (sete) mesorregiões. Foi definida uma equipe de Coordenação de ATES, atuante nessa Divisão de Desenvolvimento, que junto às equipes Meso-territoriais e equipe de coordenação da EBDA, com a colaboração da conveniada e executora do convênio de articuladores de ATES monitora a execução da prestação dos serviços de ATES.

O Fórum Estadual de ATES, criado em 2008, homologado pela portaria nº 38 de 6/10/2008, constitui-se em um espaço de diálogo e articulação entre os diferentes níveis de governo, os beneficiários do programa, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, com o objetivo de discutir a implementação do Programa de ATES no estado e propor ações de melhoria e aperfeiçoamento das atividades previstas para a ATES. Foram estabelecidas duas instancias de discussão do convênio de ATES, quais sejam o Fórum Estadual de ATES e as reuniões semanais entre as coordenações de ATES do INCRA, EBDA e FUNDESF-Articuladores. Temos a pontuar que tal estratégia se revelou fundamental para o debate de alguns entraves, aos quais temos efetivamente trabalhado para a superação dos mesmos.

A tabela abaixo apresenta as atividades desenvolvidas pelas equipes de ATES, no período de janeiro a junho de 2010 nos 49 NOs. Os dados de Julho a dezembro de 2010, ainda dependem de envio por parte da conveniada, contudo, informações levantadas durante o monitoramento do programa são pontuadas na sequência de forma a não haver maiores prejuízos ao presente relatório em face de eventuais perdas de informações.

EVENTOS		PARTICIPANTES		
DISCRIMINAÇÃO	QDE	TOTAL	HOMEM	MULHER
Visita técnica aos PAs	369	8230	5530	2700
Aplicação de questionários nos assentamentos – DRP	274	7173	4327	2846
Reunião com PAs	266	17665	10493	7172
Atendimento no escritório - assentados	264	6988	4792	2196
Reunião de apresentação das equipes	261	15655	10000	5655
Reunião de planejamento das atividades	178	1474	979	495

Encontros Regionais/ Feiras/ Palestras	139	3286	1951	1335
Reunião com órgãos/ instituições	102	1661	1078	583
Realização de DRP	96	3286	2195	1091
Reunião com articuladores	66	853	558	295
Reunião de renegociação de créditos	55	1366	945	421
Curso de capacitação/ treinamento para assentados	52	1221	795	426
Curso de capacitação/ treinamento para técnicos	48	1439	996	443
Estudo do manual de ATES	46	246	173	73
Distribuição de sementes	43	1580	1012	568
Levantamento ocupacional para regularização de Relação de Beneficiários (RB)	41	3661	2105	1556
Vistoria para aplicação de Plano de Recuperação do Assentamento (PRA)	31	1269	666	603
Elaboração de projetos produtivos	30	1088	650	438
Elaboração do Diagnóstico Regional	30	328	195	133
Sistematização de dados dos questionários – DRP	30	341	179	162
Dia de campo	27	5395	3026	2369
Cadastramento de produtores - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	17	577	390	187
Solicitação/ entrega de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Provisória	15	404	271	133
Acompanhamento do Programa Sertão Produtivo	13	194	131	63
Acompanhamento Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	12	323	207	116
Cadastramento de famílias para distribuição de cestas e sementes	12	776	461	315
Programa Garantia Safra	12	1484	925	559
Elaboração de projeto PRONAF	8	125	86	39
Elaboração Projeto de Exploração Anual (PEA)	8	800	453	347

Acompanhamento de Licenciamento Ambiental	7	252	146	106
Levantamento de produção PAA (COOPASUB)	7	63	35	28
Participação em videoconferência	5	539	356	183
Acompanhamento PAA	5	122	79	43
Atividade Dia da Mulher	5	78	38	40
Acompanhamento INSS	4	24	16	8
Crédito Semi-árido	4	104	60	44
Reunião Programa de Exploração da Carnaúba - CAR/ SEDIR	4	169	128	41
Reunião de Encaminhamento de Créditos	4	173	99	74
Cadastramento de produtores de abacaxi	3	23	23	0
Cadastramento de produtores p/ entrega de títulos de terra (CDA)	3	800	480	320
Relatório/ Laudo de Mandioca	3	21	10	11
Acompanhamento Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA)	2	48	34	14
Atendimento no escritório - movimentos sociais	2	3	3	0
Acompanhamento do Crédito Apoio Inicial	1	8	8	0
Georeferenciamento do PA Quilombo Rio das Rãs - Bom Jesus da Lapa	1	543	326	217
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	1	384	231	153

Fonte: EBDA – Grupo de Gestão do Convênio SEAGRI/EBDA/INCRA

Como primeiro resultado do convênio supramencionado, apontamos a ampliação do número de beneficiários, que passou de um percentual de 44,7% para 94% das famílias assentadas elegíveis, desconsiderando aí aquelas assentadas em projetos de Assentamentos consolidados.

O convênio em tela se encontra em execução plena. Atualmente são atendidos pelos serviços de Assessoria técnica, Social e Ambiental, ATES, 34.344 famílias assentadas, distribuídos em 528 assentamentos dispersos por 148 municípios distintos do estado em 25 territórios de identidade.

As equipes técnicas multidisciplinares, compostas atualmente por 345 profissionais estão lotados em 48 Núcleos Operacionais de ATES são responsáveis pelo atendimento de assentamentos situados num raio máximo de 200 km de sua localização.

Dentro do convênio estarão sendo elaborados 150 planos de desenvolvimento e recuperação de assentamentos, beneficiando diretamente cerca de 15.400 famílias assentadas. Neste sentido, foram realizadas pelas equipes de ATES a confecção de diagnósticos regionais e realização de oficinas de DRP, ambas relacionadas à confecção dos planos dos assentamentos. Até setembro de 2010, haviam sido realizados 274 DRPs, equivalente a 52% da meta, além de 44 diagnósticos regionais equivalentes à 92% da meta.

Pontuamos ainda que, em relação ao diagnóstico socioeconômico e cultural das famílias assentadas, foi construído, em parceria com a EBDA, um sistema apropriado para tabulação dos dados e indicadores, tendo sido estabelecida como meta a aplicação de 7.000 questionários, totalizando uma amostragem de 20% das famílias beneficiadas com os serviços de ATES. Até o mês de setembro de 2010 o sistema já havia sido finalizado e instalado em todos os Núcleos de ATES, àquela época haviam sido aplicados 4.302 questionários, equivalendo a 61,5% da meta pactuada. Cabe salientar que tanto os diagnósticos regionais, os DRPs dos assentamentos e o sócio-econômico-cultural das famílias são parte integrante e indispensável dos planos dos assentamentos, sejam eles na modalidade de Plano de Desenvolvimento ou Recuperação, contribuindo ainda para o monitoramento do programa de ATES.

Parte da metodologia adotada no diagnóstico socioeconômico e cultural das famílias se baseia no diagnóstico de sistemas de produção. De origem francesa, ela foi adotada pelo INCRA há mais de 10 anos e nos permite averiguar diferentes indicadores do desempenho da agricultura familiar. Um dos mais importantes é a renda agrícola, ou seja, tudo o que o agricultor vendeu e consumiu ao longo de um ano agrícola, descontado custos fixos e variáveis, exceto mão-de-obra. Durante as oficinas de planejamento operacional, ocorridas em 2009, cerca de 280 técnicos da conveniada foram capacitados em relação à metodologia e a partir de então estão sendo replicados pelas equipes.

Uma demanda largamente trabalhada pelos técnicos foi em relação ao cadastramento dos assentados para o acesso ao Programa Garantia Safra, ação do Pronaf criada para os agricultores que sofrem a perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas, neste sentido foram celebrados até o mês de setembro de 2010, 2.714 contratos beneficiando os assentados do estado. Outra demanda repassada aos técnicos de ATES diz respeito à elaboração dos projetos de pré-parcelamento, conforme anteriormente relatado, demanda esta capitaneada pelo INCRA. A demanda existente era de realização de 53 projetos de pré-parcelamentos, tendo sido executados, em 2010, 43 projetos, equivalendo a 82% da meta. A realização do pré-parcelamento é pré-requisito para que as empresas de topografia contratadas pelo INCRA executem a demarcação dos lotes individuais, permitindo o acesso das famílias assentadas às diversas políticas públicas no âmbito do desenvolvimento e crédito rural. Ademais, destacamos a confecção de 3 (três) Planos de Exploração Anual, PEA, objetivando orientar a aplicação dos primeiros créditos iniciais bem como organizar espacialmente assentamentos recém-criados.

Outra ação desenvolvida com êxito pela ATES foi a assinatura dos contratos de liquidação do PROCERA, crédito instalação do INCRA na modalidade de reabilitação de créditos de produção. Foram assinados 1.224 contratos de liquidação do PROCERA em todo o estado da Bahia e as equipes de ATES foram responsáveis pela mobilização das famílias assentadas e encaminhamentos das mesmas junto às agências bancárias.

Referente aos créditos instalação, nos primeiros (7) sete meses de 2010 foram beneficiadas 1.679 famílias assentadas. Ressalta-se que os técnicos de ATES vêm atuando na operacionalização dos referidos créditos, orientando as famílias assentadas, elaborando os planos de aplicação, acompanhando a entrega de material, apoiando a organização de comissões de assentados e oferecendo suporte técnico, administrativo e operacional aos técnicos do INCRA.

Relativo ao encaminhamento para o recebimento de benefícios sociais, em 2010 foram emitidas por esta superintendência precisamente 2.023 certidões para fins previdenciárias, o que denota melhoria no acesso por parte das famílias assentadas aos benefícios previdenciários.

Por oportuno cabe citar que, como fruto do trabalho de técnicos da área social de ATES, 14 (quatorze) Projetos de Assentamentos do estado da Bahia foram contemplados no edital BNB de cultura 2011. Projetar filmes em assentamentos, incentivar o samba de roda do Recôncavo e aprimorar o artesanato em áreas de reforma agrária. Esses são os focos de três projetos aprovados pelo Programa BNB de Cultura 2011, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A execução dos projetos beneficiarão 1,1 mil famílias com recursos de até R\$ 30 mil para o desenvolvimento da música e artes integradas. O projeto mais abrangente aprovado pelo programa do BNB é o do Cinema Itinerante em Assentamentos. Ele irá levar filmes para dez assentamentos, onde vivem 680 famílias e estão situados em seis municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Também através do recurso do BNB, as 68 famílias do Assentamento Florestan Fernandes, em Itaetê, na Chapada Diamantina, terão acesso aos cursos de formação e aquisição de equipamentos para melhorar a manufatura das artes feitas com palha de licorí sementes e capim dourado (utilizado para fazer biojoias).

Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, pelo relatório gerencial da Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB, houve em 2010 um aumento expressivo no acesso por parte dos agricultores familiares baianos aos recursos do programa. Acompanhando este expressivo aumento no acesso ao PAA, segundo levantamentos do setor do PRONAF da SR-05, em 2009 foram emitidas 726 DAPs P, já em 2010 os números saltaram para 1.323 DAPs emitidas, aumento de 82,3%. Números efetivos e consolidados de acesso dos agricultores assentados ao programa ainda dependem de informação oficial da CONAB. Neste sentido, técnicos da ATES lotados no Núcleo Operacional de Ubaitaba, situado no território litoral sul vêm elaborando uma série de projetos de PAA e como forma de escoar a produção dos assentamentos elaboraram um projeto que foi submetido ao governo do estado e Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), onde a associação do Projeto de Assentamento Santa Irene

foi contemplada com um caminhão F-4000 zero quilômetro. No assentamento Santa Irene, vivem 81 famílias em uma área de mil hectares.

Para definição das ações prioritárias foi definida uma matriz de ações pontuando os papéis de cada ator na respectiva ação. O monitoramento de resultado da ATES está sendo executado com acompanhamento do desenvolvimento dos assentamentos por meio de questionários por família e por assentamento, a serem aplicados periodicamente pelas equipes técnicas do INCRA.

Adicionalmente, pontuamos que, considerando o acréscimo na demanda de pessoal administrativo nesta superintendência para a adequada instrução processual, eventualmente, técnicos de ATES da EBDA são disponibilizados ao INCRA de forma a agilizar os trabalhos, considerando o diminuto quadro funcional desta autarquia frente às demandas institucionais. Neste sentido, por oportuno, registre-se que a indisponibilidade de recurso para concessão de diárias no final do exercício de 2010 resultou na impossibilidade da fiscalização por parte dos servidores desta autarquia à todos os Núcleos Operacionais, tendo sido os mesmos fiscalizados por amostragem conforme disponibilidade na programação e roteiro de viagem de servidores da Divisão de Desenvolvimento no desempenho de outras atividades correlatas aos assentamentos.

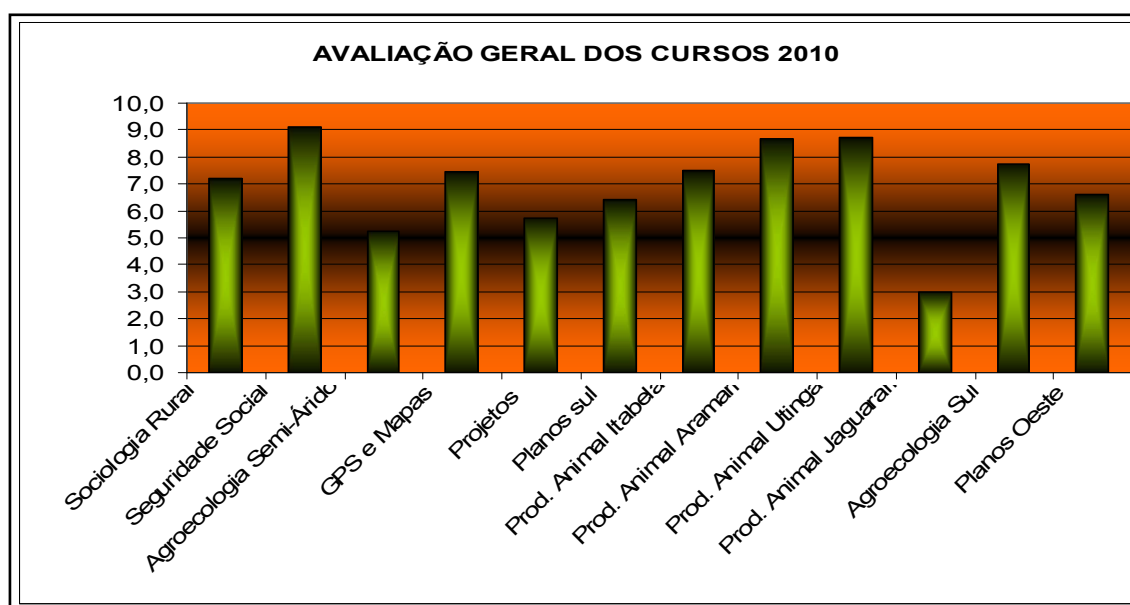
Oportunamente, cabe-nos relatar que, considerando a dimensão territorial do estado bem como a necessidade de interiorização de alguns serviços, foi pactuado um termo de cooperação técnica entre o INCRA e a EBDA objetivando a emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF nos 48 Núcleos Operacionais de ATES, para tanto técnicos da executora de ATES foram capacitados senhas do Sistema de Informação de Projetos de Assentamentos disponibilizadas. Atualmente 37 dos 48 Núcleos Operacionais de ATES se encontram aptos à emissão de DAPs, 77% destes, o que agilizará o acesso das famílias assentadas ao documento. Ressalta-se que as DAPs na modalidade provisória continuam sendo emitidas pelo setor do PRONAF desta SR.

Ademais, complementarmente ao monitoramento do programa, visando dar celeridade aos encaminhamentos necessários, no espaço de discussão semanal entre as coordenações de ATES da EBDA, do INCRA e da FUNDESF foram encaminhados a realização tempestiva de capacitação aos técnicos de ATES de modo a fluir demandas represadas no INCRA no tocante ao parcelamento das áreas dos assentamentos, disponibilização de profissional do quadro da EBDA para esclarecimento das equipes sobre o tramite necessário à operacionalização de atividades de extensão rural a exemplo de cursos e intercâmbios. Outro fator de destaque é a instigação da EBDA para um maior envolvimento institucional da comissão de ATES daquela empresa, o que efetivamente vem ocorrendo, a exemplo das inúmeras viagens objetivando o saneamento de dúvidas porventura existentes acerca dos procedimentos administrativos necessários à implantação de Unidades Demonstrativas, e realização de cursos e intercâmbios tendo como publico alvo as famílias assentadas atendidas pelos serviços de ATES.

Relativo à demanda de capacitação dos técnicos foi aplicado um questionário junto aos Núcleos mapeando as demandas mais pontuadas, as mesmas foram concensuadas com a matriz de ações prioritárias e as capacitações executadas em parceria com diversas instituições. Neste sentido destaca-se a participação dos articuladores e ATES na realização de tais atividades, seja pelo apoio operacional e logístico, na prospecção de parceiros ou mesmo como instrutores dos cursos. Um quadro síntese das capacitações ocorridas no exercício 2010 bem como da avaliação dos mesmos pode ser verificado nos quadros a seguir.

Capacitação de agentes da Reforma Agrária na Bahia Convênio INCRA-SEAGRI Exercício 2010			
Tema	Público	Período	Local
Emissão de DAPs	Agrário	26 a 30/4	Salvador
2 oficinas parcelamento	Todos de 2 NOs	7 a 11/6	Vitoria da conquista e Santa Inês
Operação de GPS e interpretação de mapas	70 Ambiental	5 a 9/7	Salvador
Elaboração de projetos	70 Agrário	12 a 16/7	Salvador
Planos	35 Ambiental	26 a 31/7	Ilhéus
Sociologia rural - enfoque em assentamentos	70 Social	2 a 6/8	Salvador
Planos	35 Ambiental	9 a 13/8	Barreiras
Manejo de recursos naturais/agroecologia	35 Agrário	30/8 a 04/9	Ibirapitanga
Seguridade social na reforma agrária	70 Social	21 a 24/9	Salvador
Parcelamento	10 técnicos	14 a 17/9	Barreiras
Parcelamento	10 técnicos	14 a 17/9	Santa Rita de Cássia
Parcelamento	10 técnicos	14 a 17/9	Xique-xique
Parcelamento	10 técnicos	14 a 17/9	Carinhanha
Manejo de recursos naturais/agroecologia	35 Agrário	27/9 a 01/10	Juazeiro
Produção de sementes e mudas - teoria	20 Agrário	19 A 23/7	Caldas do Jorro
Produção de sementes e mudas - prática	20 Agrário	20 a 24/9	Juazeiro
Produção animal	21 Agrário	30/8 a 03/9	Aramari
Produção animal	17 Agrário	13 a 17/9	Jaguararipe
Produção animal	18 Agrário	20 a 24/9	Utinga
Produção animal	11 Agrário	30/8 a 3/9	Itabela
Seminário Fundos de Pasto	Social	Nov.	Juazeiro

Quadro das capacitações de técnicos de ATES ocorridas no exercício 2010



Quadro de avaliação das capacitações aos técnicos de ATES- Ano referência 2010

A maior dificuldade encontrada no processo de formação das equipes e complementação do número previsto de 420 profissionais esta relacionada ao baixo valor da remuneração dos técnicos contratados no âmbito do Regime Especial de Direito Administrativo, REDA, sistema de contratação temporária adotado pelo governo do estado. Esse fato tem gerado significativa desistência entre a seleção e contratação e provocado certa rotatividade nas equipes, que atualmente perfazem 82,2 % do quantitativo previsto. Neste sentido, temos envidado esforços junto à conveniada para a complementação do quadro técnico, no entanto, em razão do processo eleitoral, por determinação legal novas nomeações tiveram que aguardar o término do pleito eleitoral para se efetivarem. Isto posto, a complementação do quadro técnico da ATES deverá ocorrer nos primeiros meses de 2011.

A imensa maioria das dificuldades relacionadas à disponibilização da adequada infraestrutura aos núcleos operacionais foi superada, permanece como desafio o acesso à internet banda larga na totalidade dos Núcleos, contudo, tal problema se deve, em muitos dos casos à infraestrutura deficiente em alguns municípios. Em relação a complementação da aquisição de 13 veículos tracionados, condição imprescindível para o acesso à alguns assentamentos cujas estradas de acesso se encontram prejudicados em razão das intempéries, cabe-nos relatar que os mesmos já foram adquiridos no final do exercício 2010 e disponibilizados aos núcleos, havendo, em alguns casos, o rodízio dos veículos tracionados em alguns núcleos conforme a programação disponibilizadas pelos técnicos de ATES.

ESTRUTURA OPERACIONAL DOS NÚCLEOS OPERACIONAIS			
Itens	Previsto	Realizado até 12/2010	% Realizado
Veículo 4 portas, flex, com ar condicionado	101	101	100
Veículo 4 portas traçado	20	22	110*
Microcomputador portátil - Notebook	70	70	100
Microcomputador, monitor LCD de 17"	350	350	100
Impressora, a laser / led	70	70	100
Estabilizador	420	420	100
GPS de navegação, com cabo, UBS	70	70	100
Nobreak	10	10	100
Mesa de escritório com 2 (duas) gavetas	420	420	100
Mesa de computador simples	350	350	100
Mesa de impressora	70	70	100
Cadeira giratória sem braço	420	420	100
Câmara fotográfica	30	30	100

Quadro síntese da estrutura operacional disponível nos Núcleos de ATES. * Com os recursos da aplicação do montante principal foi acordado com o concedente a aquisição de mais 2 (dois) veículos traçados, alocados na EBDA de Salvador objetivando contribuir junto às coordenações de ATES no monitoramento do convênio.

Aditivo para elaboração de planos

O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos, PDA, é a principal ferramenta de planejamento dos Projetos de Assentamento voltada diretamente para o seu desenvolvimento sustentável, segundo as suas dimensões econômica, social, cultural e ambiental. Os PDAs constituem a base das informações a serem trabalhadas para elaboração dos Planos de Recuperação dos Assentamentos e subsidiarão a análise comparativa entre as ações planejadas e programadas para os assentamentos nas fases de implantação e consolidação e a realidade encontrada após a atualização das respectivas informações.

O PDA deve considerar todas as fases do processo de evolução do assentamento, da instalação das famílias nas áreas, passando pela participação e capacitação das mesmas na construção e elaboração das propostas de desenvolvimento

para o Projeto de Assentamento, estendendo-se até a sua completa consolidação e emancipação.

O Plano de Recuperação de Assentamentos, PRA, é uma modalidade de intervenção orientada para os Projetos de Assentamento, constituídos a mais tempo, com desenvolvimento e consolidação não consumados, em virtude da descontinuidade, interrupção ou não implementação das ações previstas pelo PDA, ou, mesmo, em decorrência da inexistência de tal Plano, ou qualquer outro percalço que tenha contribuído para sua não implementação.

Enfim, o PRA se traduz num conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, ou de reformulação ou substituição deste, voltadas para garantir ao Projeto de Assentamento, o nível desejado de desenvolvimento sustentável, a curto e médio prazo, proporcionando crescimento da renda aos seus beneficiários, geração de empregos, aumento da produção e melhores condições de vida e cidadania, através do atendimento de itens considerados básicos para esse fim. Seu valor de referência é de R\$ 120,00 por família assentada.

O PRA tem por objetivo central complementar e/ou adequar as orientações contidas no PDA, ou supri-las no caso de sua inexistência, objetivando dotar os projetos de assentamento de condições essenciais à garantir o seu processo de estruturação e consolidação com vistas a sua emancipação plena, num determinado horizonte de tempo, de modo a garantir a sua sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, além de possibilitar o monitoramento e a avaliação de suas diversas ações pelas equipes de ATES.

Em dezembro de 2008 foi firmado termo aditivo para elaboração de Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e Planos de Recuperação de Assentamento (PRA), no valor de R\$ 5.141.040,00, tendo sido liberado, no exercício de R\$ 2.300.000,00 no exercício 2009 e R\$ 2.700.000 no exercício 2010, implicando num índice de repasse financeiro em relação a esta meta específica de 97,3%. Tal meta deve beneficiar cerca de 18.000 famílias assentadas no estado.

A estratégia de ação traçada no exercício 2010 é adequar o roteiro de planos às exigências para o licenciamento ambiental dos assentamentos, considerando a urgência do tema bem como a similaridade e sinergia de propósitos. Neste sentido o roteiro foi readequado e técnicos de ATES capacitados a elaborarem a parte descritiva dos mesmos. Já a parte de confecção das peças técnicas necessárias esta sendo gestado, em conjunto com a conveniada um termo de referencia para licitação de empresa especializada, o que, possivelmente deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2011.

Articuladores de ATES

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia, ainda no exercício de 2009, pactuou um convênio tendo como conveniente a Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental no

Estado da Bahia - FUNDEF, e como interveniente a Universidade do Estado da Bahia, UNEB, objetivando a disponibilização de serviços técnicos especializados de articulação às famílias beneficiadas com o Programa de ATES no âmbito desta Superintendência Regional.

A Equipe de Articulação é uma unidade constituída por profissionais de nível superior de formação multidisciplinar (ciências agrárias, sociais, econômicas, ambientais e outras). Essa equipe é responsável pela integração e assessoramento às equipes técnicas dos Núcleos Operacionais, em sua área de abrangência, visando garantir a qualidade dessa assessoria técnica, social e ambiental aos beneficiários da reforma agrária. A entidade prestadora do serviço de articulação apresenta base sede em Juazeiro-BA e possui base física composta de escritório de trabalho em Salvador, apresentando as condições de infraestrutura operacional adequada para a prestação dos serviços pactuados.

INFORMAÇÕES GERAIS CONVÊNIO ARTICULADORES	
Número convênio	SICONV 709227/2009
Data de publicação	20/11/2009
Concedente	INCRA SR-05
Conveniente	FUNDEF – Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento, Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental no Estado da Bahia
Executora	FUNDEF
Valor concedente	R\$ 5.042.054,40
Valor conveniente	R\$ 631.400,00
Período de execução	11/2009 a 12/2011

Através do convênio celebrado em novembro de 2009 foram contratados 18 profissionais com formação multidisciplinar objetivando o fornecimento de serviços especializados de articuladores de ATES. Esses profissionais foram divididos 5 (cinco) subequipes multidisciplinares responsáveis pela integração e assessoramento às atividades técnicas de uma respectiva mesorregião do estado, podendo uma mesorregião agregar dois ou mais territórios de identidade.

As atividades realizadas pela conveniada FUNDEF e devidamente documentadas no Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal – *SICONV*,

corroboram com os objetivos do programa de ATES, tendo sido registradas relevantes atividades de planejamento estratégico e assessoramento técnico aos serviços de ATES, considerando a multidisciplinaridade do programa.

São atribuições da Equipe de Articulação, dentre outras:

- I) assessorar o planejamento estratégico e operacional das atividades desenvolvidas pelos Núcleos Operacionais de ATES, tomando como base as diretrizes de planejamento apresentadas pelo INCRA;
- II) assessorar os Núcleos Operacionais, proporcionando suporte técnico e metodológico;
- III) contribuir com a integração e a articulação das atividades desenvolvidas nos projetos de assentamento da sua área de abrangência, bem como a integração de tais atividades com outras políticas públicas afins;
- IV) contribuir com a socialização das experiências exitosas;
- V) contribuir na divulgação das atividades de ATES junto aos assentados, promovendo a participação dos mesmos no Programa;
- VI) identificar e articular as demandas de capacitação dos Núcleos Operacionais e das famílias assentadas em temáticas necessárias ao seu aprimoramento e ampliação dos conhecimentos necessários ao atendimento das diretrizes e objetivos do Programa de ATES, encaminhando-as ao Fórum Estadual e ao INCRA.
- VII) apresentar à Superintendência Regional do INCRA e ao Fórum Estadual de ATES relatórios trimestrais, de forma a contribuir para o monitoramento e a avaliação do Programa.

O montante total do convênio é de R\$ R\$ 5.673.465,40, tendo prazo de execução de nov/2009 a dez/20011. Assim sendo, foram repassados pelo concedente em 2010 recursos da ordem de R\$ 568.561,52, referentes à 2º parcela do convênio, estando pendente a liberação da 3º parcela prevista para o mês de setembro de 2010 e não repassada até o momento, no montante de R\$ 852.840,00 .

No exercício 2010 as ações da FUNDESF se concentraram na apresentação das sub-equipes de articuladores aos Núcleos Operacionais de ATES, apresentação da matriz de ações de ATES aos NOs e na organização, execução e sistematização das atividades de capacitação aos técnicos de ATES. Cabe ressaltar que uma nova e imediata demanda foi inserida no contexto das capacitações e das equipes de ATES propriamente dita, trata-se da realização de projetos de pré-parcelamento de 56 assentamentos, sendo o mesmo pré-requisito para que as empresas de topografia contratadas pelo INCRA efetivem a demarcação dos referidos projetos, o que em alguns casos resultará no enquadramento do assentamento na demanda qualificada do PRONAF, abrindo novas perspectivas ao desenvolvimento daquelas áreas. Ademais outra atividade realizada diz respeito à capacitação para execução de Projetos de Exploração Anual, PEA, totalizando três eventos, possibilitando o recolhimento de

subsídios à aplicação de algumas modalidades dos créditos instalação com impactos positivos na qualidade de vida, geração de renda e auto-estima das comunidades assentadas, consonante ao direito inalienável da busca da felicidade.

A coordenação do Terra Sol também ministrou oficinas para os técnicos e articuladores de ATES, que passaram a atuar de forma conjunta resultando na apresentação das primeiras demandas vindas dos Núcleos Operacionais de ATES. Ao final do exercício 2010, 73% das demandas do Projeto Terrasol haviam sido apresentadas pelas equipes de ATES, qualificadas pela interveniência dos articuladores das áreas social, ambiental e produtiva.

Oportunamente cabe-nos relatar que dentre os profissionais contratados no âmbito do convênio de articuladores dois profissionais atuam mais diretamente ligados à Divisão de Desenvolvimento sendo um profissional com formação em direito e outro com formação em engenharia florestal. O primeiro trata das questões mais afetas à resolução de conflitos agrários e o segundo atua na gestão ambiental dos assentamentos com foco na proposta de elaboração dos planos correlacionado ao licenciamento ambiental dos assentamentos.

Por fim, conclui-se que as atividades realizadas pelas atuais conveniadas de ATES, durante o exercício de 2010 corroboram com os objetivos do programa de ATES, tendo sido registradas relevantes atividades dentro da multidisciplinaridade do mesmo, potencializando o desenvolvimento sustentável das áreas de assentamentos da Bahia.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para

divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	2272	A			0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
417.222	433.221	420.783	97	352.942	81	352.942	81

Fonte: SIAFI

O foco desta ação é dar o suporte necessário para a consecução das metas institucionais das demais ações que compõem este programa. Custeando, por exemplo, o acompanhamento e o monitoramento das ações finalísticas do programa 1427 além da fiscalização dos serviços executados.

Por ser uma ação meio este centro de custo apropria os serviços técnicos e administrativos; diárias e passagens; aquisição de bens duráveis; formulação e divulgação de políticas públicas.

Conforme previsto no Caderno de Metas, os recursos desta ação custearam também diárias e passagens para o gabinete da superintendência, para procuradoria federal especializada e para as comissões de processo administrativo disciplinar.

Detalhamento dos Elementos de Despesas da Ação 2272

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	132.271,45	132.271,45	132.271,45
MATERIAL DE CONSUMO	55.000,00	55.000,00	55.000,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	108.950,00	108.950,00	108.950,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	54.000,00	51.922,00	51.922,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	83.000,00	72.639,06	72.639,06
TOTAL	433.221,45	420.782,51	420.782,51

Fonte: SIAFI

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	A			0	0	0	

Fonte: Relatório de Monitoramento - INCRA

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.000.000	4.585.372	4.505.942	98	4.009.052	87	4.009.052	87

Fonte: SIAFI

Quanto a esse tópico necessário se faz os seguintes esclarecimentos:

A Superintendência Regional da Bahia, juntamente com suas duas Unidades Avançadas (Bom Jesus da Lapa e Itabuna, que não são unidades gestoras), alcançam os 419 municípios do estado e respondem hoje por ações de desenvolvimento para aproximadamente trinta e cinco mil famílias, ações de obtenção para uma demanda mobilizada de vinte e cinco mil famílias, possuímos aproximadamente seiscentas áreas já identificadas como Remanescente de Quilombos, recebemos cerca de noventa processos/mês, de Certificação de Imóveis Rurais e atualizamos, em média, 16.554 imóveis rurais no Sistema de Informações Rurais – SIR por ano, para tanto esta Regional demanda infraestrutura física e material cuja evolução dos custos reflete a perseguição da equação qualidade de serviço/melhor custo.

Nesse diapasão, apresentamos proposta orçamentária para o exercício 2010, com estimativa de aproximadamente seis milhões, quando da solicitação dos dados para a Programação Operacional.

Naquela oportunidade, por força do teto orçamentário foi apropriado o valor de R\$ 4.585.372,32(quatro milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos),para a ação comentada, valor esse muito aquém do necessário para atender as despesas contratadas.

A Administração vem aprimorando o seu desempenho institucional e em 2010 esteve voltada não apenas para o cumprimento de metas propostas na Programação Operacional, como para qualidade dos serviços. Para tanto foi essencial à implantação de ações gerenciais, na racionalização de custos, acompanhamento e controle dos créditos orçamentários e recursos financeiros, melhoria dos processos e acompanhamento dos contratos de prestação de serviços.

A aplicação dos recursos, referiu-se não somente às despesas com a manutenção das condições de funcionamento da Sede da Superintendência Regional da Bahia e suas Unidades Avançadas, mas, principalmente, proporcionou melhores condições para que as áreas finalísticas desta Regional buscassem o alcance dos objetivos institucionais e cumprimento das metas com maior eficácia e eficiência, despesas estas que foram realizadas através do cumprimento de contratos firmados em certames licitatórios ou aquisições pontuais.

A Missão da Administração da Unidade é agregar todas as despesas destinadas ao suporte das atividades finalísticas, compreendendo os seguintes serviços:

- transporte e manutenção de viaturas oficiais;
- reprografia e gráfica;
- telecomunicações;
- limpeza e vigilância;
- luz, água e esgoto;
- locação de transporte de cargas e passageiros;
- protocolo com recepção, registro e entrega de correspondências oficiais;
- locação de equipamentos;
- controle de pessoal ativo, inativos, pensionistas;
- manutenção e conservação de imóveis próprios da União; cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União;
- tecnologia da informação,envolvendo ações de suporte e rede;

- passagens, e ainda, outras despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas, mas que são essenciais para a manutenção da máquina administrativa da Superintendência.

Sendo assim, compõem o rol de principais despesas na Ação 2000:

- Manutenção de contratos de terceirização de mão-de-obra de apoio administrativo, limpeza e conservação e vigilância ostensiva
- Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, conservação de bens móveis e vigilância eletrônica.

Tais despesas constituem 99.5% do total aplicado com origem no PI A0750200040 e Fontes de Recursos 017637002 e 0100000000, acrescido a recursos oriundos dos GAPS vinculados as áreas fins, abaixo demonstrados:

TRANSPORTE E MANUTENÇÃO DE VIATURAS

RELAÇÃO DE VIATURAS DO INCRA – SR-05 / 2010

VIATURAS COM MOTORISTAS OFICIAIS

Nº ORDEM	MARCA	PLACA	MODELO	MOTORISTA
1	L.200	NTK-5844	2010	CARLOS SANTANA
2	L.200	NTK-1908	2010	FRANCISCO DE ASSIS SANTANA
3	L.200	NTK-6756	2010	JOSÉ FERNANDO ALMEIDA
4	L.200	NTK-6129	2010	EDVALDO CERQUEIRA
5	L.200	NTK-5565	2010	ADÃO FERNANDES DOS SANTOS
6	L.200	NTK-4858	2010	JOSÉ FERNANDES NETO
7	FORD / RANGER	JRV-3609	2008	JOAQUIM COELHO MOURA
8	FORD / RANGER	JRV-9824	2008	GILVAN FRANCISCO DE BARROS
9	FORD / RANGER	JRV-4393	2008	JOSÉ AGRA MELO
10	FORD / RANGER	JRV-0266	2008	JOSÉ FERREIRA DE SOUZA
11	M.BENZ/CAMINHAO	NTW-0329	2010	JOAQUIM COELHO MOURA

VIATURAS COM MOTORISTAS DA SERMA

Nº ORDEM	MARCA	PLACA	MODELO	MOTORISTA
1	FORD / RANGER	JRV-8966	2008	SR. ANTONIO / BARBOSA
2	FORD / RANGER	JRV-1870	2008	JOSÉ CARLOS/ MANOEL
3	FORD / RANGER	JRV-0105	2008	LUIZ ANDRÉ
4	FORD / RANGER	JRV-4755	2008	HONORATO/ CIDCLEI
5	FORD / RANGER	JRV-1665	2008	ADILSON/ JAIRO
6	FORD / RANGER	JRV-9645	2008	EVANDRO/ ARIVALDO
7	L.200	NTK-3090	2010	ANTONIO WILSON
8	FORD / RANGER	JRV-9280	2008	RAFAEL
9	FORD / RANGER	JRV-0527	2008	ANTONIO CESAR
10	L.200	NTK-8695	2010	MÁRCIO MASCARENHAS/REGIVALDO
11	L.200	NTK-2168	2010	GIVANILDO/JOSÉ ALFREDO
12	VW/ONIBUS	JHN-5353	2009	ALFREDO/MANOEL

VIATURAS PEQUENAS COM CONDIÇÕES DE VIAGEM

Nº ORDEM	MARCA	PLACA	MODELO	MOTORISTA
1	PALIO/FIRE	JRG-8716	2007	SEDE
2	PALIO/FIRE	JRG-1304	2007	SEDE
3	PALIO/FIRE	JRG-9354	2007	SEDE
4	PALIO/FIRE	JSD-2458	2008	MARCOS NERY
5	PALIO/FIRE	JSD-4259	2008	SEDE
6	PALIO/FIRE	JSD-7956	2008	SEDE
7	PALIO/FIRE	JSD-1144	2008	SEDE
8	PALIO/FIRE	JSD-2591	2008	SEDE
9	PALIO/FIRE	JRA-6108	2008	SEDE
10	PALIO/FIRE	JPZ-5473	2005	SEDE
11	PALIO/FIRE	JRD-3776	2007	SEDE

VIATURAS UA OESTE BAIANO – CHEFE HAMILTON FELIX

Nº ORDEM	MARCA	PLACA	MODELO	MOTORISTA
1	PALIO/FIRE	JRD-9810	2007	HAMILTON
2	MC/L200	JPZ-5168	2005	NILSOM
3	MC/L200	JQS-6342	2006	JOÃO SOARES
4	FORD / RANGER	JRA-6212	2007	MANOEL PEREIRA
5	FORD / RANGER	JRV-0633	2008	HAMILTON
6	FORD / RANGER	JPZ-5127	2004/05	CRÉDITO

VIATURAS UA SUL – CHEFE ELIAS

Nº ORDEM	MARCA	PLACA	MODELO	MOTORISTA
1	FOR/RANGER	JRA-9210	2007	MANUEL RIBEIRO
2	FORD / RANGER	JRA-8453	2007	ELIAS
3	PALIO/FIRE	JPZ-5472	2005	REGINALDO
4	VOLKSWAGEM/GOL	JQS-6181	2005/06	EDMUNDO MAMEDIO
5	PALIO/FIRE	JRA-2747	2007	UA

VIATURAS UA BARREIRAS – BENEDITO

Nº ORDEM	MARCA	PLACA	MODELO	MOTORISTA
1	PALIO/FIRE	JRA-6344	2007	BENEDITO
2	FORD / RANGER	JRA-6289	2007	

VIATURAS PARA 14212-91 (DOAÇÃO)

Nº ORDEM	MARCA	PLACA	MODELO
1	FORD/RANGER	JPZ-5125	2004/05
2	FORD/RANGER	JPZ-5126	2004/05
3	TOYOTA/HILUX	MOZ-6471	2003/2004
4	TOYOTA/HILUX	MOZ-6400	2003/2004
5	MC/L200	JPZ-5169	2005
6	MC/L.200	JPZ-5167	2005
7	MC/L200	JPT-6378	2005/05
8	MC/L200	JPT-6379	2005/05
9	GM /S.10	JPZ-0614	2000/01
10	GM/ S.10	JPZ-3912	2004

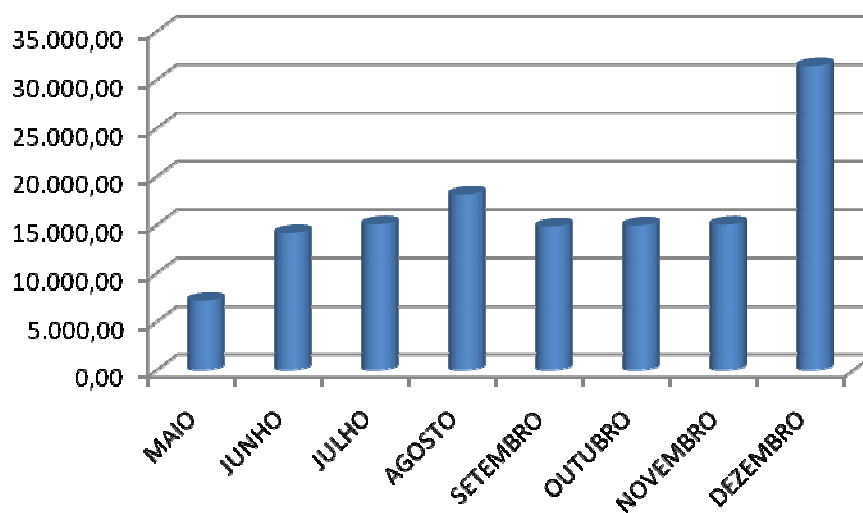
RESUMO GERAL

VIATURAS SEDE	34
VIATURAS UA SUL	5
VIATURAS UA OESTE	6
VIATURAS PARA 14212-91	10
TOTAL	55

CONTROLE ANUAL DE TICKET COMBUSTIVEL - MAX FROTA- 2010

OBJETO: contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de gestão de abastecimento de combustível, através de postos credenciados, por intermédio de um sistema informatizado mediante cartão eletrônico, para atender a frota de veículos oficiais da superintendência regional.

MÊS	CONTRATO
MAIO	7.164,37
JUNHO	14.146,39
JULHO	15.050,20
AGOSTO	18.154,11
SETEMBRO	14.834,88
OUTUBRO	14.941,66
NOVEMBRO	15.016,83
DEZEMBRO	31.410,00
TOTAL	130.718,44



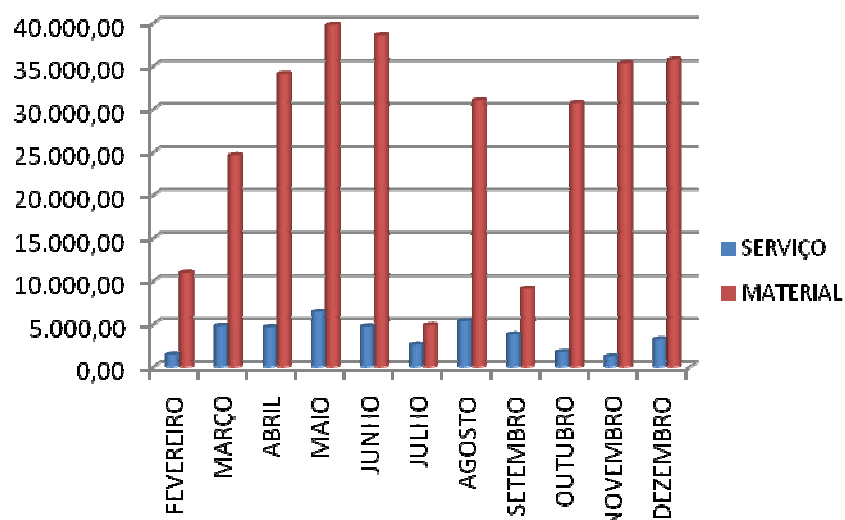
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS

GESTEIRA FERREIRA & CIA LTDA 2010

CRT/BA/Nº013/2007

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS		
Valor da Hora-Homem	R\$ 5,19	R\$/Km Rodado

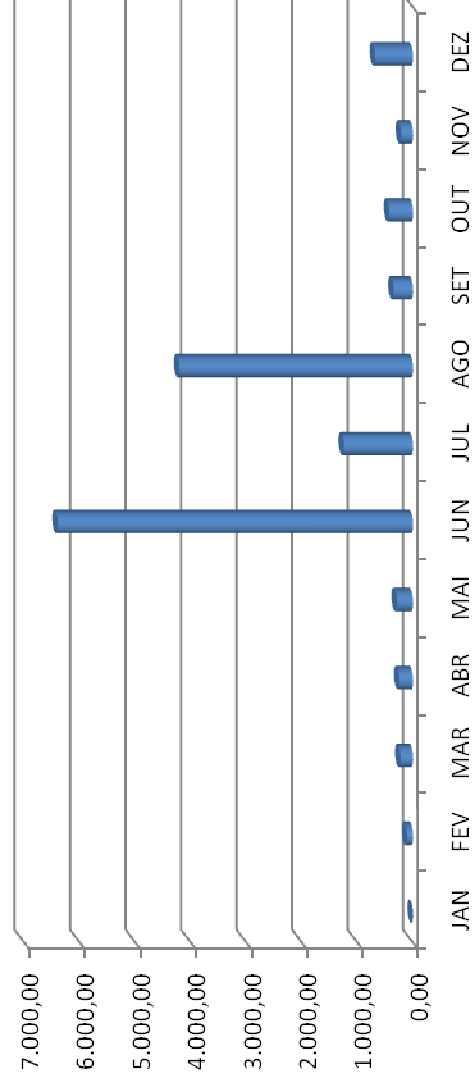
MÊS	SERVIÇO	MATERIAL
FEVEREIRO	1.461,80	10.977,80
MARÇO	4.800,33	24.626,28
ABRIL	4.632,60	34.071,51
MAIO	6.445,09	39.774,09
JUNHO	4.733,19	38.576,96
JULHO	2.605,38	4.870,78
AGOSTO	5.345,13	31.004,61
SETEMBRO	3.794,07	9.129,93
OUTUBRO	1.774,84	30.690,44
NOVEMBRO	1.218,46	35.327,86
DEZEMBRO	3.208,98	35.742,49
TOTAL	40.019,87	294.792,75
TOTAL GERAL	R\$ 334.812,62	



REPROGRAFIA E GRÁFICA

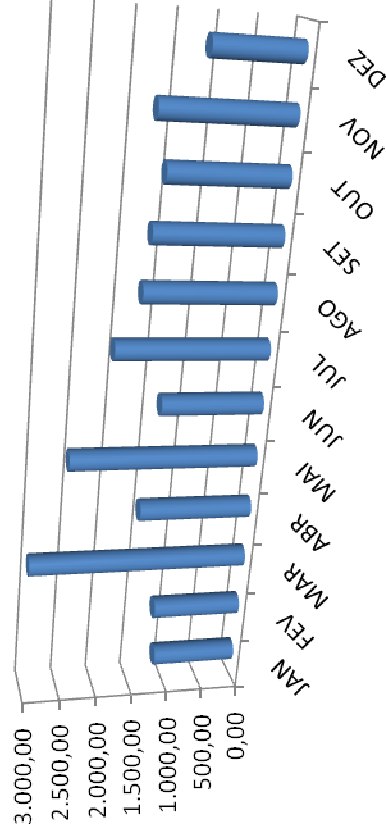
CONTROLE DE CÓPIAS - EMPRESA COPIADORA- PAPELARIA EXATA 2010

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	QUANT. DE CÓPIAS (2010)	VALOR TOTAL (PAGO)
0,00	104,00	223,10	242,90	287,80	6.398,54	1.241,87	4.209,20	347,3	426,72	212,06	680,00	54.054.73	14.373,07



CONTROLE DE CÓPIAS P&B - EMPRESA L'AFFICHE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA 2010

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	QUANT. DE CÓPIAS (2010)	VALOR TOTAL (PAGO)
1.145,29	1.208,63	2.968,93	1.534,65	2.526,13	1.376,33	2.049,95	1.751,22	1.696,14	1.585,62	1.755,99	1.181,07	46177,66	20.779,95



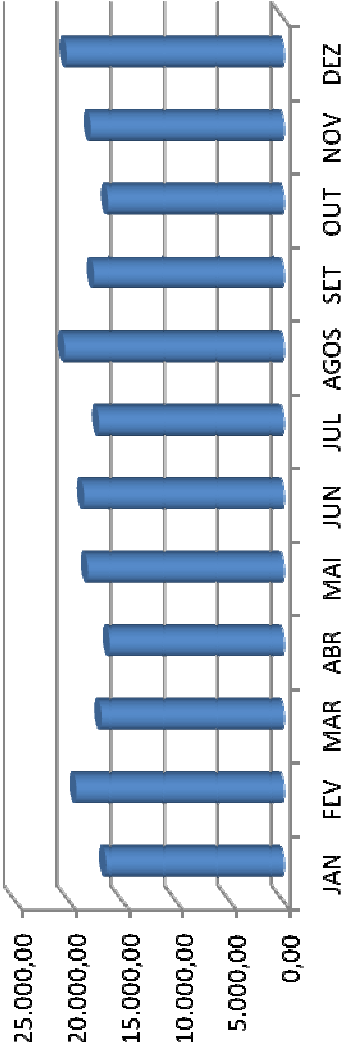
TELECOMUNICAÇÃO

CONTROLE DE GASTOS COM TELEFONIA 3.3 90 39

EMPRESAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ESCRITÓRIOS													
TELEMAR ITAMARAJU	347,29	180,56	276,16	315,24	222,75	411,89	347,25	356,02	365,52	437,22	355,80	411,38	4.027,08
TELEMAR BARREIRAS	4,93	242,89	381,37	303,20	334,91	219,48	243,44	254,44	258,12	246,78	299,59	192,24	2.981,39
TELEMAR SENHOR DO BONFIM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,78	138,44	188,67	447,89
SUBTOTAL	352,22	423,45	657,53	618,44	557,66	631,37	590,69	610,46	623,64	804,78	793,83	792,29	7.456,36
UNIDADES AVANÇADAS													
TELEMAR BOM JESUS DA LAPA/ITABUNA	2.734,58	2.646,37	3.661,38	3.114,38	3.344,05	2.962,01	2.683,35	3.318,31	2.597,79	2.810,11	2.966,33	3.826,12	36.664,78
SUBTOTAL	2.734,58	2.646,37	3.661,38	3.114,38	3.344,05	2.962,01	2.683,35	3.318,31	2.597,79	2.810,11	2.966,33	3.826,12	36.664,78
SEDE													
TELEMAR SEDE LDN (3505-5300)	2.735,87	2.822,00	4.069,46	3.772,95	3.867,81	3.272,16	3.759,24	3.410,42	2.783,59	2.065,54	2.840,41	2.602,81	38.002,26
TELEMAR SEDE (FIXOS)	1.971,89	2.330,75	2.222,30	2.026,98	2.143,04	2.801,86	2.109,67	2.229,69	2.310,42	2.259,22	2.543,88	6.561,13	31.510,83
EMBRATEL - CONS. LDN	1.375,56	1.603,29	1.444,17	1.880,27	2.223,35	2.675,89	3.103,29	3.095,49	3.344,06	3.701,68	3.761,40	2.114,29	30.322,74
EMBRATEL - FIXA (VIP LINE)	10.500,14	12.612,15	9.297,29	8.569,56	10.051,77	9.905,90	8.282,60	11.707,59	9.286,88	8.393,55	8.885,62	8.998,08	116.491,13
SUBTOTAL	16.583,46	19.368,19	17.033,22	16.249,76	18.285,97	18.655,81	17.254,80	20.443,19	17.724,95	16.419,99	18.031,31	20.276,31	216.326,96
TELEFONIA MÓVEL (CELULAR)													
VIVO S/A TELEFONIA MÓVEL	2.482,58	1.712,42	1.587,00	2.834,76	2.483,49	2.313,75	2.295,75	2.845,49	2.586,92	2.050,29	0,00	0,00	23.192,45
VIVO S/A CRT NOVO N° 18 - 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.255,80	3.869,77	6.125,57
SUBTOTAL	2.482,58	1.712,42	1.587,00	2.834,76	2.483,49	2.313,75	2.295,75	2.845,49	2.586,92	2.050,29	2.255,80	3.869,77	29.318,02
VALOR TOTAL GERAL	22.152,84	24.150,43	22.939,13	22.817,34	24.671,17	24.562,94	22.824,59	27.217,45	23.533,30	22.085,17	24.047,27	28.764,49	289.766,12

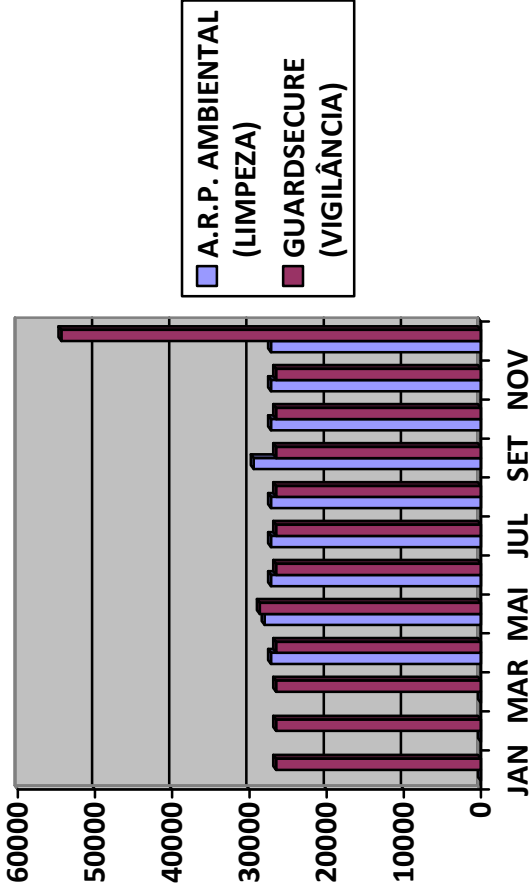
GRÁFICO DA TELEFONIA FIXA DA SEDE

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
16.583,46	19.368,19	17.033,22	16.249,76	18.285,97	18.655,81	17.254,80	20.443,19	17.724,95	16.419,99	18.031,31	20.276,31



LIMPEZA E VIGILÂNCIA

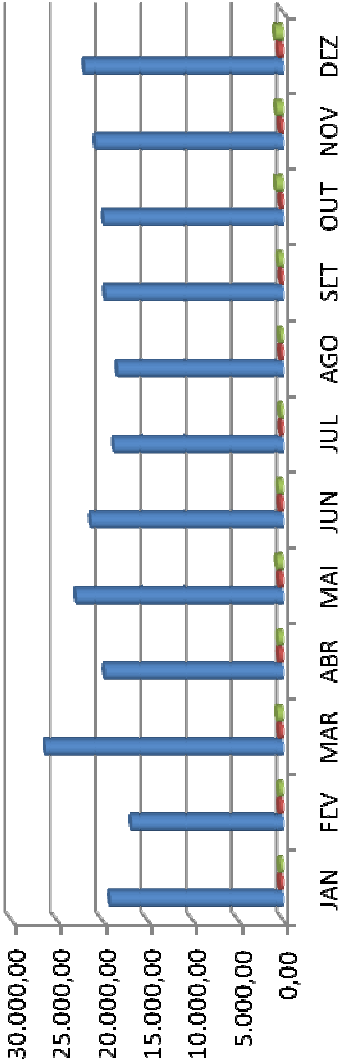
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
A.R.P. AMBIENTAL (LIMPEZA)	0,00	0,00	0,00	27.215,14	28.041,62	27.215,14	27.215,54	27.215,54	29.455,46	27.215,14	27.215,14	27.215,14	248.003,86
GUARDESECURE (VIGILÂNCIA)	26.525,72	26.525,72	26.525,72	26.525,72	28.670,92	26.525,72	26.525,72	26.525,72	26.525,72	26.525,72	26.525,72	54.355,32	348.283,44
VALOR TOTAL	26.525,72	26.525,72	26.525,72	53.740,86	56.712,54	53.740,86	53.741,26	53.741,26	55.981,18	53.740,86	53.740,86	81.570,46	596.287,30



LUZ, ÁGUA E ESGOTO

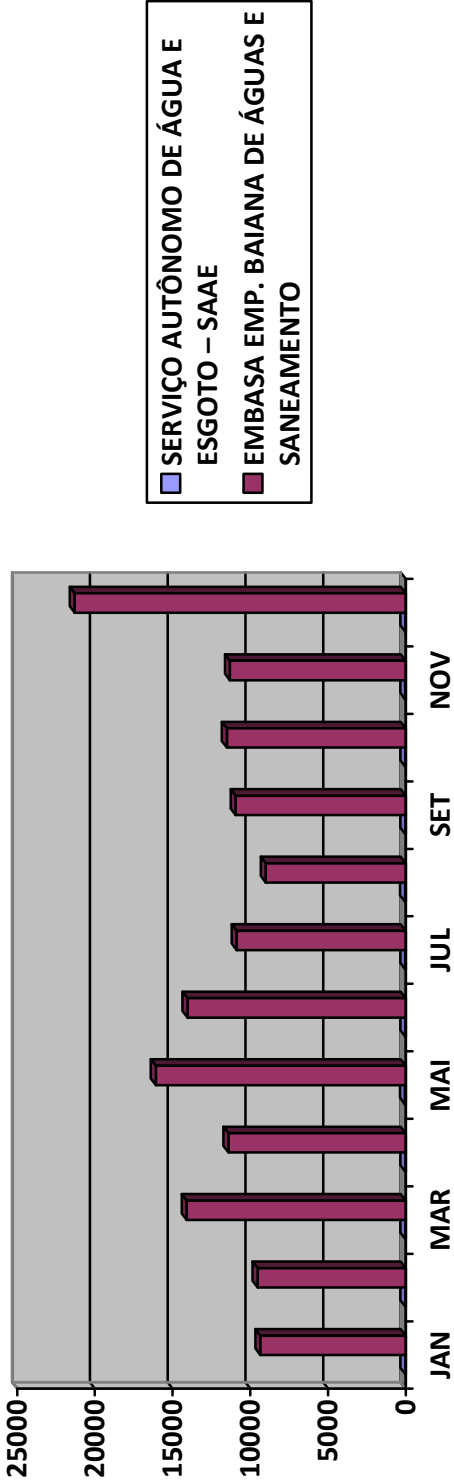
CONTROLE DE GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA – COELBA

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
COELBA-SEDE	19.074,35	16.701,61	26.205,87	19.642,76	22.798,53	21.161,98	18.610,94	18.221,07	19.608,69	19.741,44	20.651,59	21.884,59	244.303,42
COELBA - U.A - SUL	347,39	411,53	408,01	458,79	435,83	380,33	239,42	288,74	237,84	260,58	341,12	518,12	4.327,70
COELBA - UA - LAPA	362,36	441,65	619,01	516,17	650,73	506,12	299,52	349,73	496,53	766,29	719,50	874,96	6.602,57
VALOR TOTAL	19.784,10	17.554,79	27.232,89	20.617,72	23.885,09	22.048,43	19.149,88	18.859,54	20.343,06	20.768,31	21.712,21	23.277,67	255.233,69



FORNECIMENTO. DE ÁGUA POTAVEL E ESGOTO

EMPRESAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE	22,84	22,80	22,80	23,39	58,18	24,68	38,08	41,43	24,68	24,68	34,73	28,03	366,32
EMBASA EMP. BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO	9.364,93	9.535,63	14.092,69	11.406,29	16.082,29	14.043,81	10.886,15	9.006,58	10.946,29	11.514,60	11.313,39	21.298,60	149.491,25
VALOR TOTAL	9.387,77	9.558,43	14.115,49	11.429,68	16.140,47	14.068,49	10.924,23	9.048,01	10.970,97	11.539,28	11.348,12	21.326,63	149.857,57



LOCAÇÃO DE TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS

	UNIDADES AVANÇADAS		ENGENHARIA	MDA		ADM	FUNDIÁRIA	OBTENÇÃO/ DESENVOLVIMENTO	GABINETE - OUVIDORIA AGRÁRIA/CESTAS BÁSICAS
	CAMIONETE 4X4	CARRO PIPA		VAN	CAMIONETE 4X4				
JAN	79.167,80	28.526,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEV	80.059,00	0,00	21.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAR	88.748,25	23.707,50	5.340,00		20.356,00	1.950,00	0,00	8.355,90	69.584,80
ABR	88.797,80		9.678,40	5.002,80	8.895,00	2.231,60	0,00	10.111,40	56.561,40
MAI	96.892,60	69.750,80	0,00	0,00	15.462,00	0,00	0,00	9.130,25	0,00
JUN	91.620,20	0,00	22.248,00	0,00	19.562,00	0,00	0,00	9.106,80	214.830,00
JUL	92.555,40	0,00	0,00	0,00	25.689,00		2.863,20	9159,8	0
AGO	90.346,20	38.326,90	8.652,30	0,00	27.006,50	3.708,00	0,00	9.707,00	0,00
SET	88.133,20	49.533,90	9.422,80	0,00	8.837,60	0,00	0,00	9.866,60	0,00
OUT	84.383,60	0,00	17.627,00	0,00	10.779,60	0,00	0,00	10.663,20	0,00
NOV	88.232,20	0,00	9.861,00	2.994,80	13.082,00	0,00	4.595,60	11.638,60	82.104,80
DEZ	96.042,80	18.457,90	10.095,00	13.220,80	77.998,80	0,00	6.968,40	38.030,00	116.699,20
TOTAL	1.064.979,05	228.303,40	114.079,50	21.218,40	227.668,50	7.889,60	14.427,20	125.769,55	539.780,20

**PROTOCOLO COM RECEPÇÃO, REGISTRO E ENTREGA DE
CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS**

TOTAL DE CARTAS ENVIADAS INTERNA DO ANO DE 2010

MÊS	QUANTIDADE
JANEIRO	269
FEVEREIRO	239
MARÇO	432
ABRIL	334
MAIO	335
JUNHO	282
JULHO	393
AGOSTO	446
SETEMBRO	371
OUTUBRO	321
NOVEMBRO	389
DEZEMBRO	370
TOTAL	4.181

TOTAL DE MALOTES ENVIADOS - 2010

MÊS	LAPA	ITABUNA	ITAMAR	BOMFI	BRASÍL
JAN	5	4	5	3	13
FEV	3	3	2	3	10
MAR	4	5	5	5	18
ABR	5	4	2	4	13
MAI	6	4	3	3	18
JUN	4	5	2	2	15
JUL	5	4	3	3	16
AGO	4	3	4	4	09
SET	6	5	5	2	13
OUT	4	3	2	1	13
NOV	4	4	2	3	14
DEZ	4	4	2	2	15
TOTAL	54	48	37	35	167
TOTAL DE TODAS AS UNIDADES: 341					

TOTAL DE MALOTES RECEBIDOS - 2010

MÊS	LAPA	ITABUNA	ITAMARAJ	BOMFI	BRASÍLI
JAN	4	4	2	3	20
FEV	3	5	2	2	24
MAR	5	4	1	4	23
ABR	5	5	3	3	19
MAI	5	5	1	3	21
JUN	4	5	2	1	14
JUL	5	4	2	2	17
AGO	4	4	2	4	22
SET	4	5	4	3	20
OUT	4	3	1	2	17
NOV	5	5	1	3	16
DEZ	4	5	4	3	22
TOTAL	52	54	25	33	235
TOTAL DE TODAS AS UNIDADES: 399					

TOTAL DE SERVIÇOS CARTAS EXTERNAS 2010 57946175**CONTRATO 9912224520 – INCRA**

DATA: 21/01/2010 A 19/02/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$463,70	71
SEDEX CONTRATO	\$1.550,59	112
SEDEX 10	\$57,90	03
TOTAL	\$2.072,19	186
DATA: 26/02/2010 A 19/03/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$964,90	32
SEDEX CONTRATO	\$2.012,11	123
SEDEX 10	\$58,00	01
TOTAL	\$3.035,01	156
DATA: 22/03/2010 A 20/03/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$785,15	260
SEDEX CONTRATO	\$2.456,18	157
SEDEX 10	\$37,40	01
TOTAL	\$3.278,73	618
DATA: 22/04/2010 A 19/04/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$827,05	280
SEDEX CONTRATO	\$1.478,94	83
SEDEX 10	\$206,50	05
TOTAL	\$2.564,00	368
DATA: 21/05/2010 A 18/06/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$1.361,10	343
SEDEX CONTRATO	\$1.996,53	120
SEDEX 10	\$56	01
TOTAL	\$3.383,54	466
DATA: 18/06/2010 A 20/07/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$1.157,55	369
SEDEX CONTRATO	\$1.587,99	92
SEDEX 10	\$115,40	03
TOTAL	\$3.220,64	464
DATA: 21/07/2010 A 20/08/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$1.675,10	384
SEDEX CONTRATO	\$3.067,53	167
SEDEX 10	\$56,20	01
TOTAL	\$4.798,83	552
DATA: 23/08/2010 A 20/09/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE

CARTAS COMERCIAIS	\$1.530,45	355
SEDEX CONTRATO	\$3.249,68	182
SEDEX 10	\$56,20	01
TOTAL	\$3.996,28	538
DATA: 22/09/2010 A 20/10/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$1.625,35	379
SEDEX CONTRATO	\$1.679,03	99
SEDEX 10	\$691,90	08
TOTAL	\$3.996,28	494
DATA: 21/10/2010 A 19/11/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$1.113,07	299
SEDEX CONTRATO	\$1.646,95	99
SEDEX 10	\$56,20	01
TOTAL	\$2.816,22	399
DATA: 22/11/2010 A 20/12/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS SIMPLES	\$1.155,35	309
SEDEX CONTRATO	\$1.989,31	104
SEDEX 10	\$177,40	03
TOTAL	\$3.322,06	416

TOTAL DE SERVIÇOS FATURADOS PELO CARTÃO 57946175**CONTRATO 9912224520 - INCRA**

DATA: 21/01/2010 A 19/02/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$463,70	71
SEDEX CONTRATO	\$1.550,59	112
SEDEX 10	\$57,90	03
TOTAL	\$2.072,19	186
DATA: 26/02/2010 A 19/03/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$964,90	32
SEDEX CONTRATO	\$2.012,11	123
SEDEX 10	\$58,00	01
TOTAL	\$3.035,01	156
DATA: 22/03/2010 A 20/03/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$785,15	260
SEDEX CONTRATO	\$2.456,18	157
SEDEX 10	\$37,40	01
TOTAL	\$3.278,73	618
DATA: 22/04/2010 A 19/04/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$827,05	280
SEDEX CONTRATO	\$1.478,94	83
SEDEX 10	\$206,50	05
TOTAL	\$2.564,00	368
DATA: 21/05/2010 A 18/06/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$1.361,10	343
SEDEX CONTRATO	\$1.996,53	120
SEDEX 10	\$56	01
TOTAL	\$3.383,54	466
DATA: 18/06/2010 A 20/07/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$1.157,55	369
SEDEX CONTRATO	\$1.587,99	92
SEDEX 10	\$115,40	03
TOTAL	\$3.220,64	464
DATA: 21/07/2010 A 20/08/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$1.675,10	384
SEDEX CONTRATO	\$3.067,53	167
SEDEX 10	\$56,20	01
TOTAL	\$4.798,83	552
DATA: 23/08/2010 A 20/09/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE

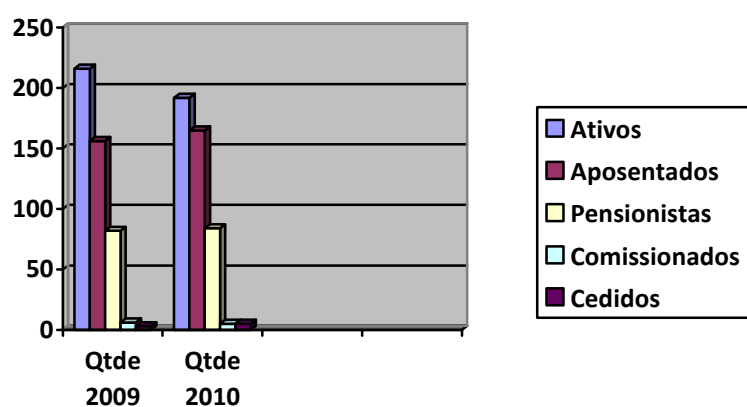
CARTAS COMERCIAIS	\$1.530,45	355
SEDEX CONTRATO	\$3.249,68	182
SEDEX 10	\$56,20	01
TOTAL	\$3.996,28	538
DATA: 22/09/2010 A 20/10/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$1.625,35	379
SEDEX CONTRATO	\$1.679,03	99
SEDEX 10	\$691,90	08
TOTAL	\$3.996,28	494
DATA: 21/10/2010 A 19/11/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS COMERCIAIS	\$1.113,07	299
SEDEX CONTRATO	\$1.646,95	99
SEDEX 10	\$56,20	01
TOTAL	\$2.816,22	399
DATA: 22/11/2010 A 20/12/2010		
SERVIÇO	VALOR	QUANTIDADE
CARTAS SIMPLES	\$1.155,35	309
SEDEX CONTRATO	\$1.989,31	104
SEDEX 10	\$177,40	03
TOTAL	\$3.322,06	416

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

	OBJETO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
WALDIR	Locação de espaço físico, materiais e equipamentos	-	-	86.969,00	39.840,00	39.261,00	25.153,00	38.916,00	35.810,00	45.185,00	52.552,50	10.700,00	134.259,00	508.645,50
TESACOM DO BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA	Locação de equipamento móvel via satélite.	6.950,00	6.950,00	6.950,00	6.950,00	6.950,00	6.950,00	6.950,00	6.950,00	6.950,00	6.950,00	6.950,00	6.950,00	83.400,00
SIMPRESS	Locação de impressoras	5.029,05	4.197,50	4.844,53	4.614,29	5.870,34	4.071,03	5.637,89	5.167,90	4.670,15	4.967,56	5.087,01	4.831,98	58.989,23
L'AFFICHE	Locação de copiadoras	1.145,29	1.208,63	2.968,93	1.534,65	2.526,13	1.376,33	2.049,95	1.751,22	1.696,14	1.585,62	1.755,99	1.181,07	20.779,95
RADIONET	Locação de GPS	4.267,33	5.550,00	5.550,00	5.550,00	13.246,00	8.547,00	8.695,00	8.695,00	8.695,00	8.695,00	8.510,00	8.510,00	94.510,33
VALOR TOTAL		1.145,29	12.356,13	101.732,46	52.938,94	54.607,47	37.550,36	53.553,84	49.679,12	58.501,29	66.055,68	24.493,00	147.222,05	671.814,68

CONTROLE DE PESSOAL ATIVO, INATIVOS, PENSIONISTAS

Sit. Funcional	Qtde. 2009	Qtde. 2010	Diferença	Detalhamento
Ativos	216	192	24	28 exclusões e 4 inclusões
Aposentados	156	165	-9	6 exclusões e 15 inclusões
Pensionistas	82	84	-2	1 exclusão e 3 inclusões
Comissionados	6	5	1	2 exclusões 1 inclusão
Cedidos	3	5	-2	2 inclusões
Total	463	451	12	



**MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS DA UNIÃO;
CEDIDOS OU ALUGADOS,
UTILIZADOS PELOS ÓRGÃOS DA UNIÃO**

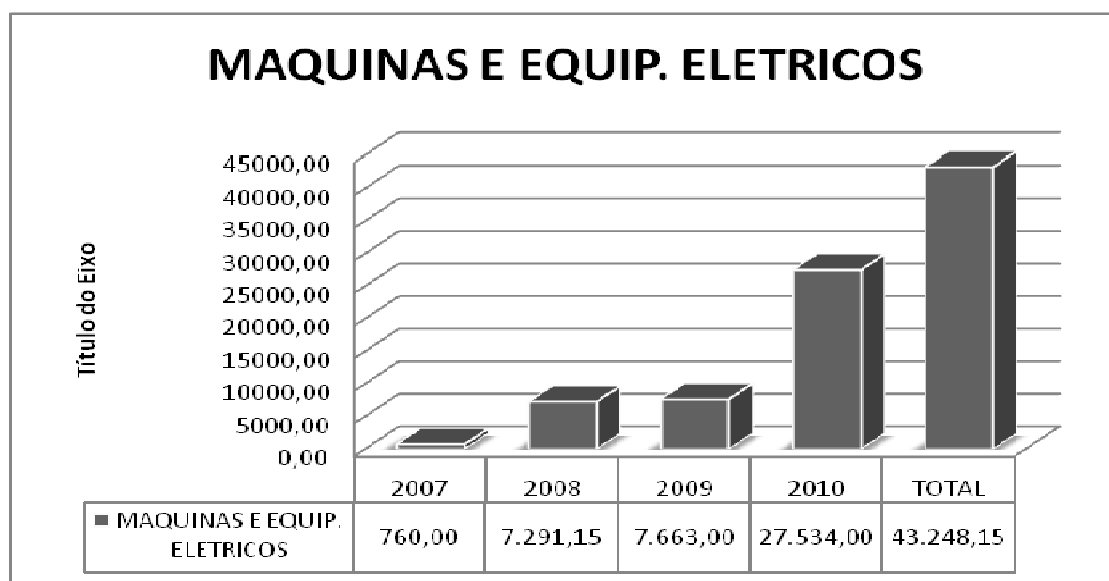
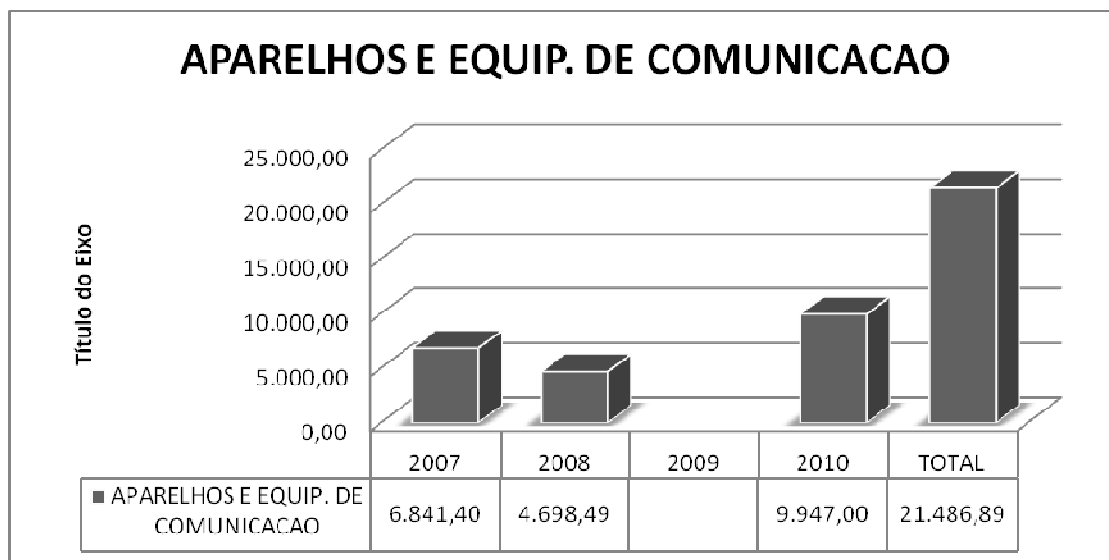
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UG	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	BAHIA	2	2
	Salvador	1	1
	Itabuna	1	1
Subtotal Brasil		2	2
Total (Brasil + Exterior)		2	2

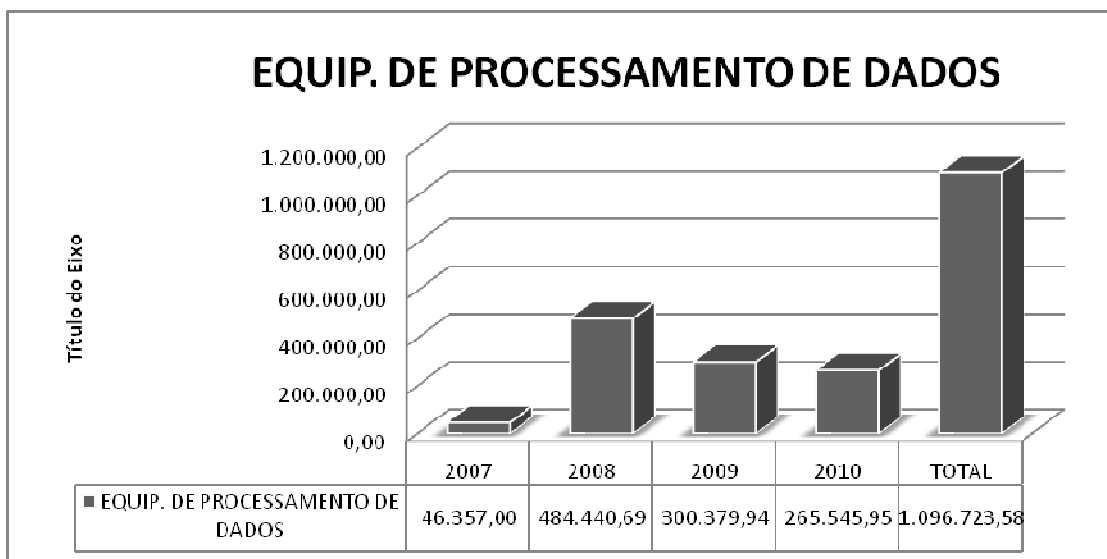
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UG	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	BAHIA	1	1
	Bom Jesus da Lapa	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Total (Brasil + Exterior)		1	1

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ENVOLVENDO AÇÕES DE SUPORTE E REDE

QUANTO AO PARQUE TECNOLÓGICO

1. Aquisições





2. Mudanças físicas

O GETI ganhou uma nova estrutura, toda a equipe e os equipamentos de Informática foram organizados em uma nova sala, com estrutura adequada para um ótimo atendimento aos usuários e serviços de informática da Superintendência Regional SR05. Sala bem dividida, mesas e desktops individuais para os técnicos, ambiente climatizado, rack adequado para os servidores com switch viewer e KVT, nobreak com quadro elétrico individual para dar suporte aos servidores.

3. Serviços

Hoje a Superintendência Regional SR05 dispõe de uma estrutura de TI profissional. Segue abaixo lista de serviços implementados na SR05:

1. 02 (dois) servidores DCs com serviços nativos do Microsoft Windows Server 2003 (AD, DNS, WINS, DHCP, IAS).
2. 01 (um) servidor de arquivos com o Microsoft Windows Server 2008, equipamento que possui, também, um driver LTO-3 que utilizamos juntamente com o software ARC Serve Backup r15.0 para fazer backup diário de todos os arquivos em produção da Regional.
3. 01 (um) servidor de impressão com o Microsoft Windows Server 2003 e com o PaperCut NG (software de bilhetagem) trabalhando integrado com o AD.
4. 01 (um) desktop com o Ubuntu Server que utilizamos como Proxy.

5. WLAN composta por algumas antenas e uma controladora wireless, serviço integrado com o AD.
6. 01 (um) Firewall TM atualmente instalado.
7. 01 (um) desktop com o GPLI instalado, software gratuito que implementamos em nossa estrutura para que o usuário possa abrir um chamado, software que também nos ajuda no controle dos equipamentos (inventário).

4. Melhorias

Até o início do ano de 2010, tínhamos uma sala pequena e inadequada para os servidores onde os equipamentos ficavam sobre mesas, o ambiente não era climatizado, não tínhamos nenhuma segurança nos serviços, os usuários sempre tinham problemas para terem acesso ao micro, todos tinham acesso livre aos dados do servidor de arquivos, parte dos arquivos em produção ficavam em um HD externo (periférico I/O), o backup era feito mensalmente sem a menor segurança, nossas antenas wireless era soluções domésticas sem a capacidade de atender a nossa demanda, não se tinha nobreak para os servidores nem para os switches.

Hoje, após a implementação de melhorias na infraestrutura da TI, o ambiente é totalmente adequado para um bom atendimento com total garantia e segurança dos nossos serviços. Equipamentos de porte, servidores de autenticação, arquivos, impressão, controle de fluxo web, backup diário, documentação, sinal wireless em todo prédio do INCRA, antivírus, nobreak em todos os racks, etc. Estaremos instalando um servidor WSUS para manter nossos micros totalmente atualizados e vamos começar a trabalhar com serviços em máquinas virtuais, VMWare ESXi.

Foram substituídos 1000% dos equipamentos (estações de trabalho) permanecendo apenas as máquinas com garantia até 2010.

5. GPS

Com a implantação do Sistema de Monitoramento de Frota - GPS houve redução considerável, (conforme Relatórios Mensal de Viaturas), do consumo de combustível como também um menor desgaste das viaturas, aumentando o período entre as manutenções preventivas e corretivas, além, da segurança de motoristas e usuários nas viagens a serviço pelo diversos assentamentos do INCRA/Bahia.

Vale salientar que um melhor controle das viaturas do INCRA reduziu gastos com diárias dos funcionários (servidores/Prestadores de Serviços), permitindo monitoramento pela Administração de cada veículo 24 horas por dia durante 7 dias na

semana, observando quanto a localização, a velocidade e o tempo percorrido entre as localidades.

O Sistema permite ainda a interrupção do uso com o desligamento da ignição total ou parcial do veículo em caso de roubo.

6. Unidades Avançadas

- Unidade Avançada do INCRA do Oeste, no Município de Bom Jesus da Lapa, Bahia:

Atualmente temos 12 (doze) desktops novos e 4 (quatro) impressoras em produção, trocamos a infraestrutura wireless por uma infraestrutura cabeada acabando com os problemas internos de comunicação e contratamos um serviço de internet via rádio.

- Unidade Avançada do Sul, no Município de Itabuna, Bahia:

Atualmente temos 15 (quinze) desktops, sendo 10 (dez) novos e 03 (três) impressoras em produção, a comunicação internet é feita através de pontos de acesso wireless e contratamos um serviço de internet via rádio.

**PASSAGENS, E AINDA, OUTRAS DESPESAS QUE NÃO SÃO PASSÍVEIS DE
APROPRIAÇÃO EM PROGRAMAS OU AÇÕES FINALÍSTICAS, MAS QUE SÃO
ESSENCIAIS PARA A MANUTENÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA DA
SUPERINTENDÊNCIA**

CONTROLE DE PASSAGENS AÉREA - SERVIDORES 2010

Nº	SERVIDOR	ROTEIRO	PERIODO	VALOR
GABINETE				
1	MARCOS ANTONIO NERY	BRASILIA/SSA	02.02.2010	476,55
2	LAURIANO MOZZAQUATRO PALMA	SSA/BRASILIA	31.01 A 06.02.2010	904,62
3	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/BRASILIA/SSA	23.02 A 26.02.2010	964,64
4	FLAVIO LUIS SANTOS	SSA/BRASILIA/SSA	03.03 A 05.03.2010	1.137,24
5	FLAVIO LUIS SANTOS	SSA/BARREIRAS/SSA	15.03 A 17.03.2010	1.398,22
6	MARCOS ANTONIO SILVA NERY	SSA/BRASILIA	31.01.2010	479,52
7	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/BRASILIA/SSA	29.03 A 30.03.2010	817,55
8	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/BRASILIA/SSA	27.04 A 28.04.2010	768,17
9	LAURIANO MOZZAQUATRO PALMA	SSA/BRASILIA/SSA	06.05.2010	926,17
10	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/VITORIA DA CONQUISTA	07.05.2010	279,06
11	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	ILHÉUS/SSA	28.05.2010	284,64
12	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/PORTO SEGURO/SSA	27.05 A 28.05.2010	661,64
13	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/BRASILIA/SSA	14.06 a 17.06.2010	427,14
14	DENILSON EVANGELHISTA	SSA/BRASILIA	23.06.2010	443,33
15	MARCOS ANTONIO NERY	SSA/VITORIA DA CONQUISTA/SSA	30.06 A 01.07.2010	726,85
16	GERALDO SANTOS	SANTA TERESINHA-PIAUI/SSA	05.07.2010	554,04
17	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	ILHEUS/SSA	14.07.2010	256,90
18	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/VITORIA DA CONQUISTA/SSA	09.07 A 10.07.2010	520,37
19	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	ILHEUS/SSA	14.07.2010	284,64
20	MARCOS ANTONIO NERY	ILHÉUS/BRASILIA/SSA	18.07 A 20.07.2010	1.074,58
21	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/BRASILIA/SSA	03.08 A 04.08.2010	1.177,52
22	ANTONIO ALEXANDRE LAPAGESSE	SSA/ILHÉUS/SSA	05.08 A 06.08.2010	877,08
23	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	PORTO SEGURO/SSA	10.09.2010	344,88
24	MANOEL PEREIRA DA SILVA	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	14.09.2010	229,35
25	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	BRASILIA/SSA	07.10.2010	808,70
26	GERALDO SANTOS	SSA/TERESINA/SSA	08.10 A 13.10.2010	1.478,54
27	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/BRASILIA	07.10.2010	470,27
28	MARCOS ANTONIO SILVA NERY	BRASILIA/SSA	20.10.2010	445,13
29	MARCOS ANTONIO SILVA NERY	SSA/BRASILIA	18.10.2010	467,57
30	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/BRASILIA/SSA - REEMISSÃO	16.10.2010	196,00
31	GERALDO SANTOS	SSA/TERESINA/SSA	10.11.2010	1.241,39
32	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/BRASILIA/SSA	08.11 A 09.11.2010	937,84
33	MARCOS ANTONIO NERY	SSA/BRASILIA/SSA	08.11 A 09.11.2010	937,84
34	LAURIANO MOZZAQUATRO PALMA	SSA/BRASILIA	16.11.2010	323,94
35	MARCOS ANTONIO NERY	SSA/ILHÉUS	12.11.2010	404,73
36	LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES	SSA/ILHÉUS	12.11.2010	404,73
37	JULIO CESAR CAMPOS	SSA/BRASILIA/SSA	25.11 A 28.11.2010	901,93
38	LUIZ GUGÉ FERNANDES	SSA/BRASILIA/SSA	07.12 A 10.12.2010	676,61
39	LUIZ GUGÉ SANTOS FERNANDES	BRASILIA/SSA	09.12.2010	736,88
	SUBTOTAL			25.970,25

DESENVOLVIMENTO				
1	MARIO CESAR GOMES	SSA/PORTO ALEGRE/SSA	21.01 A 25.01.2010	1.208,94
2	ALBERTO CAMPOS FILHO	SSA/PORTO ALEGRE/SSA	21.01 A 25.01.2010	1.208,94
3	MARIO CESAR GOMES	SSA/BRASILIA	31.01 a 05.02.2010	1.610,22
4	PAULO FREIRE MELO	SSA/BRASILIA/SSA	31.01 a 05.02.2010	1.610,22
5	ALBERTO CAMPOS FILHO	SSA/BRASILIA/SSA	20.03.2010	487,32
6	ANTHONYONI TAVARES	SSA/BELO HORIZONTE/SSA	22.03 A 26.03.2010	791,51
7	MARCELO SILVA	SSA/BELO HORIZONTE/SSA	22.03 A 26.03.2010	791,51
8	MARCOS JOSE SILVA	SSA/SÃO PAULO/SSA	17.03 A 18.03.2010	476,55
9	PAULO MELLO	VITORIA DA CONQUISTA/SSA/VC	29.03 A 31.03.2010	548,12
10	VALÉRIO FREITAS	SSA/VITORIA DA CONQUISTA/SSA	29.03 A 31.03.2010	548,12
11	SERGIO REZENDE	SSA/VITORIA DA CONQUISTA	14.04.2010	226,00
12	ERIC MOTA	SSA/ILHEUS/SSA	07.04.2010	404,73
13	SERGIO RICARDO REZENDE	SSA/BRASILIA/SSA	11.05 A 13.05.2010	611,97
14	VALÉRIO FREITAS	SSA/BRASILIA/SSA	11.05 A 13.05.2010	611,97
15	MARIA JOCELIA MURITIBA	SSA/PORTO SEGURO/SSA	03.05 A 07.05.2010	787,32
16	SERGIO RICARDO REZENDE	VITORIA DA CONQUISTA/SSA	20.04.2010	215,45
17	MARIO CESAR GOMES	SSA/BRASILIA/SSA	09.05 A 15.05.2010	773,56
18	ALBERTO CAMPOS FILHO	SSA/PORTO ALEGRE/SSA	11.05 A 16.05.2010	1.258,32
19	ERIC MOTA	SSA/BRASILIA/SSA	07.06 A 08.06.2010	999,77
19	ALBERTO CAMPOS FILHO	SSA/BRASILIA/SSA	15.06 A 19.06.2010	444,11
20	VICTOR FERNANDES	SSA/SÃO PAULO/SSA	27.06 A 03.07.2010	1.135,33
21	VALÉRIO FREITAS	SSA/GOIANIA/SSA	27.06 A 29.06.2010	823,22
22	VICTOR FERNANDES	ILHÉUS/SSA	15.07.2010	284,64
23	VICTOR FERNANDES	SSA/ILHÉUS	25.07.2010	261,10
24	SERGIO RICARDO REZENDE	SSA/ PORTO SEGURO	27.07.2010	279,06
25	RODRIGO SANTOS	SSA/PORTO SEGURO	27.07.2010	279,06
26	SERGIO REZENDE	SSA/BRASILIA/SSA	02.08 A 04.08.2010	724,19
27	RODRIGO SANTOS	ILHÉUS/SSA	29.07.2010	284,64
28	ALEXANDRI BARBERI	ILHÉUS/SSA	29.07.2010	284,64
29	SERGIO REZENDE	ILHÉUS/SSA	29.07.2010	284,64
30	ALEXANDRE BARBERI	SSA/BRASILIA/SSA	11.08 A 13.08.2010	1.291,59
31	SERGIO REZENDE	SSABRASILIA/SSA	18.08 A 20.08.2010	772,66
32	ALBERTO CAMPOS FILHO	SÃO PAULO/SSA	26.09.2010	449,62
33	ALBERTO CAMPOS FILHO	SSA/SÃO PAULO	22.09.2010	298,80
34	MARIO CESAR GOMES	SSA/BRASILIA/SSA	10.10 A 16.10.2010	778,05
35	ERIC MOTA	BRASILIA/SSA	03.12.2010	368,83
36	HAMILTON FELIX	BRASILIA/SSA	03.12.2010	368,83
37	ERIC MOTA	SSA/BRASILIA	29.11.2010	411,02
38	FLAVIA PATRICIA BARROS	SSA/VITORIA DA CONQUISTA/SSA	24.11 A 25.11.2010	559,05
39	SERGIO REZENDE	BRASILIA/SSA	07.12.2010	1.066,97
	SUBTOTAL			25.411,65
UNIDADES AVANÇADAS E ESCRITORIOS				
1	JOAO JOSE DOS SANTOS	BOM JESUS DA LAPA/SSA	02.03 A 03.03.2010	458,36
2	CLAUDIO PEREIRA DA SILVA	BOM JESUS DA LAPA/SSA	02.03 A 03.03.2010	458,36
3	PEDRO JOÃO SÁ	SSA/BOM JEUSS DA LAPA	05.03.2010	229,37
4	RODOLFO MARQUES	SSA/BOM JEUSS DA LAPA	05.03.2010	229,37
5	BENEDITO JOAO SÁ	SSA/BOM JEUSS DA LAPA	05.03.2010	229,37
6	ELIAS JACOB NETO	ILHEUS/SALVADOR	11.03.2010	301,79
	SUBTOTAL			1.448,26

FUNDIÁRIA				
1	LUIZ EDUARDO BARRETO	SSA/BARREIRAS/SSA/	15.03 A 17.03.2010	699,11
2	PABLO JOAQUIM CARDOSO	ILHÉUS/CUIABA/ILHÉUS	11.04 A 24.04.2010	1.294,80
3	PABLO JOAQUIM CARDOSO	ILHEUS/SSA	11.04.2010	341,13
4	LUIZ EDUARDO BARRETO	SSA/BRASILIA/SSA	13.04 A 16.04.2010	746,63
5	LUIZ EDUARDO BARRETO	SSA/FLORIANOPÓLIS/SSA	18.04 A 21.04.2010	1.240,36
6	LEILA COSTA	SSA/BRASILIA/SSA	13.04 A 16.04.2010	746,63
7	ELIAS FERNANDO LUCAS	SSA/BRASILIA/SSA	13.04 A 16.04.2010	746,63
8	ITAMAR VIEIRIA JUNIOR	SSA/BRASILIA/SSA	04.05 A 08.05.2010	866,92
9	PABLO JOAQUIM CARDOSO	ILHEUS/CUIBÁ/ILHEUS	09.05 A 22.05.2010	1.205,03
10	ITAMAR VIEIRIA JUNIOR	SSA/BRASILIA/SSA	15.06.2010	156,20
11	LUIZ EDUARDO BARRETO	SSA/BRASILIA/SSA	09.06 A 11.06.2010	728,67
12	CAMILA DUTERVIL FRANCO	SSA/BRASILIA/SSA	12.07 A 16.07.2010	859,74
13	LUIZ EDUARDO BARRETO	SSA/BRASILIA/SSA	03.08.2010	822,03
14	LEANDRO ASSIS	ILHÉUS/BRASILIA/ILHEUS	11.08 A 14.08.2010	1.110,48
15	MIGUEL SILVA NETO	SSA/BRASILIA/SSA	22.08 A 24.08.2010	886,67
16	LEANDRO ASSIS	ILHEUS/BELEM/SSA	30.08.2010	2.064,00
17	LEANDRO ASSIS	SSA/ILHÉUS	30.08.2010	288,84
18	LEANDRO ASSIS	BRASILIA/SSA	01.09.2010	718,93
19	LEANDRO ASSIS	SANTAREM/BRASILIA	01.09.2010	1.200,29
20	MIGUEL PEDRO SILVA NETO	SSA/BRASILIA/SSA	08.09 A 17.09.2010	862,43
21	VITAL PINHEIRO JUNIOR	ILHEUS/SSA	23.09.2010	284,64
22	VITAL PINHEIRO JUNIOR	SSA/ILHÉUS	22.09.2010	404,73
23	YSE MARIA DANTAS	SSA/FLORIANOPÓLIS/SSA	10.10 A 15.10.2010	1.166,75
24	ELIAS FERNANDO LUCAS	SSA/FLORIANOPÓLIS/SSA	10.10 A 15.10.2010	1.166,75
25	ELIAS FERNANDO LUCAS	SSA/ILHÉUS/SSA	04.10 A 05.10.2010	598,80
26	GERALDO ALMEIDA JUNIOR	BELO HORIZONTE/SSA	13.10.2010	521,43
27	FABIANO OLIVEIRA	SSA/TOCANTINS/SSA	07.11 A 20.11.2010	1.433,66
28	LUIZ EDUARDO BARRETO	SSA/ARACAJU/SSA	13.11.2010	634,70
29	GERALDO ALMEIDA JUNIOR	SSA/BELO HORIZONTE	13.11.2010	314,96
30	LUIZ EDUARDO BARRETO	SSA/ARACAJU	09.11.2010	327,53
	SUBTOTAL			24.439,47
OBTENÇÃO				
1	ALEXANDRE BARBERI	SSA/SÃO PAULO/SSA	21.02 A 03.03.2010	899,24
2	MARIZA DE FATIMA TOLEDO	BRASILIA/SSA	27.04.2010	449,62
3	MARIA OGASAWARA	ILHÉUS/SSA	05.05.2010	364,62
4	DILEIA SANTOS	PETROLINA/SSA	15.05.2010	246,13
5	WILLIAN COSTA	SSA/BRASILIA	29.05.2010	380,50
6	MARIA RITA GARCEZ	SSA/BRASILIA	29.05.2010	380,50
7	MARINEZ DE FATIMA TOLEDO	SSA/BRASILIA	29.05.2010	380,50
8	PAULO OLIVIEIRA JUNIOR	BRASILIA/SSA	29.05.2010	422,69
9	HELDER SANTOS	SSA/BRASILIA/SSA	31.05 A 03.06.2010	801,38
10	LAUDICEIO MATOS	SSA/BRASILIA/SSA	31.05 A 03.06.2010	801,38
11	WILLIAN COSTA	BRASILIA/SSA	09.06.2010	422,69

12	MARIA RITA GARCEZ	BRASILIA/SSA	09.06.2010	422,69
13	LAUDICEIO MATOS	SSA/CAMPINAS-SÃO PAULO/SSA	20.06 A 22.06.2010	732,55
14	MARIZA DE FATIMA TOLEDO	SSA/BRASILIA	13.07.2010	256,90
15	OLGA REGINA NOGUEIRA	SSA/BRASILIA	13.07.2010	256,90
16	EDMUNDO SILVA	SSA/ILHÉUS/SSA	12.07 A 14.07.2010	455,16
17	EDMUNDO SILVA	ILHÉUS/SSA	14.07.2010	284,64
18	DOUGLAS GOMES	PETROLINA/SSA	20.07.2010	266,69
19	WILLIAM COSTA	SSA/BRASILIA	30.07.2010	347,28
20	MARIA RITA GARCEZ	SSA/BRASILIA	30.07.2010	347,28
21	DILÉIA SANTOS	SSA/ILHÉUS/SSA	28.07 A 29.07.2010	571,86
22	CHARLES MATOS	SSA/MACEIÓ/SSA	01.08 A 08.08.2010	459,36
23	ALEXANDRE BARBERI	SSA/MACEIÓ/SSA	01.08 A 07.08.2010	441,41
24	JOSE HENRIQUE THOMAS	SSA/MACEIÓ/SSA	01.08 A 07.08.2010	441,41
25	LAUDICEIO MATOS	ILHÉUS/SSA	31.07.2010	355,65
26	PAULO ANDRADE	SSA/BRASILIA/SSA	02.08 A 04.08.2010	706,23
27	MARCELO ALEXANDRE SILVA	SSA/MACEIÓ/SSA	01.08 A 07.08.2010	567,09
28	LUCIANO SILVA	SSA/MACEIÓ/SSA	01.08 A 07.08.2010	567,09
29	ROBERVAL GOMES	SSA/MACEIÓ/SSA	01.08 A 07.08.2010	567,09
30	MARIO LUIZ NASCIMENTO	SSA/BRASILIA	06.08.2010	463,08
31	OLGA REGINA NOGUEIRA	SSA/BRASILIA	06.08.2010	463,08
32	MARIZA DE FÁTIMA TOLEDO	SSA/BRASILIA	06.08.2010	463,08
33	ALAN ROCHA	SSA/ILHÉUS	04.08.2010	359,85
34	ALAN ROCHA	ILHÉUS/SSA	06.08.2010	355,65
35	LAUDICEIO MATOS	SSA/ILHÉUS	27.07.2010	315,77
36	RENATO GODOY	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62
37	UILSON TANAN	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62
38	DAYSE ANDRADE	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62
39	MARCELO HIDEBRAND	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	458,60
40	IDERVAL DIAS	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	458,60
41	RODRIGO FONTANARI	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62
42	SERGIO BARRETO	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62
43	PAULO OLIVEIRA JUNIOR	SSA/BRASILIA	13.08.2010	450,52
44	DOUGLAS GOMES	BELO HORIZONTE/SSA	21.08.2010	344,59
45	LAUDICEIO MATOS	BELO HORIZONTE/SSA	21.08.2010	344,59
46	ISRAEL OLIVEIRA	BELO HORIZONTE/SSA	21.08.2010	344,59
47	ALEX RIBEIRO	BELO HORIZONTE/SSA	21.08.2010	344,59
48	ALAN ROCHA	BELO HORIZONTE/SSA	21.08.2010	344,59
49	HELDER SANTOS	BELO HORIZONTE/SSA	21.08.2010	344,59
50	ADALBERTO SILVA	BELO HORIZONTE/SSA	21.08.2010	344,59
51	DAYSE ANDRADE	BELO HORIZONTE/SSA	21.08.2010	344,59
52	SERGIO BRAGA	SSA/BELO HORIZONTE/SSA	15.08 A 17.08.2010	800,49
53	ALEX RIBEIRO	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62
54	ALAN ROCHA	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62
55	ADALBERTO SILVA	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62
56	DOUGLAS GOMES	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62

57	HELDER SANTOS	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62
58	LAUDICEIO MATOS	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62
59	ISRAEL OLIVEIRA	SSA/BELO HORIZONTE	15.08.2010	449,62
60	MARCELO HILDEBRAND	BELO HORIZONTE/SSA	18.08.2010	356,26
61	IDERVAL DIAS	BELO HORIZONTE/SSA	21.08.2010	344,59
62	MARINA OGASAWARA	SSA/BOM JESUS DA LAPA	20.08.2010	611,70
63	PAULO COQUEIRO	SSA/PORTO SEGURO	23.08.2010	332,92
64	PAULO COQUEIRO	PORTO SEGURO/SSA	24.08.2010	282,04
65	GABRIEL MACEDO	SSA/JOÃO PESSOA	19.09.2010	407,43
66	ANTONIO RAIMUNDO PEREIRA	SSA/JOÃO PESSOA	19.09.2010	407,43
67	GABRIEL MACEDO	JOÃO PESSOA/SSA	25.09.2010	256,90
68	ANTONIO RAIMUNDO PEREIRA	JOÃO PESSOA/SSA	25.09.2010	256,90
70	ISRAEL ELY OLIVEIRA	BRASILIA/SSA	02.10.2010	413,71
71	ISRAEL ELY OLIVEIRA	SSA/BRASILIA	27.09.2010	288,03
72	EDMUNDO SILVA	SSA/ILHÉUS	21.09.2010	359,85
73	WILLINAM COSTA	SSA/BRASILIA	02.10.2010	434,36
74	MARIA RITA GARCEZ	SSA/BRASILIA	02.10.2010	434,36
75	MARIO LUIZ NASCIMENTO	SSA/BRASILIA	02.10.2010	470,27
76	PAULO COQUEIRO	BRASILIA/SSA	20.10.2010	445,13
77	PAULO COQUEIRO	SSA/BRASILIA	18.10.2010	467,57
78	MARINA OGASAWARA	SSA/BOM JESUS DA LAPA	19.10.2010	611,70
79	PAULO COQUEIRO	BRASILIA/SSA - REEMISSÃO	19.10.2010	45,78
80	MARINA OGASAWARA	ILHEUS/SSA	26.10.2010	319,74
81	MARINA OGASAWARA	SSA/BONM JESUS DA LAPA	15.12.2010	611,70
	SUBTOTAL			33.146,92
ADMINISTRAÇÃO				
1	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	BRASILIA/SSA	04.02.2010	530,41
2	JOEDNA MOREIRA GASPAR	SSA/FOZ DO IGUAÇU/SSA	14.03 A 19.03.2010	607,77
3	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	SSA/FOZ DO IGUAÇU/SSA	14.03 A 19.03.2010	1.408,42
4	ELISANGELA SOUSA DOS SANTOS	SSA/BRASILIA/SSA	20.03.2010	411,02
5	MARIVONE DE OLIVEIRA SANTANA	SSA/BRASILIA/SSA	14.03 A 20.03.2010	935,14
6	YEDA CYRNE LOPES DE SANTANA	SSA/BRASILIA/SSA	30.03.2010	812,00
8	DIOGO MARTINS	SSA/BRASILIA/SSA	05.04.2010	784,24
9	BRUNO MARCACINI	SSA/BRASILIA/SSA	05.04.2010	784,24
10	JOSE ALVES PEREIRA	RIO DE JANEIRO/SSA	08.04.2010	438,62
11	JOSE ALVES PEREIRA	SSA/RIO DE JANEIRO	17.04.2010	433,46
12	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	SSA/BRASILIA/SSA	27.04.2010	768,17
13	DIOGO MARTINS	SSA/BRASILIA/SSA	10.05 A 14.05.2010	892,05
14	JOEDNA GASPAR MOREIRA	SSA/RIO GRANDE DO NORTE/SSA	25.07 A 31.07.2010	629,93
15	JOEDNA GASPAR MOREIRA	SSA/PORTO ALEGRE/SSA	26.09 A 02.10.2010	197,49
16	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	SSA/BRASILIA	03.08.2010	458,60
17	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	BRASILIA/SSA	03.08.2010	376,90

18	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	SSA/BRASILIA	09.08.2010	443,33
18	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	BRASILIA/SSA	03.08.2010	413,71
19	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	SSA/BRASILIA	19.08.2010	359,85
20	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	BRASILIA/SSA	19.08.2010	59,25
21	JULIA CONCEIÇÃO	SSA/FORTALEZA/SSA	29.08 A 04.09.2010	875,90
22	DIOGO MARTINS	SSA/FORTALEZA/SSA	29.08 A 04.09.2010	875,90
23	FRANCILDA MARIA RODRIGUES	SSA/BRASILIA/SSA	31.08 A 04.09.2010	872,31
24	SILVIA BANTIM	SSA/RECIFE	01.09.2010	419,99
25	SILVIA BANTIM	RECIFE/SSA	04.09.2010	629,16
26	HUMBERTO CORREIA	SSA/SÃO PAULO/SSA	19.09 A 25.09.2010	791,51
27	JOEDNA MOREIRA GASPAR	SSA/SÃO PAULO/SSA	19.09 A 24.09.2010	638,90
28	DIOGO MARTINS	BRASILIA/SSA	01.10.2010	298,80
29	DIOGO MARTINS	SSA/BRASILIA	20.09.2010	338,30
30	JOEDNA MOREIRA GASPAR	SSA/SÃO PAULO/SSA (REEMISSÃO)	17.10.2010	296,24
31	HUMBERTO CORREIRA	SSA/SÃO PAULO/SSA (REEMISSÃO)	17.10.2010	206,47
32	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	BRASILIA/SSA	07.10.2010	808,70
33	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	SSA/BRASILIA	07.10.2010	470,27
34	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	SSA/BRASILIA	18.10.2010	440,64
35	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	SSA/BRASILIA		98,75
36	HUMBERTO CORREIRA	SSA/SÃO PAULO/SSA - REEMISSÃO	24 A 30.10.2010	305,22
37	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	BRASILIA/SSA	19.10.2010	470,27
38	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	SSA/BRASILIA/SSA	14.10.2010	477,24
39	JOEDNA MOREIRA GASPAR	SSA/SÃO PAULO/SSA-REEMISSÃO	24.10.2010	62,84
40	JOAQUIM MOURA	SSA/JOÃO PESSOA	08.11.2010	672,25
41	JOEDNA MOREIRA GASPAR	SSA/BRASILIA/SSA	08.11 A 10.11.2010	881,28
42	SILVIA BANTIM PORTUGAL	SSA/BRASILIA/SSA	08.11 A 10.11.2010	881,28
43	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	BRASILIA/SSA	08.11.2010	188,52
44	JOEDNA GASPAR MOREIRA	SSA/BRASILIA/SSA	30.11 A 04.12.2010	800,49
45	MARLENE MARQUES	SSA/BRASILIA	29.11.2010	490,91
46	MARLENE MARQUES	BRASILIA/SSA	03.12.2010	368,83
47	YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA	BRASILIA/SSA	07.12.2010	1.066,97
48	DIOGO MARTINS	SSA/BRASILIA/SSA	30.11 A 04.12.2010	822,03
	SUBTOTAL			27.294,57
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA				
1	CARLOS GERALDO VALADARES JUNIOR	BRASILIA / SALVADOR	04.02.2010	297,01
2	CARLOS GERALDO VALADARES JUNIOR	SSA/BRASILIA	03.02.2010	616,59

3	VERA LÚCIA TORRES	SSA/FOZ DO IGUAÇU/SSA	15.03 A 20.03.2010	1.002,76
4	PAULA SILVA	SSA/FOZ DO IGUAÇU/SSA	15.03 A 20.03.2010	1.002,76
5	CLAUDIO BRASIL	SSA/BRASILIA/SSA	04.04 A 09.04.2010	1.051,85
6	CARLOS VALADARES	SSA/VITORIA DA CONQUISTA/SSA	14.04 a 15.04.2010	493,45
7	CARLOS VALADARES JUNOIR	SSA/BRASILIA/SSA	12.05 A 13.05.2010	866,92
8	CARLOS VALADARES JUNOIR	VITORIA DA CONQUISTA/SSA	20.04.2010	215,45
9	CARLOS GERALDO VALADARES JUNIOR	SSA/BRASILIA/SSA	04.06 A 06.06.2010	459,36
10	CARLOS GERALDO VALADARES JUNIOR	SSA/BELO HORIZONTE/SSA	09.07 A 17.07.2010	760,99
11	PAULA SILVA	SSA/BRASILIA	18.08.2010	350,87
12	PAULA SILVA	BRASILIA / SALVADOR	20.08.2010	666,86
13	PAULA SILVA	SSA/ARACAJU/SSA	09.11 A 12.11.2010	410,28
14	PAULA SILVA	SSA/BRASILIA/SSA	06.12. A 08.12.2010	827,42
15	VERA LÚCIA TORRES	SSA/BRASILIA/SSA	06.12 A 08.12.2010	827,42
	SUBTOTAL			9.552,98
OUVIDORIA AGRÁRIA				
1	MILTON MARTINS FILHO	SSA/BRASILIA/SSA	20.01 A 06.02.2010	628,13
2	GIOVANA BOMFIM	SSA/BARREIRAS/SSA	06.12 A 08.12.2010	1.645,63
3	UBALDO SILVA	SSA/BARREIRAS/SSA	06.12 A 08.12.2010	1.645,63
4	OTO FRANCISCO SANTOS	SSA/BARREIRAS/SSA	06.12 A 08.12.2010	1.645,63
5	OSNI GRACINDO	SSA/BARREIRAS/SSA	06.12 A 08.12.2010	1.645,63
	SUBTOTAL			7.210,65
	TOTAL GERAL			154.474,75

CONTROLE DE PASSAGENS RODOVIÁRIA - SERVIDORES 2010

Nº	SERVIDOR	ROTEIRO	PERIODO	VALOR
GABINETE				
1	ZILDO SILVA SANTOS	SSA/ITABERABA	18.01.2010	39,01
2	JOSÉ RAIMUNDO ALVES	SSA/ENTRE RIOS	11.01.2010	17,15
3	ZILDO SILVA SANTOS	SSA/RIBEIRA DO POMBAL	08.02.2010	102,09
4	ZILDO SILVA DOS SANTOS	SSA/RIBEIRA DO POMBAL	15.03.2010	49,64
5	EVALDO PEREIRA SANTOS	SSA/VITORIA DA CONQUISTA	17.03.2010	71,50
6	JOSÉ RAIMUNDO ALVES	SSA/ENTRE RIOS/SSA	07.06 A 12.06.2010	49,85
7	ZILDO SILVA DOS SANTOS	SSA/RIBEIRA DO POMBAL/SSA	07.06 A 15.06.2010	115,40
8	ZILDO SILVA DOS SANTOS	SSA/RIBEIRA DO POMBAL/SSA	05.07 A 13.07.2010	111,47
9	MARIA LÚCIA SPUZA DE OLIVIEIRA	SSA/SANTA MARIA DA VITORIA	07.07.2010	118,96
10	MARCOS ANTONIO SILVA NERY	SSA/ILHÉUS	21.07.2010	95,56
11	EDMUNDO MAMEDIO SANTOS	SSA/ITABUNA	29.07.2010	92,18
12	EDMUNDO MAMEDIO SANTOS	GANDU/SSA	09.08.2010	99,68
13	EDMUNDO MAMEDIO SANTOS	SSA/GANDU	30.08.2010	42,90
14	NELI BOMFIM DA CONCEIÇÃO	SSA/IRECÊ	31.08.2010	100,48
15	BENIDITO JOÃO DE DÁ	SSA/BOM JESUS DA LAPA	28.09.2010	229,37
16	MANOEL PEREIRA DA SILVA	BOM JESUS DA LAPA/SSA	22.09.2010	228,98
17	ADILSON SIMOES DE CASTRO	ILHEUS/SSA	19.10.2010	156,46
18	EDMUNDO BISPO DA CONCEIÇÃO	SSA/ITABERABA	22.10.2010	70,07
19	NELI BOMFIM DA CONCEIÇÃO	SSA/IRECÊ	11.11.2010	41,84
20	ADILSON SIMÕES DE CASTRO	ILHEUS/SSA	08.11.2010	99,56
21	ZILDO SANTOS	SSA/RIBEIRA DO POMBAL	08.11.2010	65,20
22	WILMA SANTOS	SSA/RIBEIRA DO POMBAL	08.11.2010	65,20
23	EDMUNDO BISPO DA CONCEIÇÃO	SSA/ITABERABA	03.11.2010	75,98
24	MARIA LUCIA DE OLIVIERA	SANTAN MARIA DA VITORIA/SSA	15.12.2010	117,86
	SUBTOTAL			2.256,39
DESENVOLVIMENTO				
1	PAULA ADELAIDE MATTOS MOREIRA	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	22.03 A 27.03.2010	457,23
2	EDUARDO SOARES MARINHO	ILHÉUS/SSA	08.04.2010	156,46
3	ERIC BARROS MOTA	ILHEUS/SSA	08.04.2010	99,56
4	EDUARDO SOARES MARINHO	SSA/ILHÉUS	23.03.2010	142,38
5	EDUARDO SOARES MARINHO	SSA/ILHÉUS	23.05.2010	313,08
6	ADALBERTO CAMPINHO	SERRINHA/SALVADOR		24,64
7	DOMINGOS NASCIMENTO SILVA	SSA/SANTO AMARO/SSA	31.05 A 02.06.2010	25,37
8	ERIC BARROS MOTA	SSA/SANTO AMARO/SSA	31.05 A 02.06.2010	25,37
9	TEREZINHA VULCÃO LEÃO	SSA/UTINGA/ITABERABA	15.06 A 23.06.2010	102,82
10	GILSON DOS SANTOS LOPES	SSA/UTINGA/ITABERABA/SSA	15.06 A 23.06.2010	102,82
11	MARIA DEUSIMAR MAIA	SSA/ITABUNA/SSA	13.07 A 16.07.2010	290,81

12	VICTOR MOURA DO AMARAL FERNANDES	ILHEUS/SSA	25.08 A 27.08.2010	156,46
13	CLAUDIA LOPES	SSA/ BOM JESUS DA LAPA/SSA	26 A 29.09.2010	458,74
14	VALERIO FREITAS	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	26 A 29.09.2010	458,74
	SUBTOTAL			2.357,25
UNIDADES AVANÇADAS E ESCRITORIOS				
1	ELMO SILVA RAPOSO	SALVADOR/CANAVIEIRAS	07.01.2009	116,66
2	JOÃO SOARES DA SILVA	BOM JESUS DA LAPA/SSA	28.02.2010	228,98
3	EDMUNDO BISPO DA CONCEIÇÃO	SSA/ITABERABA/SSA	26.04 A 28.04.2010	82,33
4	MANOEL PEREIRA SILVA	BOM JESUS DA LAPA/SSA	06.05.2010	228,27
5	MANOEL PEREIRA SILVA	BOM JESUS DA LAPA/SSA	26.05.2010	228,27
	SUBTOTAL			884,51
FUNDIÁRIA				
1	LUIZ EDUARDO CHAGAS BARRETO	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	17.06 A 19.06.2010	420,16
2	ALESSANDRE GABRIEL OLIVEIRA RAMOS	BRUMADO/SSA/BRUMADO	11.07 A 16.07.2010	159,50
3	CAMILA DUTERVIL	SSA/SEABRA	12.07.2010	62,55
4	LUIZ EDUARDO CHAGAS BARRETO	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	01.09 A 03.09.2010	457,25
5	VITAL JONAS PINHEIRO JUNIOR	SSA/BARREIRAS/SSA	13.09 A 15.09.2010	552,11
6	ITAMAR RANGEL VIEIRA JUNIOR	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	07.11 A 12.11.2010	493,66
7	GENILDO SOUZA DE CARVALHO	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	07.11 A 12.11.2010	493,66
8	YSE MARIA V. DANTAS	BOM JESUS DA LAPA/SSA	04.11 A 05.11.2010	464,49
	SUBTOTAL			3.103,38
OBTENÇÃO				
1	RODRIGO DE LIMA FONTANARI	SSA/ITABUNA	25.04.2010	93,24
2	IDERVAL NOLASCO DIAS	SSA/VITORIA DA CONQUISTA	05.03.2010	70,15
3	JORDALTON SILVA OLIVEIRA	SSA/VITORIA DA CONQUISTA	30.07.2010	104,50
4	ORION DE OLIVEIRA PINHEIRO	SSA/BOM JESUS DA LAPA	10.08.2010	229,37
5	DAYSE MIRANDA DE ANDRADE	ITABUNA/SSA/ITABUNA	14.08 A 21.08.2010	237,58
6	JORDALTON SILVA OLIVEIRA	VITORIA DA CONQUISTA/SSA/VITORIA DA CONQUISTA	14.08 A 21.08.2010	174,02
7	IDERVAL NOLASCO DIAS	VITORIA DA CONQUISTA/SSA/VITORIA DA CONQUISTA	14.08 A 21.08.2010	174,02
8	LUCIANO LOUZADA	SSA/BOM JESUS DA LAPA	21.08.2010	228,27
9	RODRIGO DE LIMA FONTANARI	SSA/BOM JESUS DA LAPA	16.09.2010	229,37
10	MARIA DE FATIMA FEITOSA DA SILVA	ITAMARAJU/SSA	27.09.2010	247,00
11	RAIMUNDA BEZERRA DA SILVA	ITAMARAJU/SSA	27.09.2010	247,00
12	SONIA MARIA GRAÇA LOPES	ITAMARAJU/SSA	27.09.2010	247,00
13	MARIA DE FATIMA FEITOSA DA SILVA	SSA/BOM JESUS DA LAPA	18.10.2010	229,37

14	RAIMUNDA RIBEIRO BEZERRA	ILHEUS/SSA	29.10.2010	99,56
15	MAURICIO DE FARO LEITÃO	BOM JESUS DA LAPA/SSA	29.10.2010	228,98
16	MARINA OGASAWARA	BOM JESUS DA LAPA/SSA	10.11.2010	228,98
	SUBTOTAL			2.975,17
ADMINISTRAÇÃO				
1	MARIVONE DE OLIVEIRA SANTANA	SSA/ITAMARAJU/SSA	19.04 A 27.04.25010	313,02
2	CARLOS JORGE BOMFIM	SSA/BOM JESUS/SSA	12.05 A 19.05.2010	458,35
3	LIBANO DE JESUS MACHADO	SSA/BOM JESUS/SSA	12.05 A 19.05.2010	458,35
4	MARILENE TEIXEIRA CONCEIÇÃO	SSA/SERRINHA	20.05.2010	27,84
5	JULIA DA SILVA CONCEIÇÃO	SSA/BOM JESUS/SSA	19.05 A 26.05.2010	457,26
6	LEDA MARIA CALHAU	SSA/BOM JESUS/SSA	19.05 A 26.05.2010	457,26
7	MARIVONE DE OLIVEIRA SANTANA	SSA/ITABUNA/SSA	25.05 A 02.06.2010	184,36
8	MARIA LÚCIA OLIVEIRA	SSA/SANTA MARIA DA VITORIA/SSA	25.05.2010	118,96
9	ELISANGELA SOUSA DOS SANTOS	SSA/BAREIRAS/SSA	07.06 A 08.06.2010	390,18
10	MANOEL PEREIRA DA SILVA	BOM JESUS DA LAPA/SSA	01.06.2010	220,18
11	JULIA DA SILVA CONCEIÇÃO	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	28.07 A 04.08.2010	458,33
12	GETÚLIO RODRIGUES DOS SANTOS	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	08.08 A 13.08.2010	458,74
13	JOÃO SOARES DA SILVA	BOM JESUS DA LAPA/SSA	17.08.2010	228,98
14	ELISANGELA SOUSA DOS SANTOS	SSA/BARREIRAS/SSA	01.09 A 06.09.2010	552,11
15	MARIVONE DE OLIVEIRA SANTANA	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	08.09 A 13.09.2010	457,25
16	MARIVONE DE OLIVEIRA SANTANA	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	24.10 A 29.10.2010	457,25
17	LEDA MARIA CALHAU	SSA/ITABUNA/SSA	24.10 A 29.10.2010	184,36
18	GETULIO RODRIGUES DOS SANTOS	SSA/ITABERABA/SSA	08.11 A 12.11.2010	81,98
19	GETULIO RODRIGUES DOS SANTOS	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	26.12 A 30.12.2010	457,25
20	OTAVIO DOS ANJOS	SSA/BOM JESUS DA LAPA/SSA	26.12 A 30.12.2010	425,25
	SUBTOTAL			6.847,26
	TOTAL GERAL			18.423,96

**MANUTENÇÃO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE APOIO ADMINISTRATIVO, LIMPEZA E
CONSERVAÇÃO E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

CONTRATOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
ESUTA (COPA)	2.305,73	2.305,73	2.305,73	2.305,74	2.305,73	2.305,73	2.518,06	2.518,06	2.518,06	2.518,06	2.518,06	3.791,98	30.216,67
CRETA (APOIO ADM)	61.514,03	61.514,03	61.514,03	61.514,03	70.220,79	65.867,41	71.876,81	67.118,71	67.118,71	67.118,71	67.118,71	100.746,79	823.242,76
SERMA (MOTORISTA)	50.953,97	56.478,97	63.533,97	60.388,97	63.618,97	63.533,97	90.547,17	88.688,05	90.812,05	87.892,17	93.202,17	93.202,17	902.852,60
CONTACTO'S (INFORMÁTICA)	21.503,54	21.073,94	22.878,26	21.586,46	40.209,64	24.293,02	22.402,78	23.433,82	23.260,00	29.262,30	32.869,57	49.355,71	332.129,04
A.R.P. AMBIENTAL (LIMPEZA)	0,00	0,00	0,00	27.215,14	28.041,62	27.215,14	27.215,54	27.215,54	29.455,46	27.215,14	27.215,14	27.215,14	248.003,86
GUARDSECURE (VIGILÂNCIA)	26.525,72	26.525,72	26.525,72	26.525,72	28.670,92	26.525,72	26.525,72	26.525,72	26.525,72	26.525,72	26.525,72	54.355,32	348.283,44
VALOR TOTAL	162.802,99	167.898,39	176.757,71	199.536,06	233.067,67	209.740,99	241.086,08	235.499,90	239.690,00	240.532,10	249.449,37	328.667,11	2.684.728,37

**MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS
E VIGILÂNCIA E ELETRÔNICA**

CONTRATOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
COP. EXEMPLO	0,00	104,18	223,10	242,90	287,20	6.398,54	1.241,87	4.209,20	347,30	426,72	212,06	680,00	14.373,07
NUTRICASH	0,00	0,00	0,00	0,00	7.164,37	14.146,39	15.050,20	18.154,11	14.834,48	14.941,66	15.015,83	38.078,62	137.385,66
WALDIR - (CRT 12/2008)	0,00	0,00	86.969,00	39.840,00	24.950,00	0,00	18.540,00	21.365,00	45.185,00	37.860,00	10.700,00	0,00	285.409,00
WALDIR - (ADESÃO DE REGISTRO DE PREÇO)	0,00	0,00	0,00	0,00	14.311,00	25.153,00	20.376,00	14.445,00	0,00	14.692,50	0,00	27.180,00	116.157,50
WALDIR - CRT 16/2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.079,00	107.079,00
GESTEIRA SERVIÇOS	1.461,80	3.886,62	5.501,37	3.074,04	6.445,08	7.466,34	1.951,44	5.199,81	2.880,63	1.250,26	1.492,13	3.028,98	43.638,50
GESTEIRA MATERIAL A E P	0,00	18.882,34	16.406,74	13.296,05	57.835,18	34.079,44	10.068,30	34.965,70	23.898,37	21.695,25	26.921,07	35.981,25	294.029,69
COMÉRCIO DE FERRAGENS (10/2010)	2.525,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050,86	0,00	0,00	0,00	0,00	324,00	4.900,06
L'AFFICHE	1.145,29	1.208,63	2.968,93	1.534,65	2.526,13	1.376,33	2.049,95	1.751,22	1.696,14	1.585,62	1.755,99	1.181,07	20.779,95
TURISMO PINHEIRO	8.739,68	20.797,65	34.258,29	27.572,54	37.254,89	19.976,25	19.778,10	63.140,90	41.140,47	40.335,96	28.839,83	54.663,53	396.498,09
ENGEN	117.117,00	341.189,22	309.463,18	174.304,40	111.973,20	144.055,00	139.115,10	184.533,30	159.601,00	185.162,70	309.176,00	338.540,20	2.514.230,30

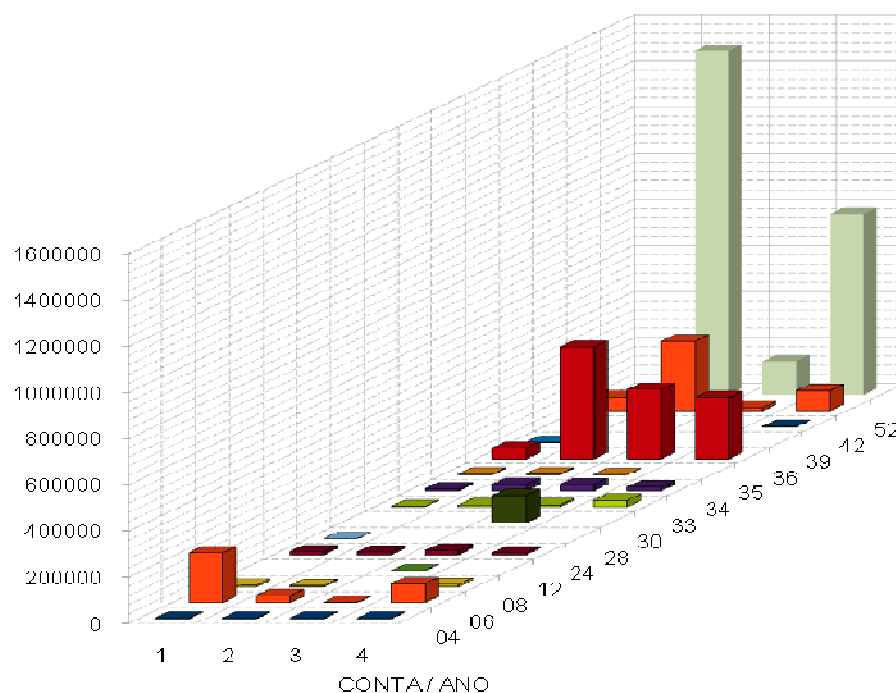
A adequação dos valores dos gastos garante-se na assertiva de que todos os contratos e despesas supracitados baseiam-se em procedimentos licitatórios nas modalidades: Pregão Eletrônico, Tomada de Preço, Concorrência e Convite. Algumas aquisições ou contratações foram formalizadas legalmente através de Adesão a Atas de Registro de Preços, Dispensa de Licitação/Cotação Eletrônica e Inexigibilidade de Licitação, todas com evidentes indicadores de economicidade para o órgão e comportando valores extremamente vantajosos para a administração pública.

Desta forma, a elevação de despesas em relação ao montante previsto e ao montante utilizado em exercício anterior, fundamenta-se muito mais, na redução do teto orçamentário, que reprimiu a quantificação dos valores reais, do que em ampliação de gastos. Ademais, a implantação de atividades, inéditas em períodos recentes, tais como: a de vigilância eletrônica, projeto idealizado pela Administração com objetivo de garantir o mais adequado sistema de segurança para esta SR, despesas de contratação de condutores de veículos, suporte operacional às atividades finalísticas executados por pessoal especializado, contratação de serviços de monitoramento 24 horas e instalação de sistema rastreamento automotivo na frota de viaturas oficiais. A demanda agregada da Ouvidoria Agrária Nacional e Regional, relativa ao atendimento aos Programas de Suplementação Alimentar e Mediação de Conflitos, que envolveram despesas com: Cestas Básicas, Locação de Caminhões Baús, Passagens e Refeições a trabalhadores rurais, inserindo também apoio a Delegacia Agrária e sua equipe, com locação de veículos e passagens quando em deslocamentos para outros Municípios.

São ainda importantes componentes da despesa total a aquisição de material permanente e de consumo para reposição de móveis e equipamentos, bem como o abastecimento do almoxarifado da SR (05), Unidades Avançadas, escritórios.

QUADRO COMPARATIVO DOS BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS
NO PERÍODO DE 2007 A 2010

CONTA / ANO	2007	2008	2009	2010	TOTAL
04 - APARELHOS DE MEDICAO	215.896,05	30.836,50	1.432,00	82.256,40	330.420,95
06 - APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICACAO	6.841,40	4.698,49		9.947,00	21.486,89
08 - APAR. EQUIP. MED. ODONT. LAB. HOSP.			295,00		295,00
12 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	13.205,33	12.113,60	18.190,20	8.000,00	51.509,13
24 - EQUIP. PROTECAO SEGURANCA E SOCORRO	480,00				480,00
28 - MAQ.E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTRIAL			118.379,99		118.379,99
30 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	1.227,10	7.291,15	7.663,00	27.534,00	43.715,25
33 - EQUIP.P/ AUDIO VIDEO E FOTO	9.203,40	28.152,88	27.117,10	16.350,00	80.823,38
34 - MAQ. UTENSILIOS E EQUIP. DIVERSOS	3.102,00	3.249,90	1.000,00		7.351,90
35 - EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	46.357,00	484.440,69	300.379,94	265.545,95	1.096.723,58
36 - MAQ. INST. UTENSILIOS DE ESCRITORIO	2.792,85				2.792,85
39 - EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC.				1.320,00	1.320,00
42 - MOBILIARIO EM GERAL	59.658,96	301.920,00	13.389,20	86.870,00	461.838,16
52 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA		1.491.400,00	145.875,00	783.895,27	2.421.170,27
TOTAL:	358.764,09	2.364.103,21	633.721,43	1.281.718,62	4.638.307,35



Cabe ainda observar que no intuito de melhoria do espaço físico e oferecimento de melhores condições de trabalho, deu-se continuidade e conclusão de serviços de engenharia na sede da SR, em destaque, para a recuperação e impermeabilização do telhado, pastilhamento e pintura das paredes externas que evitam infiltrações, recuperação geral do sistema central de ar condicionado, substituição das películas e persianas como condição para garantir a refrigeração no prédio e economicidade de energia elétrica, que demandaram modificação na estrutura periférica. Foram descentralizados em 2010, cerca de R\$223.642,23(duzentos e vinte e três mil seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos) para investimentos em serviços de reforma interna e externa da sede, e aquisições de máquina fotográficas, aparelhos e utensílios domésticos, aparelhos e equipamentos diversos e mobiliários em geral para uso desta Regional.

A tentativa pela busca de redução de custos de manutenção na área administrativa, apesar das adversidades, tem sido fator determinante desta Administração. Seguindo este caminho, implantamos os seguintes serviços: controle para chamadas de telefonia locais e de longa distância através da aquisição de software tarifador que disponibiliza detalhamento das ligações e os custos por ramais, senhas para bloqueio e desbloqueios de telefones, locação de impressoras com insumos implicando em redução de custo de aquisição de cartuchos e manutenção das máquinas, implantação de limites de impressão por servidor ou colaborador, controle de deslocamento, manutenção e abastecimento de veículos oficiais e/ou locados, via utilização de MV, relatórios de avarias, danos e defeitos, RV - requisição de veículos – abastecimento de viaturas em posto de combustível mediante apresentação de formulário RCL - requisição de combustível e/ou lubrificante, com quantidade expressa em litros autorizada pelo chefe da divisão de Administração e/ou substituto legal.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos		-	-	-
	Recebidos	927200890181	16.203,05	-	
		2112201352272	-	-	3.555,24
		2112201372272	-	-	1.472.540,91
		2112201382272	-	-	327.832,69
		2112207502000	-	-	4.003.307,03
		2112211204300	-	-	7.043,21
		2112211204304	-	-	13.094,94
		2112213502272	-	-	142.646,74
		2112214272272	-	-	420.782,51
		2112501382105	-	-	116.785,27
		2112501382110	-	-	40.000,00
		21127013884426	-	-	40.453,40
		2112713361642	-	-	187.510,39
		2112801394572	-	-	21.624.524,00
		2118311204284	-	-	106.060,80
		2136313508370	-	-	1.323.650,00
		2160614274470	-	-	2.516.208,64
		2163101358374	-	-	974.809,98
		2163101358384	-	-	237.791,70
		2163101358387	-	-	1.157.655,08
		2163101372B06	-	-	52.600,96

				216310174358	-	-	166.920,18
				2163101378398	-	-	129.927,00
				2163111202109	-	-	1.715.616,99
				2169101374320	-	-	845.322,03
Movimentação Externa	Concedidos				0	0	0
	Recebidos				0	0	0
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora			Classificação da ação	Despesas de Capital		
					4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos				-	-	-
	Recebidos	305000		2112201352272	6.320,70	-	-
				2112207502000	45.145,00	-	-
				2163111202109	163.390,00	-	-
				2163101354460	-	4.250.805,73	-
				2163101370427	-	32.901.666,00	-
Movimentação Externa	Concedidos			2163101378396	23.774.132,93	-	-
	Recebidos				-	-	-
					-	-	-

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	91.671,18	172.558,43		60.416,20
Tomada de Preços	2.156.089,42	2.789.692,62		1.839.027,34
Concorrência	21.987.089,42	21.295.981,78		8.192.803,73
Pregão	1.063.207.586,00	10.145.744,43		7.655.696,04
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	1.183.080,25	968.996,91		583.425,41
Inexigibilidade	635.178,99	536.322,21		491.801,71
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	187.000,38	147.018,20		147.018,20
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	14.084.247,00			
Diárias	1.955.597,07			
Outros				

Fonte: SIAF

2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
8	8.191,20	16.203,05	8.191,20	16.203,05	-	-	8.191,20	16.203,05
2 – Juros e Encargos da Dívida								
21	28.359.469,97	-	28.202.418,10	-	-	-	-	-
22	661.905,38	-	642.084,17	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
14	1.955.597,01	2.426.131,10	1.955.597,01	2.426.131,10	-	-	1.954.161,03	2.426.131,10
30	1.195.989,51	779.437,82	833.389,34	567.843,66	362.600,17	211.594,16	833.389,34	567.843,66
33	2.786.465,14	3.037.857,84	2.774.105,94	2.836.730,21	123.589,20	201.127,63	2.774.105,94	2.836.730,21
36	93.196,70	158.912,00	93.196,70	158.912,00	-	-	93.196,70	158.912,00
37	2.320.857,31	2.743.818,45	2.266.010,27	2.743.818,45	54.847,04	-	2.266.010,27	2.743.818,45
39	6.956.226,72	4.951.858,09	2.992.263,64	4.537.630,18	3.974.530,42	414.227,91	2.660.572,60	4.534.747,93
41	5.317.489,87	7.080.626,52	3.183.739,87	1.461.561,52	2.133.750,00	5.619.065,00	2.902.489,87	1.461.561,52
47	95,00	-	95,00	-	-	-	95,00	-
92	9.746,11	-	9.746,11	-	-	-	9.746,11	-
93	19.972,72	425,75	19.972,72	425,75	-	-	19.972,72	425,75

Fonte: SIAFI

2.4.2.3 Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
41	-	7.080.626,52	-	1.461.561,52		5.619.065,00	-	1.461.561,52
51	22.843.128,39	22.288.163,26	22.843.128,39	8.234.319,93		14.053.843,33	7.358.727,56	8.234.319,93
52	7.871.437,87	2.384.985,38	264.172,55	175.455,70		2.209.529,68	264.172,55	175.455,70
5 – Inversões Financeiras								
61	3.052.413,32	4.250.805,73	2.655.367,78	715.087,93		3.535.717,80	2.655.367,78	715.087,93
66	41.488.878,00	32.901.666,00	22.230.700,00	10.423.100,00		22.478.566,00	22.230.700,00	10.423.100,00
6 – Amortização da Dívida								
n/a	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.2.4 Análise Crítica

A redução do orçamento dessa autarquia refletiu diretamente no orçamento da Superintendência Regional da Bahia, tendo em algumas ações impactos que prejudicaram o cumprimento das metas que já estavam programadas. Por outro lado, foi possível assegurar algumas ações com orçamento superior ao programado, devido ao remanejamento orçamentário entre Superintendências Regionais já no final do exercício, quando as que não tiveram capacidade de execução dos seus orçamentos previstos cederam para outras que superaram sua capacidade.

2.4.3 Indicadores Institucionais

Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária			
Indicador	Descrição	Fórmula	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	As informações referentes a superfícies/imóveis cadastrados no SNCR estão sob a responsabilidade do Gestor Nacional.
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	59,59
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	0

Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento			
Indicador	Descrição	Fórmula	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	2534,15
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	300,00
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	8,93

Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento			
Indicador	Descrição	Fórmula	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	505,68
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCAR	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	0
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	134,74
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	0,00

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	85,33
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	0,74
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	0
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	0

Área: Gestão Administrativa			
Indicador	Descrição	Fórmula	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	27,62
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	10,29
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício) multiplicado por 100.	20,45
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	0

3 Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não aplicável à Superintendência Regional do INCRA da Bahia.

3.2 Análise Crítica

Não aplicável à Superintendência Regional do INCRA da Bahia.

4 Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	3.454.090,15	212,40	3.453.877,75	3.482,25
2009	224.721,15	198.893,65	25.827,50	3.262.608,64
2008	25.827,50	2.725,57	358.847,89	25.827,50
2007	361.573,46	-	5.290,10	361.573,46
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	48.723.671,51	6.642.974,35	29.268.638,72	128.890.327,51
2009	47.391.063,23	19.378.225,06	69.913.052,09	119.284.360,15
2008	116.604.491,70	446.955,11	27.096.579,79	116.604.491,70
2007	45.444.083,15	141.095,99	38.069.739,24	69.097.451,00

Fonte: SIAFI 2010

4.2 Análise Crítica

Dos valores inscritos em Restos a Pagar nos exercícios de 2007 a 2009, que representa em sua maioria créditos de instalação/habitação e fomento, somente parte desses recursos financeiros foram liberados resultando num volume significativo de pendências junto às 35.000 famílias que seriam beneficiadas.

Das inscrições em Restos a Pagar de 2010 além das pendências já existentes somaram-se as pendências junto às empresas de obras de infraestrutura e contrato de manutenção da superintendência, justificando-se o montante demonstrado.

5 Informações sobre Recursos Humanos da Unidade

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	190	3	23
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	181	0	20
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	179	0	19
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	1
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores regidos pela CLT	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	9	3	3
1.4.1 Cedidos	0	5	1	1
1.4.2 Removidos	0	0	2	2
1.4.3 Licença remunerada	0	3	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	1	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	20	0	2
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	19	0	2
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	12	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	5	0	2
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	1	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	1	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	210	3	25

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/10 e extração SIAPE fev/11.

OBS: 1) O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação; 2) O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário; 3) O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94).

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					TOTAL
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	24	38	40	63	25	190
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	23	35	37	61	25	181
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	3	3	2	0	9
2. Provimento de cargo em comissão	2	3	7	3	5	20
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	3	7	3	4	19
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	1
TOTAL GERAL	26	41	47	66	30	210

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	1	2	17	73	97	0	0	0	190
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	1	2	17	73	88	0	0	0	181
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	9	0	0	0	9
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	3	17	0	0	0	20
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	16	0	0	0	19
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
TOTAL	0	1	2	17	76	114	0	0	0	210

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

OBS: O nível de escolaridade informado correspondente à tabela de escolaridade do SIAPE.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	118	14
1.1 Voluntária	115	14
1.2 Compulsório	1	0
1.3 Invalidez Permanente	2	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	47	1
2.1 Voluntária	45	0
2.2 Compulsório	1	0
2.3 Invalidez Permanente	1	1
2.4 Outras	0	0
TOTAL GERAL	165	15

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	56	0
2. Proporcional	28	6
TOTAL	84	6

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	12	11	7	11	R\$ 0,00
· Área Fim	3	3	2	3	R\$ 0,00
· Área Meio	9	8	5	8	R\$ 0,00
Nível Médio	10	10	11	11	R\$ 0,00
· Área Fim	6	5	5	5	R\$ 0,00
· Área Meio	4	5	6	6	R\$ 0,00
Total	22	21	18	22	R\$ 108.607,35

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extração SIAPE FEV/11 e Extração DW/2010.
OBS: O custo do exercício não está discriminado por nível vez que a rubrica referente a bolsa é a mesma para nível médio e superior.

5.4 Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS					TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO							
2008	R\$ 11.458.028,43		R\$ 954.338,51	R\$ 301.690,55	1.245.844,87	R\$ 1.019.090,80	R\$ 0,00
2009	R\$ 11.292.571,93		R\$ 1.025.585,18	R\$ 337.854,67	1.767.116,70	R\$ 993.437,82	R\$ 445,71
2010	R\$ 11.654.043,60		R\$ 1.037.885,93	R\$ 326.925,67	2.339.398,45	R\$ 1.588.446,04	R\$ 877,25
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO (SERVIDORES CELETISTAS)							
2008							R\$ 0,00
2009							R\$ 0,00
2010							R\$ 0,00
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA							
2008					33.502,63		R\$ 33.502,63
2009					24.422,94		R\$ 24.422,94
2010					6.180,35		R\$ 6.180,35
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR							
2008		R\$ 412.782,05			128.540,18		R\$ 541.322,23
2009		R\$ 429.301,37			218.605,35		R\$ 647.906,72
2010		R\$ 409.662,80			185.848,06		R\$ 595.510,86
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS							
2008		R\$ 8.402,40					R\$ 8.402,40
2009		R\$ 5.052,12					R\$ 5.052,12
2010		R\$ 5.052,12			1.387,55		R\$ 6.439,67

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	R\$ 124.679,02
2009	R\$ 105.821,99
2010	R\$ 168.439,20

5.5 Locação de Mão de Obra Mediante Contratos de Prestação de Serviços

5.5.1 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA														
UG/Gestão: 373053 - 37201				CNPJ: 00.375.972/0007-56										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
2006	L	O	05	ALTERNATIVA (32.627.366/0001-81)	15/05/2006	31/03/2010			18		1			E
2009	V	O	11	GUARDESECURE (42.035.097/0001-18)	27/07/2009	25/07/2011					3			P
2008	L	O	005	ESUTA (63.363.725/0001-64)	15/04/2008	14/04/2011				2				P
2010	L	O	001	A.R.P AMBIENTAL (09.135.406/0001-56)	04/03/2010	30/04/2011				23		1		P
Observação:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Div. Adm. 2011

5.5.2 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante																		
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA																		
UG/Gestão: 373053/37201				CNPJ: 00.375.972/0007-56														
Informações sobre os contratos																		
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.					
					Início	Fim	F			M				S				
							P	C		P	C			P	C			
2008	1	O	04	CRETA (04.374.998/0001-45)	15/04/2008	13/04/2011												
2009	01	O	09	CONTACTO'S (13.218.763/0001-55)	14/05/2009	13/05/2011												
2010	07	O	09	SERMA (00.403.982/0001-62)	01/07/2010	30/06/2011												
Observação:																		
LEGENDA																		
Área:																		
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;																		
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis																		
3. Serviços de Copa e Cozinha;																		
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;																		
5. Serviços de Brigada de Incêndio;																		
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;																		
7. Outras.																		
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.																		
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																		
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.																		
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.																		
Fonte: Div. Adm. 2011.																		

5.5.3 Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
05/2006	07	16	INCRA/SEDE
		01	U.A SENHOR DO BONFIM
		01	U.A BOM J. DA LAPA
		01	U.A ITABUNA
09/2010	09	18	INCRA/SEDE
11/2009	08	05	INCRA/SEDE
		02	U.A BOM J. DA LAPA
		02	U.A ITABUNA
04/2008	01	33	INCRA/SEDE
		01	U.A BOM J. DA LAPA
		01	U.A ITABUNA
05/2008	03	02	INCRA/SEDE
09/2009	01	10	INCRA/SEDE
LEGENDA			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;			
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;			
3. Serviços de Copa e Cozinha;			
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;			
5. Serviços de Brigada de Incêndio;			
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;			
7. Higiene e Limpeza;			
8. Vigilância Ostensiva;			
9. Outras.			

5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Não aplicável à Superintendência Regional do INCRA da Bahia.

6 Informação sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congêneres, Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências Efetuadas no Período

6.1.1 Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA									
CNPJ: 00.375.972.0007/56				UG/GESTÃO: 373053/37201					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
CONVÊNIO	CRT/BA 010/2005	FUNDESF	1.512.000,00	72.000,00	281.250,00	1.100.000,00	28/12/05	29/6/11	1
CONVÊNIO	CRT/BA 007/2006	FASEC	2.479.348,00	24.548,00	483.000,00	1.533.000,00	29/12/06	30/11/12	1
CONVÊNIO	CRT/BA 001/2007	ESTADO	8.800.000,00	800.000,00	*	5.514.574,00	22/10/07	14Abr2011	1
CONVÊNIO	CRT/BA 001/2008	ESTADO	124.765.387,88	71.179.800,88	4.700.000,00	13.444.547,00	03Jul2008	31/12/11	1
CONVÊNIO	CRT/BA 002/2008	FADCT	1.949.000,00	90.000,00	509.000,00	1.622.000,00	29/12/08	31/12/11	1
CONVÊNIO	CRT/BA 005/2008	FLORESTA VIVA	620.000,00	20.000,00	*	300.000,00	15/12/08	27/5/11	1
CONVÊNIO	CRT/BA 004/2008	FLORESTA VIVA	331.000,00	99.300,00	*	97.000,00	15/12/08	27/5/11	1

CONVÊNIO	709227/2009	FUNDESF	6.930.516,44	631.400,00	568.561,52	2.568.561,52	18/11/09	31/12/11	1
CONVÊNIO	724108/2009	SEAGRI	5.694.491,00	101.970,00	*	1.000.000,00	18/12/09	17/12/11	1
CONVÊNIO	718425/2009	O.C.T	247.995,00	44.530,00	115.000,00	115.000,00	4/12/09	8/6/11	1
CONVÊNIO	752195/2010	FUNDESF	1.200.000,00	25.000,00	*	*	16/12/10	31/12/11	1
CONVÊNIO	CRT/BA 004/2006	COOLMEIA	1.125.974,16	53.631,48	*	933.827,68	2/12/06	31/12/08	2
CONVÊNIO	CRT/BA 004/2006	COOTEBA	2.530.647,00	230.058,83	*	2.300.587,17	20/12/05	20/11/08	2
CONVÊNIO	CRT/BA 008/2006	PRESER VA FLORESTA VIVA	110.486,70	15.240,00	*	95.246,60	28/12/06	30/4/08	2
CONVÊNIO	CRT/BA 006/2007		557.375,00	29.350,00	*	528.025,00	31/12/07	25/9/09	2
CONVÊNIO	CRT/BA 008/2004	FATRES	721.734,04	65.612,19	*	656.121,95	16/12/04	28/8/08	2
CONVÊNIO	CRT/BA 11/2005	IMT	526.969,53	47.906,32	*	479.063,21	22/12/05	20/4/09	2
CONVÊNIO	CRT/BA 004/2001	DESAGRO	989.357,80	47.121,80	*	942.236,00	24/8/01	30/9/06	2
CONVÊNIO	CRT/BA 008/2001	AGESUL	106.143,00	5.280,00	*	100.863,00	29/11/01	28/2/02	2
CONVÊNIO	CRT/BA 012/2003	AECFACIDA	26.752,00	2.432,00	*	24.320,00	18/12/03	15/6/04	2
CONVÊNIO	CRT/BA 7000/1999	FAPEX	3.536.400,00	*	*	1.536.000,00	18/11/99	8/4/01	2
CONVÊNIO	CRT/BA 12006/1997	PM. ARATACA	772.084,00	51.813,00	*	360.135,45	23/10/07	23/3/98	3
CONVÊNIO	CRT/BA 37002/1998	PM. STº AMARO PM.	734.742,87	73.474,29	*	661.268,58	3/7/98	31/1/98	3
CONVÊNIO	CRT/BA 28003/1998	ITAMARAJU PM.	461.967,11	23.098,36	*	438.868,75	18/6/98	31/12/98	3
CONVÊNIO	CRT/BA 30008/1998	EUNAPOLIS	254.000,00	50.800,00	*	203.200,00	18/6/98	31/12/98	3
CONVÊNIO	CRT/BA 31004/1998	PM. ARATACA	91.434,54	9.143,45	*	82.291,09	18/6/98	31/12/98	3
CONVÊNIO	CRT/BA 04/2003	PANGEA	357.079,85	32.461,85	*	324.618,00	17/12/03	10/10/05	4
CONVÊNIO	CRT/BA 13/2003	FUNDESF	1.537.772,00	60.000,00	*	1.477.772,00	22/12/03	31/12/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 08/2003	SEINFRA	1.298.264,13	213.145,13	*	1.085.119,00	18/12/03	28/4/06	4
CONVÊNIO	CRT/BA 09/2003	FETAG	368.373,59	17.541,59	*	350.832,00	18/12/03	31/12/05	4
CONVÊNIO	CRT/BA 1 0/2003	FAPEX	60.675,00	12.135,00	*	48.540,00	30/12/00	18/12/02	4

CONVÊNIO	CRT/BA 16/2004	CCABA	93.280,00	8.480,00	*	18.800,00	29/12/04	7/4/07	4
CONVÊNIO	CRT/BA 01/2004	FUNDESF	945.000,00	45.000,00	*	900.000,00	29/6/04	31/12/08	4
CONVÊNIO	CRT/BA 07/2004	CCABA	302.940,00	27.540,00	*	275.400,00	14/3/07	13/1/07	4
CONVÊNIO	CRT/BA 05/2004	FUNDESF	1.424.237,00	64.237,00	*	1.360.000,00	21/10/04	21/1/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 08/2004	FATRES	721.734,04	65.612,19	*	656.121,85	16/12/04	28/8/08	4
CONVÊNIO	CRT/BA 13/2004	CCABA	4.410.210,60	400.928,24	*	1.851.599,78	28/12/04	1/1/08	4
CONVÊNIO	CRT/BA 14/2004	FETAG	5.202.265,29	472.933,21	*	4.729.331,12	28/12/04	7/3/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 16/2004	CCABA	93.280,00	8.480,00	*	18.800,00	28/12/04	7/4/07	4
CONVÊNIO	CRT/BA 17/2004	FADCT	945.313,16	45.313,16	*	893.440,00	28/12/04	1/1/08	4
CONVÊNIO	CRT/BA 18/2004	FADCT	1.269.673,32	65.430,00	*	1.196.385,76	28/12/04	31/12/06	4
CONVÊNIO	CRT/BA 20/2004	FUNDESF	478.180,00	28.180,00	*	450.000,00	31/12/04	30/6/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 21/2004	FUNDESF	2.520.000,00	120.000,00	*	2.400.000,00	29/12/04	30/9/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 11/2004	FAPEX	360.000,00	60.000,00	*	300.000,00	29/12/04	31/5/06	4
CONVÊNIO	CRT/BA 19/2004	FUNDESF	1.842.750,00	87.750,00	*	1.755.000,00	29/12/04	16/4/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 015/2005	FAPEC	1.323.000,00	63.000,00	*	360.000,00	28/12/05	31/8/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 06/2005	FUNDESF	440.000,00	40.000,00	*	400.000,00	30/12/05	31/10/07	4
CONVÊNIO	CRT/BA 06/2005	FUNDESF	1.842.750,00	87.750,00	*	1.755.000,00	28/12/04	16/4/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 01/2005	FUNDESF	353.257,30	32.114,30	*	321.143,00	18/10/05	25/5/07	4
CONVÊNIO	CRT/BA 08/2005	COOPASB	88.000,00	19.000,00	*	69.000,00	30/12/05	30/12/06	4
CONVÊNIO	CRT/BA 09/2005	P.M IRAMAIA	239.203,56	11.960,18	*	227.243,38	28/12/05	21/1/07	4
CONVÊNIO	CRT/BA 20/2005	P.M CACHOEIRA	290.013,07	29.001,30	*	261.011,76	28/12/05	31/12/06	4
CONVÊNIO	CRT/BA 22/2005	P.M AGUA FRIA	497.378,70	49.737,87	*	223.820,42	30/12/05	23/4/07	4
CONVÊNIO	CRT/BA 03/2005	FADCT	567.000,00	27.000,00	*	540.000,00	27/12/05	26/11/08	4

CONVÊNIO	CRT/BA 04/2005	CACTUS	6.468.341,47	588.031,06	*	4.736.552,54	20/12/05	20/11/08	4
CONVÊNIO	CRT/BA 05/2005	W.GUIMARÃES	570.750,13	55.988,98	*	436.000,00	7/12/05	27/10/07	4
CONVÊNIO	CRT/BA 07/2005	CIPO	94.500,00	4.500,00	*	90.000,00	30/12/05	30/5/07	4
CONVÊNIO	CRT/BA 12/2005	FADCT	560.555,00	26.291,00	*	526.264,00	27/12/05	30/12/08	4
CONVÊNIO	CRT/BA 13/2005	FAPEC	1.260.000,00	60.000,00	*	1.200.000,00	29/12/05	2/4/08	4
CONVÊNIO	CRT/BA 14/2005	FUNDESF	1.761.752,47	132.268,41	*	1.629.484,05	28/12/05	30/6/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 16/2005	SÃO S. PASÉ	816.976,23	81.697,62	*	367.639,31	28/12/05	21/4/07	4
CONVÊNIO	CRT/BA 18/2005	P.M PRADO	347.277,60	34.727,76	*	312.549,84	29/12/05	22/4/07	4
CONVÊNIO	CRT/BA 01/2006	FAPEC	1.059.472,00	159.600,00	*	899.872,00	14/9/06	11/4/08	4
CONVÊNIO	CRT/BA 03/2006	IRPAA	623.507,60	56.683,00	*	566.823,72	29/12/06	27/7/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 05/2006	AACAF	152.643,10	7.269,00	*	145.374,10	29/12/06	26/9/08	4
CONVÊNIO	CRT/BA 07/2007	FAPEC	524.664,00	24.984,00	*	499.680,00	28/12/07	29/7/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 03/2007	FASEC	524.664,00	24.984,00	*	499.680,00	28/12/07	29/7/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 02/2007	FASEC	459.554,90	22.995,50	*	436.559,40	28/12/07	29/6/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 04/2007	CAPINA	38.945,26	1.571,50	*	37.373,76	31/12/07	21/2/09	4
CONVÊNIO	CRT/BA 05/2007	FUNDESF	191.595,93	7.741,25	*	183.854,68	31/12/07	31/3/09	4
TOTAL			211.202.636,37	77.277.574,70	6.656.811,52	73.453.422,47			

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA						
CNPJ:00.375.972.0007/56			UG/GESTÃO: 373053/37201			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	4	3	1	7.291.547,00	4.693.000,00	6.892.561,52
Contrato de Repasse	*	*	*	*	*	*
Termo de Parceria	*	*	*	*	*	*
Termo de Cooperação	*	*	*	*	*	*
Termo de Compromisso	*	*	*	*	*	*
Totais	4	3	1	7.291.547,00	4.693.000,00	6.892.561,52

Fonte: SIAFI

* Esta Superintendência não realizou nenhum Termo de Cooperação Técnica que envolvesse Transferência de Recursos.

6.1.3 Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes

Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ:00.375.972.0007/56		UG/GESTÃO: 373053/37201			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	11	153.329.738,32	27.294.682,52	40.172.780,84	18%
Contrato de Repasse	*	*	*	*	*
Termo de Parceria	*	*	*	*	*
Termo de Cooperação	*	*	*	*	*
Termo de Compromisso	*	*	*	*	*
Totais	11	153.329.738,32	27.294.682,52	40.172.780,84	18%

Fonte: SIAFI

* Esta Superintendência não realizou nenhum Termo de Cooperação Técnica que envolvesse Transferência de Recursos.

6.1.4 Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ:00.375.972.0007/56			UG/GESTÃO:373053/37201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		11	*
		Montante Repassado		153.329.738,32	*
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	4	*
			Montante Repassado (R\$)	11.032.547,00	*
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	5	*
			Montante Repassado (R\$)	12.009.824,00	*
2009	Contas prestadas	Quantidade		21	*
		Montante Repassado (R\$)		13.057.913,08	*
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		14	*
		Montante Repassado (R\$)		19.379.384,19	*
2008	Contas prestadas	Quantidade		21	*
		Montante Repassado (R\$)		11.980.008,74	*
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		35	*
		Montante Repassado (R\$)		33.841.440,09	*
Exercícios Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		*	*
		Montante Repassado (R\$)		*	*

Fonte: SIAFI

6.1.5 Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ: 00.375.972.0007/56				UG/GESTÃO: 373053/37201	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			4	*
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		11	*
		Montante repassado (R\$)		153.329.738,32	*
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	*	*
			Quantidade Reprovada	*	*
			Quantidade de TCE	2	*
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	*
			Montante repassado (R\$)	13.444.547,00	*
2009	Quantidade de contas prestadas			21	*
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	16	*	
		Quantidade Reprovada	*	*	
		Quantidade de TCE	*	*	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	5	*	
		Montante repassado (R\$)	13.057.913,08	*	
2008	Quantidade de contas prestadas			21	*
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	20	*	
		Quantidade Reprovada	*	*	
		Quantidade de TCE	*	*	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	*	*	
		Montante repassado	*	*	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	*	*	
		Montante repassado	*	*	

Fonte: SIAFI

6.1.6 Análise Crítica

As transferências na situação de adimplentes representam 11 (onze) convênios que estão vigentes e em plena execução, com algumas Prestações de Contas Parciais, de parcelas repassadas já comprovadas e em análise.

As transferências na situação de Inadimplência decorrem de 11(onze) convênios, da não execução total do objeto Metas Físicas pactuado, conforme Parecer da Área Técnica e conseqüentemente a não aprovação as Prestações de Conta Final, até que as pendências sejam regularizadas e se referem a convênios com vigências expiradas. Muitos destes convênios tiveram instaurados processos de Tomada de Contas Especial - TCE.

As transferências na situação de Inadimplência suspensa são decorrentes de 9 (nove) convênios já vencidos, com processos de Tomada de Contas Especial – TCE concluídas, já encaminhadas ao TCU e suspenso o registro de Inadimplência por decisão judicial.

As transferências na situação de concluído são decorrentes 24 (vinte quatro) convênios cujas análise formal aritmética e metas físicas foram atingidas, conforme pactuado no convênio e as Prestações de Contas Final Aprovadas e homologada por estar superintendência , em face da boa e regular aplicação dos recursos.

Não houve registro de transferência na situação de excluídos no SIAFI.

Não houve registro de transferência na situação de rescindido no SIAFI.

Não houve registro de transferência na situação de arquivado no SIAFI.

7 Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas

DECLARAÇÃO	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA – SR-05	373053
Declaro para os devidos fins que as informações referentes a contratos e convênios foram respectivamente lançadas no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIAGE e no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, conforme estabelece art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.	
Responsável	Yeda Cyrne Lopes de Santana Chefe SR-05/A

8 Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Declaramos para os devidos fins que os servidores lotados neste órgão e que têm Cargo Comissionados, conforme Lei Nº 8.730 de 10 de novembro de 1993, apresentaram no Serviço de Desenvolvimento Humano, Declaração de IR do exercício 2010 no calendário de 2009, devidamente arquivadas.

Em 02 de março de 2011

YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA

Chefe da Divisão de Administração

INCRA/BA

9 Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					X
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ, Classificado como “Bens de Uso Especial”, de Propriedade da União ou Locado de Terceiros

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UG	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	BAHIA	2	2
	Salvador	1	1
	Itabuna	1	1
Subtotal Brasil		2	2
Total (Brasil + Exterior)		2	2

11.1.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UG	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	BAHIA	1	1
	Bom Jesus da Lapa	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Total (Brasil + Exterior)		1	1

11.1.3 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	REGIME	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	VALOR DO IMÓVEL				DESPESAS COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO	
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	IMÓVEL	IMÓVEL	INSTALAÇÕES
373053	3849 00605.500-1	Uso em Serviço Público	BOM	10.035.201,30	01/06/4862	10.035.201,30	90.792,23	90.792,23	0,00
373053	3797 00050.500-6	Cessão – Adm. Federal Indireta	BOM	62.107,00	01/10/2000	62.107,00	0,00	0,00	0,00
				TOTAL				90.792,23	0,00

11.1.4 Análise Crítica

A manutenção dos bens móveis

Cumpre-nos observar que, em que pese o esforço realizado pela Administração, a manutenção ainda tem ênfase na correção em detrimento da prevenção.

Trata-se de sede própria, que abriga o conjunto de atividades da Regional, exigindo manutenção para o prédio e acessórios. Outrossim, tem-se canalizado esforços na Unidade Avançada do Sul, incorporada por cessão da CEDIC que, após reforma, viabilizou a descentralização das ações do INCRA, para as regiões sul e extremo sul do Estado da Bahia.

12 Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	10 (dez)				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100% terceirizado				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal.

CONTROLE DOS SUPRIMENTOS EM VIGOR 2010

FATURA / 2010			
ITEM	SERVIDOR	VALOR TOTAL DO SUPRIMENTO (R\$)	DESPESAS REALIZADAS
1	Adão F. dos Santos	8.200,00	4.620,54
3	Benedito João de Sá	2.700,00	2.025,65
4	Carlos Alberto Santana	8.500,00	5.592,01
6	Edmundo Mamedio Santos	3.900,00	2.325,00
7	Edvaldo Cerqueira	10.100,00	4.906,96
8	Elias Jacob Mattar Neto	4.500,00	2.326,18
9	Elisangela Sousa dos Santos	1.000,00	195,00
10	Elmo Silva Raposo	800,00	613,46
11	Fernando Pithon de Andrade	3.100,00	1.184,89
12	Francisco de A. Santana	11.450,00	7.715,48
13	Francisco Reginaldo V. Silva	3.300,00	2.806,32
14	Getulio R. dos Santos	16.745,92	10.536,10
15	Gilvan Francisco de Barros	8.510,00	4.985,25
16	Hamilton Felix dos Santos	2.100,00	0,00
17	João Soares da Silva	8.260,00	5.630,39
18	Joaquim C. Moura	21.670,00	17.178,58
19	José Agra Melo	13.100,00	6.635,98
20	José F. de Almeida	10.400,00	6.407,00
21	José F. de Souza	9.400,00	5.794,35
22	José Fernandes Neto	9.000,00	6.053,23
24	Manoel Pereira da Silva	5.400,00	4.072,43
25	Manuel R. Jesus	8.800,00	6.726,02
26	Marcos Nery	9.900,00	8.056,50
27	Marilene Teixeira Conceição	4.200,00	367,96
28	Nilson Santana de Souza	11.000,00	10.215,91
29	Otávio Paulo dos Anjos	5.200,00	1.333,54
	TOTAL CPGF - FATURA	201.235,92	128.304,73

SAQUE / 2010			
ITEM	SERVIDOR	VALOR TOTAL DO SUPRIMENTO R\$	DESPESAS REALIZADAS
1	Elisangela Sousa dos Santos	300,00	
2	Getulio Rodrigues dos Santos	7.090,00	5.173,88
3	Joaquim C. Moura	4.530,00	3.699,00
4	Marilene Teixeira Conceição	2.190,00	1.928,00
5	Otávio Paulo dos Anjos	2.100,00	1.338,00
	TOTAL CPGF - SAQUE	16.210,00	12.138,88

14 Informações sobre Renúncia Tributária.

Não aplicável à Superintendência Regional do INCRA da Bahia.

15 Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se Vincula ou as Justificativas para o não Cumprimento

15.1 Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve deliberação do TCU para esta Superintendência no exercício de 2010.

15.2 Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Não houve deliberação do TCU para esta Superintendência no exercício de 2010.

15.3 Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Auditoria interna requisitando informações sobre prestação de contas do convênio SIAFI nº 595221/2007 através do Memo/AUD/nº 339 e respondido através de ofício nº2475/2010 e Memo /GAB/nº 263/2010 em 20 de julho de 2010.

Auditoria interna requisitando informações sobre a prestação de contas do convênio SIAFI nº 543614 com a Prefeitura Municipal de Wagner/BA, através do Memo/AUD/nº 256 e respondido através do Memo/GAB/nº 250/2010 em 6 de julho de 2010.

Auditoria interna solicitando justificativas para despesas realizadas com o cartão corporativo através do Memo/AUD/nº 5 e respondido através do Memo/GAB/nº 242/2010 em 30 de junho de 2010.

Auditoria interna dando conhecimento sobre Solicitação de Auditoria nº 246628/014 item 58, através do Memo/AUD/nº 234 e respondido através do Memo/GAB/nº 231/2010 em 28n de junho de 2010.

Auditoria interna solicitando justificativas para despesas realizadas com o cartão corporativo através do Memo/AUD/nº 33 e respondido através do Memo/GAB/nº 056/2010 em 26 de fevereiro de 2010.

15.4 Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Não há recomendação pendente para esta Superintendência.

16 Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno, caso Exista na Estrutura do Órgão, Apresentando as Justificativas para os Casos de não Acatamento

Em 2010, esta Superintendência Regional recebeu o Parecer de Dirigente de Controle Interno, cuja certificação foi pela Regularidade da Prestação de Contas de 2009.

**17 Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para
Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no
Exercício**

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

18 Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada
Atestando que os Demonstrativos Contábeis (Balanços
Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das
Variações Patrimoniais, Previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março
de 1964) e o Demonstrativo Levantado por Unidade Gestora
Responsável – UGR (Válido Apenas para as Unidades Gestoras não
Executoras) Refletem a Adequada Situação Orçamentária,
Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que
Apresenta Relatório de Gestão

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA – SR-05		373053	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Salvador/BA	Data	24.02.2011
Contador Responsável	Humberto Chagas Correia	CRC nº	05333/09

19 Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº 4.320/64, Incluindo as Notas Explicativas, Conforme Disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6)



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO MES

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	2010	DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373053/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRASR-05	EMISSÃO	PÁGINA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	14/02/2011	1

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	2010	TÍTULOS	2010
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	128.912.015,61
CREDITOS EM CIRCULACAO	128.563.375,44	DEPOSITOS	0,00
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	648.817,87	CONSIGNACOES	0,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	128.914.557,57	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	128.908.876,51
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	581.966.047,31	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.482,25
CREDITOS EM CIRCULACAO	-119.150.323,59	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	2.882,25
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-128.914.557,57	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	600,00
DIVERSOS RESPONSAVEIS	6.018.627,73	CONVENIOS A PAGAR	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.683.561,52	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	62.044,73	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	128.890.327,51
			122.860.850,40
			191.481,51
			59.735,85
			131.745,66
			122.669.368,89
			3.262.608,64
			2.141.030,45
			838.892,15
			281.250,00
			1.436,04
			119.284.360,25

ESTOQUES	62.044,73	40.076,76	A LIQUIDAR	128.890.327,51	119.284.360,25
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	647.372.366,89	612.392.273,48	CREDORES DIVERSOS	0,00	122.400,00
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	647.372.366,89	612.392.273,48	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	14.588,45	0,00
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	966.815,91	0,00	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	478,30	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	286.084.506,96	264.906.406,96	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.139,10	0,00
CREDITOS A RECEBER	360.321.044,02	347.485.866,52	VALORES DIFERIDOS	3.139,10	0,00
PERMANENTE	53.744.004,01	41.266.821,82	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-128.890.327,51	-119.284.360,25
IMOBILIZADO	53.733.945,34	41.256.763,15	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-128.890.327,51	-119.284.360,25
BENS MOVEIS E IMOVEIS	53.822.260,66	41.256.763,15	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-128.890.327,51	-119.284.360,25
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-88.315,32	0,00	PASSIVO REAL	21.688,10	3.576.490,15
INTANGIVEL	10.058,67	10.058,67	PATRIMONIO LIQUIDO	711.507.734,65	657.686.038,93
ATIVO REAL	711.529.422,75	661.262.529,08	PATRIMONIO/CAPITAL	657.686.038,93	586.596.211,19
			PATRIMONIO	657.686.038,93	586.596.211,19
			RESULTADO DO PERIODO	53.821.695,72	71.089.827,74
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	711.529.422,75	661.262.529,08
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-657.707.727,03	-590.172.701,34
ATIVO COMPENSADO	142.049.638,68	162.098.555,01	PASSIVO COMPENSADO	142.049.638,68	162.098.555,01
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	142.049.638,68	162.098.555,01	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	142.049.638,68	162.098.555,01
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	4.755.061,77	3.168.772,61	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	4.755.061,77	3.168.772,61
GARANTIAS DE VALORES	14.500.000,00	14.850.000,00	VALORES EM GARANTIA	14.500.000,00	14.850.000,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	95.780.060,97	114.112.738,33	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	95.780.060,97	114.112.738,33
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	27.014.515,94	27.350.902,78	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	27.014.515,94	27.350.902,78
OUTRAS COMPENSACOES	0,00	2.616.141,29	COMPENSACOES DIVERSAS	0,00	2.616.141,29
ATIVO	853.579.061,43	823.361.084,09	PASSIVO	853.579.061,43	823.361.084,09



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO MÊS

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373053/7201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRAS/R-05
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

2010	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
14/02/2011	1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
RECEITAS CORRENTES		627.105,75	DESPESAS CORRENTES	21.195.270,62	20.798.466,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.699,17	627.105,75	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.203,05	8.191,20
DEDUÇÕES DA RECEITA	-57.182,73	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.963.633,01	20.513.604,47
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	20.155.663,88	39.807.868,64	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.999.950,00	1.900.000,00
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	18.359.913,81	34.612.452,00	OUTRAS DESPESAS	15.963.683,01	18.613.604,47
SUB-REPASSE RECEBIDO	18.359.913,81	34.612.452,00	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	215.434,56	276.670,79
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	18.359.913,81	34.612.452,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	215.434,56	276.670,79
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.795.750,07	5.195.416,64	DESPESAS DE CAPITAL	61.825.620,37	75.255.857,58
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	1.681.384,61	5.189.200,00	INVESTIMENTOS	24.673.148,64	30.714.566,26
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.681.384,61	5.189.200,00	INVERSOES FINANCEIRAS	37.152.471,73	44.541.291,32
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	114.365,46	6.216,64	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.126.179,75	21.057.278,05
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	387.711.814,55	424.493.739,68	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	3.139,10	0,00
VALORES EM CIRCULAÇÃO	123.119.654,62	160.037.027,73	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	3.139,10	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	123.119.654,62	160.037.027,73	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.123.040,65	21.057.278,05
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.139,10	0,00	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	1.008.158,75	20.423.955,66

VALORES DIFERIDOS	3.139,10	0,00	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.008.158,75	20.423.955,66
DEPOSITOS	0,00	191.481,51	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	114.881,90	633.322,39
CONSIGNACOES	0,00	59.735,85	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	323.720.924,13	347.817.111,98
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	131.745,66	VALORES EM CIRCULACAO	129.563.375,44	123.119.654,62
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	135.551.850,86	142.047.593,95	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	129.563.375,44	123.119.654,62
FORNECEDORES	3.482,25	3.261.172,60	DEPOSITOS	191.481,51	0,00
DO EXERCICIO	2.882,25	2.141.030,45	CONSIGNACOES	59.735,85	0,00
DE EXERCICIOS ANTERIORES	600,00	838.892,15	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	131.745,66	0,00
CONVENIOS A PAGAR	0,00	281.250,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	122.669.368,89	160.057.054,84
RESTOS A PAGAR	135.533.301,86	138.662.585,31	FORNECEDORES	3.261.172,60	25.827,50
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	128.890.327,51	119.284.360,25	DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.979.922,60	25.827,50
CANCELADO	6.642.974,35	19.378.225,06	CONVENIOS A PAGAR	281.250,00	0,00
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	0,00	122.400,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	119.284.360,25	158.130.373,95
EM CONTRATOS	0,00	122.400,00	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	122.400,00	122.400,00
VALORES EM TRANSITO	14.588,45	0,00	EM CONTRATOS	122.400,00	122.400,00
OUTROS DEBITOS	0,00	1.436,04	VALORES EM TRANSITO	0,00	1.778.453,39
OUTRAS OBRIGACOES	478,30	0,00	OUTROS DEBITOS	1.436,04	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	129.037.169,97	122.217.636,49	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	71.296.698,29	64.640.402,52
INCORPORACAO DE DIREITOS	128.914.557,57	121.701.224,51	BAIXA DE DIREITOS	71.296.698,29	64.640.402,52
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	128.914.557,57	121.701.224,51	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	71.296.698,29	64.640.402,52
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	122.612,40	516.411,98			
EXERCICIOS ANTERIORES	122.612,40	516.411,98			
INGRESSOS	407.867.994,87	464.928.714,07	DISPENDIOS	407.867.994,87	464.928.714,07



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

MES

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373053/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRASR-05
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

2010	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
14/02/2011	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ORÇAMENTARIAS	87.915.488,70	120.084.989,37	ORÇAMENTARIAS	83.171.048,29	96.937.023,48
RECEITAS CORRENTES	57.699,17	627.105,75	DESPESAS CORRENTES	21.195.270,62	20.798.466,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.699,17	627.105,75	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.203,05	8.191,21
DEDUÇÕES DA RECEITA	-57.182,73	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.963.633,01	20.513.604,48
INTERFERENCIAS ATIVAS	18.359.913,81	34.612.452,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	215.434,56	276.670,79
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	18.359.913,81	34.612.452,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	215.434,56	276.670,79
SUB-REPASSE RECEBIDO	18.359.913,81	34.612.452,00	DESPESAS DE CAPITAL	61.825.620,37	75.255.857,59
MUTACOES ATIVAS	69.555.058,45	84.845.431,62	INVESTIMENTOS	24.673.148,64	30.714.566,26
INCORPORACOES DE ATIVOS	20.831.386,94	37.454.368,39	INVERSOES FINANCEIRAS	37.152.471,73	44.541.291,32
AQUISICOES DE BENS	9.692.707,22	13.037.015,45	INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.139,10	0,00
INCORPORACAO DE CREDITOS	11.138.679,72	24.417.352,94	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.139,10	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	48.723.671,51	47.391.063,23	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.139,10	0,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	319.912.051,37	387.112.445,73	MUTACOES PASSIVAS	147.018,20	882.699,44
INTERFERENCIAS ATIVAS	15.970.351,69	21.166.222,82	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	147.018,20	882.699,44

TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	14.174.601,62	15.970.806,18	ALIENACAO DE BENS	0,00	663.064,03
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.681.384,61	5.189.200,00	LIQUIDACAO DE CREDITOS	147.018,20	219.635,41
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	114.365,46	6.216,64	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	270.834.796,06	339.170.583,88
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	303.941.699,68	365.946.222,91	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.348.540,65	21.057.278,05
INCORPORACOES DE ATIVOS	296.380.203,02	346.051.585,87	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	225.500,00	0,00
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	13.389.534,93	27.903.598,83	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.008.158,75	20.423.955,66
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	608.782,43	152.742,65	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	114.881,90	633.322,39
INCORPORACAO DE DIREITOS	282.381.885,66	317.995.244,39	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	269.486.255,41	318.113.305,83
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	795.909,91	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	230.280.235,84	231.876.228,90
AJUSTES DE CREDITOS	795.909,91	0,00	BAIXA DE BENS IMOVEIS	11.505.009,50	20.681.848,90
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	6.765.586,75	19.894.637,04	BAIXA DE BENS MOVEIS	712.473,72	1.538.774,92
DEFICIT			BAIXA DE TITULOS E VALORES	12.835.177,50	15.680.919,17
			BAIXA DE DIREITOS	205.227.575,12	193.974.685,91
			AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	88.315,32	0,00
			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	88.315,32	0,00
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	39.117.704,25	86.237.076,93
			RESULTADO PATRIMONIAL	53.821.695,72	71.089.827,74
			SUPERAVIT	53.821.695,72	71.089.827,74
VARIACOES ATIVAS	407.827.540,07	507.197.435,10	VARIACOES PASSIVAS	407.827.540,07	507.197.435,10



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO		MES
SUBTITULO		373053/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05	2010	DEZ(FECHADO)	
ORGAO SUPERIOR		49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	EMISSAO	PAGINA	
			14/02/2011		1

RECEITA					DESPESA			
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	82.873.617,56
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	21.047.997,19
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	16.203,05
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	21.031.794,14
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	61.825.620,37
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	24.673.148,64
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	37.152.471,73
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	82.873.617,56
					ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA			-82.873.617,56
								-21.047.997,19
								-16.203,05
								-21.031.794,14
								-61.825.620,37
								-24.673.148,64
								-37.152.471,73
								-82.873.617,56



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

MES

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373053/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRASR-05
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

2010	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
14/02/2011	2

TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
					CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	83.526.231,83	147.273,43	83.378.958,40
					DESPESAS CORRENTES	0,00	21.394.590,34	147.273,43	21.247.316,91
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	16.203,05	0,00	16.203,05
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	21.378.387,29	147.273,43	21.231.113,86
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	62.131.641,49	0,00	62.131.641,49
					INVESTIMENTOS	0,00	24.979.148,65	0,00	24.979.148,65
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	37.152.492,84	0,00	37.152.492,84
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	83.526.231,83	147.273,43	83.378.958,40
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SUB-REPASSE	82.629.228,75	82.629.228,75	18.356.774,71	64.272.454,04					
TOTAL	82.629.228,75	82.629.228,75	18.356.774,71	64.272.454,04	TOTAL	0,00	83.526.231,83	83.020.890,99	505.340,84
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	64.664.116,28	-64.664.116,28	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	82.629.228,75	82.629.228,75	83.020.890,99	-391.662,24	TOTAL GERAL	0,00	83.526.231,83	83.020.890,99	505.340,84

A conformidade contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial são registrados, mensalmente, pelo Serviço de Contabilidade, desta SR, em conformidade com o art. 4º da Instrução Normativa Conjunta nº 4, de 10.05.2000, do Secretário do Tesouro Nacional e do Secretário Federal de Controle e inciso V, do art. 5º, do Decreto nº 3.589 de 6.09.2000.

Não houve nenhum fato relevante, nas Demonstrações Contábeis, que necessite de inclusão de notas explicativas.

**Parte C - Informações Específicas a Constar do Relatório de Gestão –
Superintendências Regionais do INCRA**

20 Cronograma de Levantamento Relativo à Documentação Cartorária de Imóveis Rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006)

Esta Superintendência não possui cronograma de levantamento dado a insuficiência de pessoal para executar tal tarefa. Como não possui sistema informatizado que contemple tal controle, este levantamento teria de ser realizado de forma manual analisando unitariamente centenas de processos.

21 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação

1. Insuficiência do quadro de pessoal.
2. Importunidade da descentralização de recursos financeiros para cobertura das despesas empenhadas.
3. Adequação das UA's Sul (Itabuna) e Oeste Baiano (Bom Jesus da Lapa) conferindo-lhe autonomia administrativa e financeira como Unidades Gestoras; Criação nos moldes do acima proposto de cinco Unidades Gestoras nos municípios de Itamaraju (Extremo Sul), Itaberaba (Chapada), Senhor do Bonfim (Norte), Vitória da Conquista (Sudoeste) e Barreiras (Oeste), visando a descentralização das ações de Reforma Agrária, por força da extensa territorialidade do Estado da Bahia
4. Uniformização de procedimentos para pagamento de créditos, cujo passivo desta Regional se encontra represado.
5. Adequação da normalização para cobrança de créditos concedidos e capacitação de servidores para atender esta demanda.